

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL

*A AJUDA PARA OS FRACOS: PERCEPÇÕES DE*  
BENEFICIÁRIAS ACERCA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM  
UM PEQUENO MUNICÍPIO DO INTERIOR DA BAHIA

LADINE TEIXEIRA SANTOS

CRUZ DAS ALMAS – BAHIA  
MARÇO – 2015

**A AJUDA PARA OS *FRACOS*: PERCEPÇÕES DE BENEFICIÁRIAS  
ACERCA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM UM PEQUENO  
MUNICÍPIO DO INTERIOR DA BAHIA**

**LADINE TEIXEIRA SANTOS**

Psicóloga

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós - graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. PhD. Maria Inês Caetano  
Ferreira**

CRUZ DAS ALMAS – BAHIA

MARÇO DE 2015

## FICHA CATALOGRÁFICA

S237a

Santos, Ladine Teixeira.

A ajuda para os fracos: percepções de beneficiárias acerca do Programa Bolsa Família em um pequeno município do interior da Bahia / Ladine Teixeira Santos. \_ Cruz das Almas, BA, 2015.

113f.; il.

Orientadora: Maria Inês Caetano Ferreira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas.

1.Programa Bolsa Família – Políticas públicas.  
2.Programas de sustentação de renda – Análise.  
I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II.Título.

CDD: 364.444

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL**

**COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE  
LADINE TEIXEIRA SANTOS**

---

Prof<sup>a</sup>. Maria Inês Caetano Ferreira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

(Orientadora)

---

Prof. Roberval Passos de Oliveira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

---

Prof. Hebert Toledo Martins

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Dissertação homologada pelo Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social em ....., conferindo o Grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social em .....

Dedico este trabalho à:

*Todos os “fracos”  
que sobrevivem com  
o Bolsa Família.*

**AGRADECIMENTOS**

Terminar o percurso da elaboração deste trabalho não seria possível sem o apoio inestimável de diversas pessoas. Sei que seria impossível mencionar todas elas, mas gostaria de registrar meu especial agradecimento:

À DEUS por me abençoar, por me ouvir e estar comigo em todos os momentos, me dando forças para prosseguir.

À Plínio. *Mow* obrigada por ser tão compreensivo durante todos esses anos, entendendo minhas ausências, me motivando a correr atrás dos meus sonhos! Obrigada por cuidar de mim, por seu amor e pelo apoio no caminho que juntos vamos construindo.

À minha mãe Gilvanete, mulher guerreira, por muitas vezes se privar para oferecer todas as oportunidades possíveis para meu desenvolvimento.

Às minhas irmãs Thiara e Jady, por estarem sempre ao meu lado, dando suporte emocional nos momentos de desânimo, e presença nos momentos de alegria. À Thiara também por ter cedido sua “humilde residência” em Cruz das Almas para que pudesse frequentar as aulas do Mestrado.

À meu pai Deodato pelo apoio, mesmo de longe e por orar por mim.

À Professora e orientadora Maria Inês Caetano Ferreira por me aceitar como sua orientanda, pela paciência, pela confiança em meu potencial e pelo apoio demonstrado durante todo o Mestrado.

À Deraci e Lais, amigas desde a graduação e que não *desgrudaram* de mim nem no Mestrado. Nunca vou me esquecer das noites em Cruz das Almas na casa de Thiara, momentos em que dividíamos nossas angústias, (e como deu aquele medinho quando nos deparamos com aquela turma que entendia “de tudo” e nos sentíamos *peixinhos fora d’água*) colocávamos as fofocas em dia, e quando íamos estudar, acabávamos dormindo em cima das apostilas. Com vocês esse percurso foi menos doloroso.

Aos Professores Roberval Passos de Oliveira e Junnia Maria Moreira, meus primeiros orientadores, por serem minhas bases, que contribuíram ainda na graduação para a realização deste sonho. Sem a confiança de vocês, eu não teria chegado até aqui!

Aos colegas de mestrado que acima de tudo se colocaram juntos pelo crescimento mútuo, em especial a Mario Cleone, Olga Benicio, Sidinha, João Carlos e Olgalice (*in memóriam*), pela partilha de ideias, ensinamentos, caronas (não menos importante, risos) Valeu! Sigamos crescendo.

Aos amigos por compreenderem minhas ausências e pela torcida de sempre.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social em especial ao Professor Warli Anjos de Souza e ao Técnico Jobson Mercês, por toda a atenção e disponibilidade.

Aos professores do Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, pelos ensinamentos que contribuíram para minha formação e ampliaram meus horizontes.

Aos colegas de trabalho do CRAS pela compreensão nas minhas diversas mudanças de dias e horários de trabalho, o que possibilitou a concretização desse sonho.

Às participantes dessa pesquisa, que compartilharam comigo um pouco de suas vidas, dificuldades, sonhos e realizações. Sem vocês, esse trabalho não teria o brilho e o recheio que tem. Muitíssimo obrigada pela disponibilidade e pela troca.

*Uma esmola, para o homem que é são, ou  
lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão.*

LUIS GONZAGA



## RESUMO

Os programas de combate à pobreza no Brasil eram até a década de 1990, caracterizados pelos seguintes aspectos: fortemente centralizados no governo federal, descontínuos, as ações eram fragmentadas e dispersas em ministérios e secretarias, apresentavam ineficácia e acentuado grau de clientelismo. A partir da década de 90, como resultado das novas condições promovidas pela Constituição Federal de 88, as políticas de transferência condicionada de renda passam a se constituir como estratégias de redução da pobreza e da desigualdade. Os programas de transferência de renda objetivam promover a articulação com outras políticas e programas sociais. O Programa Bolsa Família (PBF) é o maior programa de transferência de renda assumindo centralidade no Sistema Brasileiro de Proteção Social. Tem como objetivos: promover o acesso aos serviços públicos, em especial saúde, educação e assistência social; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; e promover a intersetorialidade das ações sociais do Poder Público. Diante deste cenário a presente dissertação tem como objetivo geral analisar os impactos do PBF em um pequeno município do interior da Bahia, por meio da experiência concreta de beneficiárias. Para tanto, julgou-se acertado escolher a pesquisa qualitativa. Foram realizadas oito entrevistas, e os discursos das entrevistadas foram analisados através do procedimento para tratamento e análise de dados, a Análise de Conteúdo. Os resultados apontam que houve um aumento no poder de compra após o benefício; seis das entrevistadas não haviam conseguido se emancipar do Programa; desconheciam que poderiam exercer controle social na fiscalização do Programa; o “efeito-preguiça” foi citado por duas beneficiárias. Os resultados obtidos poderão nortear a discussão sobre o Programa em municípios de pequeno porte.

**Palavras-chave:** *Bolsa-Família, assistencialismo, política pública, pobreza.*

## ABSTRACT

Poverty programs in Brazil in 90's were centralized on national level, fragmented, discontinuous, and dispersed among many Ministries and secretaries. Therefore, they were inefficient and could be promote patronage practices. There is a new Federal Constitution since 1988. This new Constitution provokes the creation of strategies against poverty and inequality, as the conditional cash transfer programmers. The cash transfer programmer aims to promote linking between others social programs. Programa Bolsa Família (PBF) is the larger cash transfer program. It is central in the Sistema Brasileiro de Proteção Social. Bolsa Família has many aims. The PBF intends to promote access to services deliveries as health, education, and assistance protection. This program can stimulate the emancipation of poor and very poor families. It can still to provoke intersectoral approach between social programs. The overall objective of this study is investigate the impacts of PBF in a small municipality in state of Bahia. The source of this study were the experiences of beneficiaries. The methodology used was qualitative. It has performed eight interviews. After, results were processing, and discourses were analysed by the method of the content analyse. he results point out Bolsa Família has contributed to the families' improvement of purchasing. It is important to emphasized that six interviewees has not been emancipated. In general, interviewees did not know they could exercising the social control of the program. At last, two interviewees have mentioned the laziness "efeito preguiça". The results can guide discussions on the PBF in small municipalities in Brazil.

**Keywords:** Bolsa Família, welfare, public policy, poverty

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Cenário da pobreza no estado da Bahia_____	39
Figura 2: Impactos das portas de saída do PBF_____	86
Figura 3: Programas sociais do Governo Federal_____	87
Gráfico 1: Incidência da população em extrema pobreza por situação do domicílio segundo Grandes regiões – 2010 (em%)_____	35
Gráfico 2: Participação de percentual das transferências do Programa Bolsa família por regiões do Brasil 2004-2011, em %_____	38
Gráfico 3: Taxa de desemprego – Brasil, Nordeste e Bahia, 2007 -2013_____	40
Gráfico 4: Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município – 2011_____	42
Gráfico 5: Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município segundo condição permanente/temporária (toneladas) – 2011_____	42
Gráfico 6: Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do município – 2010_____	43
Gráfico 7: Pessoas ocupadas por posição na ocupação – 2010_____	43
Gráfico 8: Percentual de pessoas de referencia desempregadas de domicílios particulares permanentes – 2010_____	45
Gráfico 9: Evolução da quantidade de registros no Cadastro Único e de beneficiários do Programa Bolsa Família 2006 -2013_____	47
Quadro 1: Composição de Valores do PBF, Brasil, Outubro de 2014_____	26
Quadro 2: Condicionalidades do PBF_____	27
Quadro 3: Efeitos gradativos do descumprimento das condicionalidades do PBF_____	28

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1: Distribuição da população total e população em extrema pobreza segundo Grandes Regiões e situação do domicílio. \_\_\_\_\_36
- Tabela 2: Distribuição espacial da população dos estratos de renda, Brasil, 2003-2011 (em%). \_\_\_\_\_37
- Tabela 3: Participação percentual das famílias do Programa Bolsa Família por Regiões, Brasil, 2004-2011. \_\_\_\_\_39
- Tabela 4: Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações - 2010. \_\_\_\_\_44

## **LISTA DE SIGLAS**

BSM - Plano Brasil Sem Miséria

BSP - Benefício para Superação da Extrema Pobreza

BVJ - Benefício Variável Vinculado ao Adolescente

CadÚnico- Cadastro Único para Programas Sociais

CAIXA - Caixa Econômica Federal

CF – Constituição Federal

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FIC - Formação Inicial e Continuada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério Desenvolvimento Social

MEC - Ministério da Educação

NOB/SUAS/2005 - Norma Operacional Básica

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PBF – Programa Bolsa Família

PIB – Produto Interno Bruto

PIS - Programa de Integração Social

PME - Programa Mais Educação

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UNEB - Universidade Estadual da Bahia

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1</b> <b>A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 2</b> <b>O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA</b>	<b>22</b>
Valores dos benefícios do PBF	26
Condicionalidades do PBF	27
Programas complementares	30
<b>CAPÍTULO 3</b> <b>REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO NORDESTE E NA ZONA RURAL</b>	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO 4</b> <b>CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO</b>	<b>41</b>
<b>CAPÍTULO 5</b> <b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>51</b>
Participantes	52
Instrumentos	63
Contato e consentimento	64
Procedimentos para tratamento e análise de dados	65
<b>CAPÍTULO 6</b> <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>67</b>
O acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social no município	67
Combate à fome e promoção à segurança alimentar e nutricional através do BF.	72
Formas de utilização do benefício e vida após o BF.	76
Emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e desenvolvimento local	80
Bolsa Família: O que conhecem/acham do programa?	91
Bolsa Família e o <i>efeito</i> preguiça	95
<b>CAPÍTULO 7</b> <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>101</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>109</b>
Apêndice A – Roteiro de Entrevista	110
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	113

## APRESENTAÇÃO

Quando passei no concurso para trabalhar no município do presente estudo, em 2012, “*caí de paraquedas*” no CRAS, e deparei com um mundo totalmente novo: primeiro por não compreender o papel do Psicólogo no âmbito da Assistência Social; segundo, por me deparar com um município totalmente diferente de onde nasci e cresci, um município muito pequeno, de uma tranquilidade absurda. Estranhei os diversos olhares que me circundavam quando transitava pelas poucas ruas que há no município. Estranhei também a “revolta” dos moradores do município com os concursados, que segundo eles, vieram de fora para tirar o emprego deles. Logo no início do trabalho no CRAS, chamou-me a atenção o fato de muitas pessoas que compareciam ao setor do Bolsa Família para fazer a inscrição no cadastro, em busca do benefício. Segundo alguns munícipes, devido ao concurso, muitas pessoas ficaram desempregadas e iam buscar o programa para garantir uma renda.

Concomitantemente ao ingresso no CRAS, comecei a cursar o Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB, e tinha que decidir o que investigar na minha dissertação. Como estava trabalhando no CRAS, que desenvolve um trabalho a partir de uma política social, o Programa Bolsa Família (PBF), decidi desenvolver meu estudo sobre essa temática. Mas estudar o que sobre o Bolsa Família? Em 10 anos de Bolsa Família completados em 2013, já havia centenas de estudos sobre esse programa.

Durante o curto período de trabalho no CRAS, já estava exausta de tanto ouvir da população que *não se acha mais menina pra fazer faxina, não encontra um menino pra capinar mais, esse povo não quer mais trabalhar*. E que a culpa era do Bolsa Família. A partir dessa experiência, elaborei uma proposta preliminar de projeto de pesquisa, solicitada pela coordenação do Mestrado, para a definição dos orientadores, que iriam escolher os orientados a partir deste projeto. O título do meu projeto de pesquisa foi: “*Pensando no futuro: perspectiva de vida de indivíduos que recebem o Bolsa Família em um município do Recôncavo Baiano*”, em que queria investigar se o Programa estava conseguindo romper com o ciclo da pobreza e dar condições do indivíduo mudar sua realidade.



Contudo, após começar a ter as orientações, fomos solicitados novamente a fazer um projeto de pesquisa definitivo. Decidi então mudar o que pensei estudar na proposta preliminar, e influenciada por uma disciplina optativa que fiz no mestrado (Instituições Políticas), decidi estudar qual era o tipo de política (distributiva ou redistributiva) predominante no município, além das representações dos beneficiários. O título do projeto era: *Bolsa Família: Programa (re) distributivo? Representações do programa para beneficiários em um município do recôncavo baiano.*

Porém, ainda em *crise* com o meu problema de pesquisa, e diante da escassez de estudos sobre o Programa Bolsa Família em pequenos municípios, sobretudo com características como daquele município em que a única alternativa das famílias pobres parecia ser o Bolsa Família, mudei novamente de temática. Nesta perspectiva, a presente dissertação de mestrado tem como objetivo geral analisar os impactos do PBF em um pequeno município do interior da Bahia, por meio da experiência concreta de beneficiárias. Desta forma, procurou-se apreender os sentidos, percepções, sentimentos e avaliação do PBF entre as pessoas que estão envolvidas dia a dia com esta política.

No primeiro capítulo será apresentado o desenvolvimento histórico da política de transferência de renda no Brasil, no intuito de mostrar como o Programa Bolsa Família surgiu. O capítulo 2 dedica-se a apresentar o PBF, ressaltando seus valores, as condicionalidades e os programas complementares. Aborda-se a questão da pobreza no Nordeste e na Bahia no capítulo 3, trazendo ainda uma discussão sobre a pobreza rural.

Já o Capítulo 4 é dedicado a caracterização do município onde foi desenvolvida a pesquisa. No capítulo 5 são apresentados os procedimentos metodológicos, destacando o procedimento para tratamento e análise de dados, a Análise de Conteúdo.

O Capítulo 6 traz a apresentação e discussão dos resultados e discussão dos dados do estudo, apresentando também o perfil das beneficiárias, e finalmente, no capítulo 7 são feitas as considerações finais do estudo, enfocando as potencialidades e limitações do estudo, e apontando desafios do Programa Bolsa Família em municípios de pequeno porte.

## **CAPÍTULO 1**

### **A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL**

A política pública é a ação do Estado, em determinado período histórico, estabelecida por um governo constituído por um “conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo” (HÖFLING, 2001, p.2). As políticas sociais constituem um subconjunto das políticas públicas relacionado às ações governamentais, que visam proporcionar a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão de forma igualitária e justa. Estão relacionadas à distribuição de benefícios sociais para reduzir as desigualdades decorrentes da trajetória do desenvolvimento socioeconômico, usualmente nas áreas de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento, justiça, assistência social, agricultura, meio ambiente, previdência social entre outras, e são executadas sob a responsabilidade do Estado (CASTRO et al, 2009).

Os programas de transferência de renda são considerados políticas públicas importantes para a diminuição da pobreza no Brasil. Programas de transferência de renda são sistemas de proteção e assistência social que consiste no repasse de recursos monetários a famílias, indivíduos ou comunidades de recursos escassos, na forma de transferências governamentais (CECCHINI et al., 2009). Os programas de transferência de renda surgiram como uma alternativa para combate a pobreza. Eles foram concebidos segundo a ideia de que o beneficiário tem a autonomia para definir como melhor utilizar o benefício por saber quais são suas necessidades mais urgentes (SANTANA, 2007).

Os marcos iniciais da constituição e desenvolvimento de um Sistema de Proteção Social no Brasil têm origem nos anos 1930, quando o país, no seu processo de desenvolvimento econômico, passa de um modelo de desenvolvimento agroexportador para o modelo urbano-industrial, demandando o atendimento de necessidades de uma classe operária emergente (CARVALHO, 2008).

Carvalho (2008) salienta que até 1930 não havia, por parte da população, um sentimento de pátria, de pertencimento ao país. Para o autor, o ano de 1930 foi “*um*

*divisor de águas na história do país*”, com inegável avanço quanto à conquista de direitos sociais. Sob esse aspecto, ressalta:

(...) até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. A participação na política nacional (...) era limitada a pequenos grupos. (...) O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia, não como bestializado, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido (CARVALHO, 2008, p. 83)

Vianna (1998) considera o primeiro governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, o marco inicial da história do Sistema de Proteção Social Brasileiro. Só a partir daí é que se tem um conjunto de transformações do Estado Brasileiro, que conformam sistemas organizados de proteção social, nacionalmente articulados, e traduzindo um determinado grau de regulação estatal. Essas transformações permitem que se definam dois períodos, como destaca Draibe (1989): 1930/1943 e 1966/1971.

No primeiro período foram criados os institutos de aposentadoria e pensões, foi elaborada e implantada a legislação trabalhista e alteradas as políticas de saúde e educação. De acordo com Santos (2010), os institutos, cujo acesso era essencialmente aos trabalhadores urbanos assalariados contribuintes com ocupações definidas por lei, foram organizados por categoria profissional e ofereceram benefícios pecuniários relativos à aposentadoria, pensão em caso de morte, além de serviços de assistência médica e hospitalar.

Foi também criado, nos anos 30, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e houve regulamentação das condições de trabalho por meio de legislações trabalhistas e previdenciárias, como a fixação da jornada de trabalho em oito horas diárias, a regulação do trabalho de mulheres e de menores de idade, o direito às férias, a criação da Carteira de Trabalho, a regulamentação do salário mínimo, com posterior Consolidação das Leis do Trabalho em 1943. Contudo, os direitos políticos e civis não acompanharam o progresso mais acelerado dos direitos sociais da época, visto que, em 1937, foi instalado o regime ditatorial de Getúlio Vargas, com duração até 1945 (SANTOS, 2010).

Draibe (1989) acrescenta que, entre 1945 e 1964, prosseguiram-se as inovações legais-institucionais, especialmente nos campos da saúde, educação, assistência social e

habitação popular, o sistema de proteção foi se expandindo, incorporando novos grupos, e foi centralizada a instituição do sistema, porém mantendo o seu caráter seletivo.

No segundo período, quando ocorre a consolidação do sistema iniciado no primeiro ciclo, uma radical transformação das políticas sociais acontece, tendo como pano de fundo os acelerados processos de industrialização, urbanização e transformação da estrutura social brasileira. É neste período que se organizam os sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados, na área de bens e serviços sociais básicos (educação, saúde, assistência social, previdência e habitação), superando a forma anterior, fragmentada e socialmente seletiva. Esse é também um período de inovação em política social: consolida-se a intervenção estatal na área da habitação; introduzem-se mecanismos de formação do patrimônio dos trabalhadores (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, PIS-PASEP); e, por fim, incorporam-se os trabalhadores rurais no mundo dos direitos sociais trabalhistas (ARAGÃO e COUTO, 1998).

Embora a questão social tenha se configurado como um problema de Estado, a proteção concedida não era destinada a todos, não era universal, uma vez que para fazer jus à assistência era primordial ter um vínculo formal de trabalho. A assistência social, no Brasil, manteve-se, ao longo da história, como uma ação pública desprovida de reconhecimento legal como direito, mas associada institucionalmente e financeiramente à previdência social.

Com a Nova República, anunciam-se intenções de "resgatar a dívida social". O diagnóstico da dramática situação social do país identifica graves distorções do modelo de proteção social vigente. A tese básica da intervenção era que o assistencialismo, a tutela e a manipulação, o clientelismo e o arbítrio deveriam ser banidos da sociedade e o direito social da cidadania teria que ser traduzido em benefícios e serviços sociais públicos (ARAGÃO e COUTO, 1998).

Foi somente com a Constituição de 1988, que as políticas de previdência, saúde e assistência social foram reorganizadas e reestruturadas com novos princípios e diretrizes e passaram a compor o sistema de seguridade social brasileiro. Tais medidas representaram uma nova chance de se promover avanços significativos no padrão brasileiro de proteção social. Dentre os avanços, estão os princípios universalistas dos direitos sociais, visando a uma maior igualdade, via políticas de Estado. Sua forma se expressa na garantia de uma renda mínima e na edificação de equipamentos públicos gratuitos de acesso universal (Draibe, 1993).

Draibe (1989) expressa que a CF 1988 protagonizou uma ruptura com o sistema de proteção social construído ao longo do regime militar (1964-1985) pela ênfase dada à dimensão de “seguridade social” para o conjunto da política social. A dimensão da seguridade social definiu regras institucionais que definiram as condições de financiamento por fundo público e afirmaram certos critérios de universalidade para acesso aos benefícios. Esse arranjo foi possível através da articulação entre as esferas governamental e privada; pelo fortalecimento dos governos municipais e estaduais na área social e pelas inovações trazidas pelos programas de transferência de renda. Nesse sentido, o desenvolvimento da política social ganhou autonomia relativa em relação à política econômica, sendo assumidas como prioridade a questão do combate à pobreza, à miséria e à desigualdade social (COSTA, 2009).

Assim sendo, com a Constituição de 1988 são colocadas novas bases para o atual Sistema Brasileiro de Proteção Social com o reconhecimento de direitos sociais das classes subalternizadas em nossa sociedade. A Assistência Social surge como expressão plenamente inovadora, no âmbito da Proteção Social não contributiva, pelo reconhecimento de direitos de seus usuários nos marcos jurídicos da cidadania. Nesse sentido, amplia o processo civilizatório da sociedade brasileira. “Trata-se de uma mudança qualitativa na concepção de proteção que até então vigorou no país”. (SPOSATI, 2009, p. 19)

De acordo com Coelho (2009) este ciclo de inovações desdobrou-se até 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que colocou a política de Assistência Social em novos patamares das políticas públicas no Brasil, buscando superar sua histórica e tradicional concepção assistencialista. A LOAS reorganiza a Política de Assistência Social e coloca a questão social como tema de direito, ao mesmo tempo em que torna visível seu compromisso com a intersectorialidade, através da orientação para a integração da assistência social com as demais políticas setoriais.

Nos anos recentes, programas de transferência de renda, com destaque para o Programa Bolsa Família (PBF), a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a formulação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), alcançaram grande centralidade no Sistema Brasileiro de Proteção Social (YAZBEK, 2010).

Com o intuito de unificar o Cadastro Único (ou “Cadúnico”, instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. É utilizado, obrigatoriamente, para a seleção de beneficiários e para integração de programas sociais do governo federal) e os programas de transferência de renda anteriores (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, criados ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso) o PBF acabou se tornando o de maior importância na estratégia federal do *Programa Fome Zero* (criado em 2003, com o compromisso de alterar situações agudas de miséria e de contribuir para a mudança de paradigmas de segurança alimentar que impedem o crescimento do país) (COELHO, 2009).

Segundo Coelho (2009) o PBF propõe mudanças estruturais na gestão, acompanhamento, monitoramento e avaliação da política de transferência de renda, incluindo alterações ministeriais e de corresponsabilidade entre União, Estados e Municípios. A migração dos beneficiários dos programas anteriores para o Bolsa Família se iniciou no ano de 2004, através do recadastramento de todos que recebiam uma ou mais transferências de renda, ao mesmo tempo em que era realizada a inclusão de novos cadastros no Cadúnico.

## CAPÍTULO 2

### O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família (PBF), criado através de medida provisória (n. 132/2003), transformado em Lei (n. 10.836/2004) e regulamentado por Decreto (n. 5.209/2004), é o principal programa de transferência de renda do Governo Federal. O Governo, ao criar o PBF, unificou outros programas de renda já existentes no Brasil antes de 2003: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Carta Alimentação (TAVARES, 2010).

A proposta da unificação fundamentou-se no diagnóstico sobre os programas sociais em desenvolvimento no Brasil, elaborado durante a transição do governo Fernando Henrique Cardoso (1999–2002) para o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2006). Foram, destacados, entre outros, os seguintes problemas: existência de programas concorrentes e sobrepostos nos seus objetivos e no seu público-alvo; ausência de uma coordenação geral dos programas, gerando desperdício de recursos; ausência de planejamento gerencial dos programas e dispersão de comando em diversos ministérios; orçamentos alocados insuficientes; não alcance do público-alvo conforme os critérios de elegibilidade dos programas (SILVA e SILVA, 2007). Fonseca e Vianna (2006) afirmam que:

... a unificação dos programas de transferência de renda deve-se à compreensão, por parte do governo, da necessidade de melhorar a gestão e aumentar a efetividade do gasto social, por meio da otimização, da racionalização e de ganhos de escala, e apóia-se na maior facilidade de interlocução do governo federal com Estados e municípios, tendo em vista que é vital definir funções para cada ente governamental e estabelecer termos de cooperação entre os três níveis de governo na operacionalização dos programas sociais (p.453).

Outra inovação do Bolsa Família (BF) em relação aos programas federais de transferência de renda anteriores, foi a definição da família, em sua integralidade, como foco das ações de desenvolvimento social, e não de seus integrantes ou dimensões de sua vida (saúde, educação, alimentação, entre outros) tomados isoladamente. A unificação dos programas também impossibilitou a sobreposição do público a ser atendido. Isto evitou situações de famílias beneficiadas por vários programas, enquanto outras não conseguiam participar de nenhum deles (BRASIL<sub>a</sub>, 2013).

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2013), o BF estrutura-se por meio de três dimensões: 1) promover o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; 2) reforçar o exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação, e Assistência Social por meio do cumprimento das condicionalidades; 3) coordenar programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do programa consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Pensadas de forma articulada estas dimensões contribuem para a superação do ciclo de reprodução da pobreza nas famílias de uma geração para outra.

O PBF tem como objetivos: a) combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; b) promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; c) estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; d) combater a pobreza; e) promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASIL, 2004). A amplitude de seus objetivos demanda forte articulação das diversas áreas de governo implicadas em sua gestão – Assistência Social, Educação, Saúde, Segurança Alimentar, Trabalho e outras –, o que torna necessária a colaboração entre as distintas esferas do Poder Executivo, particularmente os municípios.

O PBF é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. As famílias que participam do PBF recebem diretamente, todo mês, recursos financeiros do Governo Federal. Para participar do PBF, as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza precisam fazer a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Esta ferramenta é um importante instrumento na identificação e caracterização social e econômica das famílias de famílias de baixa renda no Brasil. Famílias com até meio salário mínimo de renda familiar por pessoa, ou até três salários mínimos de renda familiar total, devem ser incluídas no CadÚnico. É, portanto a porta de entrada dos brasileiros mais vulneráveis à rede de proteção social (BRASIL<sup>a</sup>, 2013).

A renda familiar é o único critério para ingresso no BF. Atualmente, são consideradas famílias em extrema pobreza aquelas com renda familiar igual ou inferior a R\$ 77,00 por pessoa. Já as famílias em situação de pobreza são aquelas com renda entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 por pessoa. Os beneficiários do Programa precisam manter



seus dados cadastrais atualizados. A cada dois anos as famílias recebem um comunicado solicitando que se dirijam à coordenação do Programa no município para atualizar eventuais mudanças de endereço, rendimento ou de composição familiar. Os beneficiários que não atualizarem seus dados podem ter o benefício cancelado (MODESTO, 2010).

A Caixa Econômica Federal (CAIXA) é responsável pelo gerenciamento do Cadastro Único de Programas em âmbito nacional. A CAIXA: define as regras, fluxos e procedimentos da gestão de benefícios (inclusões, bloqueios, suspensões, cancelamentos); coordena a atuação dos ministérios setoriais no acompanhamento das condicionalidades; executa as repercussões pertinentes sobre os benefícios; articula a oferta de programas complementares e se encarrega da execução das ações de fiscalização e controle, seja diretamente ou em parceria com órgãos públicos e instâncias de controle social (MARQUES, 2005).

Conforme Medeiros (2001), a CAIXA desempenha um papel estratégico na operacionalização do PBF. São suas principais responsabilidades de ação: desenvolvimento de sistemas para apoio à gestão do Programa; processamento dos cadastros enviados pelos municípios, atribuindo um número de identificação social (NIS) a cada pessoa cadastrada; organização e operacionalização do pagamento dos benefícios; e comunicação a cada família sobre a concessão do benefício, emissão e entrega do cartão e divulgação do calendário de pagamentos.

Desde sua criação, em 2003, o PBF tem provocado uma série de estudos por acadêmicos e técnicos do governo a fim de avaliar essa política pública que se transformou na principal política social de combate à pobreza e desigualdade do Brasil (SANTOS FILHO, 2014). Os debates sobre o PBF remetem principalmente ao valor do benefício, à focalização do programa, ao acompanhamento das condicionalidades, à dicotomia direito social e exigência de contrapartidas, a sua utilização político-eleitoral, aos erros de inclusão, ao valor do benefício, ao impacto real sobre a pobreza, ao seu caráter assistencialista, dentre outros (SANTOS, 2010).

O programa vem se destacando positivamente, principalmente no que se refere à renda e ao impacto no movimento de combate à pobreza e à desigualdade social. Contudo, este programa ainda é alvo de muitas críticas. Uma das críticas mais recorrentes diz respeito ao ‘efeito-preguiça’ que o programa poderia gerar. O Bolsa Família é concedido a famílias que estão ou poderiam estar no mercado de trabalho,

contudo possuem renda muito baixa. Por isso, a crítica de que as transferências de renda desestimulariam o trabalho. A crítica está fundamentada na ideia de que à medida que atingem certo nível de renda, as pessoas têm menos incentivos para trabalhar ou para deixar o trabalho (MEDEIROS, BRITTO e SOARES, 2007).

Medeiros, Britto e Soares (2007) defendem o programa, avaliando como preconceituosa a ideia de que o benefício geraria dependência e desestimularia a busca por emprego e afirmam que essas críticas não estão pautadas em evidências empíricas. Na mesma direção, Tavares (2010) verificou que apesar de existir um efeito-renda sobre decisões de trabalho de mães beneficiadas pelo programa, expresso pelo coeficiente associado ao valor do benefício, ele não parece ser suficiente para gerar o chamado ‘efeito-preguiça’.

Ainda assim, a ideia de que uma parcela da população está recebendo numerário é frequentemente classificada como esmola ou assistencialismo, e teria como consequência uma acomodação dos beneficiários em relação ao trabalho. As práticas tradicionais de assistencialismo e clientelismo, que, no decorrer dos séculos, marcaram as políticas sociais brasileiras, reforçam este caráter do programa. Magalhães *et al* (2007) corroboram esta afirmativa e ressaltam que as políticas sociais brasileiras se caracterizaram, ao longo do tempo, pela persistência das iniquidades e pelo caráter clientelista e assistencialista de suas ações. Uma expressão popular é comumente utilizada por aqueles que criticam o programa: “dá o peixe, mas não ensina a pescar”.

Contudo, alguns teóricos não concordam com esse posicionamento. Vaitsman, Andrade e Farias (2009) ponderam que o programa não se trata apenas de acesso ao consumo via transferência de renda, mas da criação de bases institucionais e organizacionais para a incorporação dos segmentos sociais mais pobres e vulneráveis a um sistema de proteção, em que benefício assistencial não significa assistencialismo, mas direito.

Adicionalmente, Santos (2010) ressalta que a perspectiva de inclusão social, incorporada ao PBF, busca extrapolar a distribuição de benefícios monetários, avançando em direção a estratégias voltadas à emancipação das famílias pobres. A garantia de acesso aos serviços sociais básicos e aos programas complementares constitui um eixo imprescindível do programa, contribuindo para as chamadas “portas de saída”.

O PBF, portanto, insere-se na rede de proteção social, articulado às políticas públicas da Assistência Social. Os recursos transferidos têm efeitos imediatos e significativos sobre as condições de vida da população pobre, ao promover o acesso a alimentos e atendimento de outras necessidades básicas. Contudo, uma das questões mais polêmicas sobre os programas de combate à pobreza é o alcance de sua efetividade. Como este benefício auxilia os mais vulneráveis através de valores pecuniários, o PBF é considerado muitas vezes como assistencialista, não permitindo aos beneficiários se emancipar e a sair da pobreza.

### Valores dos benefícios do PBF

O valor a ser recebido por uma família depende de sua renda per capita mensal e da sua composição, ou seja, se há na família crianças, adolescentes, jovens, mulheres grávidas ou nutrizas. Vale destacar que o BF realiza, preferencialmente, o pagamento dos benefícios às mulheres, com o objetivo de contribuir para a ampliação do bem-estar da família e ao mesmo tempo da autonomia feminina no espaço doméstico (BRASIL, 2013).

**Quadro 1: Composição de Valores do PBF, Brasil, Outubro de 2014**

Benefício	Valor	Regra
<b>Básico</b>	R\$ 77,00	- Transferido às famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal <i>per capita</i> menor ou igual a R\$ 77,00); - Concedido mesmo quando não há crianças, adolescentes ou jovens na família.
<b>Benefício Variável de 0 a 15 anos</b>	R\$ 35,00	- Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade;
<b>Benefício Variável à Gestante (BVG)</b>	R\$ 35,00	- Concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição; - Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês; - A identificação da gravidez é realizada no Sistema Bolsa Família na Saúde. O Cadastro Único não permite identificar as gestantes.
<b>Benefício Variável Nutriz (BVN)</b>	R\$ 35,00	- Transferido às famílias beneficiárias do PBF que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição; - Pagamento de seis parcelas consecutivas, a contar da data de concessão do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida.
<b>Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ)</b>	R\$ 42,00	- Transferido às famílias beneficiárias do PBF que tenham adolescentes de 16 e 17 anos; - Limite de até dois benefícios por família; - O BVJ continua sendo pago regularmente à família até dezembro do ano de aniversário de 18 anos do adolescente.
<b>Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP)</b>	Caso a caso	- Transferido às famílias beneficiárias do PBF que estejam em situação de extrema pobreza (renda mensal <i>per capita</i> menor ou igual a R\$ 77,00), mesmo após o recebimento dos outros benefícios do PBF. O benefício para superação da extrema pobreza independe da composição familiar.

Fonte: Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome, 2014.

O programa tem quatro tipos de benefícios: o Básico, o Variável, o Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza

(BSP). O Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) é o mais recente benefício concedido pelo PBF, foi implantado em Maio de 2012 por meio do Plano Brasil Sem Miséria, através da ação Brasil Carinhoso destinado a famílias extremamente pobres com crianças entre 0 e 6 anos. É concedido às famílias cuja renda per capita se mantenha igual ou inferior a R\$ 77,00, mesmo após o recebimento dos benefícios do PBF (Básico, Variável e/ou BVJ). Assim, o valor será equivalente à soma necessária para que a renda da família supere a linha de extrema pobreza (R\$ 77,00) (BRASIL<sub>a</sub>, 2013).

### Condicionalidades do PBF

Para manter o benefício, são exigidas contrapartidas das famílias, que são chamadas de “condicionalidades” pelo Programa. As condicionalidades são compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. De um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuarem recebendo o benefício, por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta de serviços públicos de saúde, educação e assistência social (BRASIL<sub>a</sub>, 2013).

O acompanhamento das condicionalidades se dá em três setores: Educação, Assistência Social e Saúde, como o acompanhamento do estado nutricional e do calendário de imunização para crianças, a realização de pré-natal, além de frequência mínima na escola e em serviços socioeducativos (RAMOS e CUERVO, 2012).

**Quadro 2: Condicionalidades do PBF**

Áreas	Condicionalidades
<b>Educação</b>	Todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.
<b>Saúde</b>	As famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.
<b>Assistência social</b>	Crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

O cumprimento das condicionalidades tem, como objetivo principal, impulsionar a ruptura do ciclo de reprodução da pobreza entre gerações. Seu descumprimento é considerado um indicador de vulnerabilidade da família, a qual, mais do que ser punida por sua falta, deveria receber uma atenção especial do poder público para que sua inadimplência fosse resolvida. O descumprimento das condicionalidades do PBF ocasiona às famílias alguns efeitos em seu benefício financeiro, a saber: advertência, bloqueio, suspensão, cancelamento. Esses efeitos são gradativos, possibilitando a identificação das famílias que não cumprem as condicionalidades a fim de acompanhá-las, com o intuito de que os problemas que geraram o descumprimento possam ser resolvidos (BRASIL<sup>a</sup>, 2013).

### Quadro 3: Efeitos gradativos do descumprimento das condicionalidades do PBF

Famílias PBF com crianças entre 0 a 15 anos, gestantes e adolescentes de 15 a 17(BVJ).		
Descumprimento	Efeito	Situação do benefício financeiro
<b>1° Registro</b>	Advertência	A família continua recebendo o benefício
<b>2° Registro</b>	Bloqueio (30 dias)	Uma parcela do benefício fica retida por 30 dias. Após a família volta a receber o benefício normalmente e pode sacar a parcela bloqueada
<b>3° Registro</b> <b>4° Registro</b>	1° Suspensão (60 dias) 2° Suspensão (60 dias)	Duas parcelas não são pagas. Após esse período a família volta a receber o benefício normalmente, mas as duas parcelas suspensas não são pagas.
<b>5° Registro</b>	Cancelamento	Não é possível sacar as parcelas anteriores, a família é desligada do PBF.

Fonte: Elaboração da autora a partir de MDS, 2013.

A fiscalização do descumprimento é realizada pelo poder público local que deve acompanhar as famílias em descumprimento, identificar os motivos e encaminhá-las, a depender do caso, ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – equipamento da política de assistência social responsável pela proteção social básica e garantia da cidadania – ou ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) – equipamento responsável pelo cuidado às famílias, indivíduos ou grupos

que tiveram os seus direitos violados ou estão em vulnerabilidade e risco para tanto – a fim de que as famílias possam superar as dificuldades que obstruíram o cumprimento das contrapartidas (BRASIL<sup>a</sup>, 2013). O Bolsa Família é um benefício de proteção básica para as famílias cuja entrada deve ser pelos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS.

O CRAS – Centro de Referência de Assistência Social é a unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência Social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. É a unidade que deve garantir o acesso a direitos socioassistenciais. O CRAS é a porta de entrada dos usuários à rede de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2012).

De acordo com a PNAS (2004) a proteção social básica tem como objetivos:

prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero, por deficiências entre outras) (p.33).

O objetivo do CRAS/Paif (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, que é desenvolvido no CRAS) consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (BRASIL, 2012).

O CRAS funciona como instrumento integrador das políticas no âmbito local, como a articulação do PBF com programas e ações complementares desenvolvidas para atender as famílias vulneráveis do município. Moreira *et al* (2012) apontam a importância do CRAS na execução do Programa Bolsa Família e no processo de empoderamento, pois a convivência e a participação neste local vêm contribuindo para a conscientização sobre direitos, para a inserção social e para a melhoria do bem-estar das mulheres, fatores comprovados por meio do interesse das mulheres por cursos, oficinas,

informações sobre programas sociais e atendimento psicossocial ofertados nestes espaços.

A participação social da Psicologia possibilita práticas voltadas para o fortalecimento de populações vulneráveis. O psicólogo no CRAS trabalha com as famílias em situação de vulnerabilidade social, procurando fazer um trabalho voltado para que elas saiam dessa situação, através do fortalecimento e protagonismo dos indivíduos, buscando que eles se reconheçam como protagonistas de sua história, e reconheçam seus direitos. Essa Psicologia valoriza a construção de práticas comprometidas com a transformação social em direção a uma ética voltada para a emancipação humana. Tem o compromisso com a autonomia dos sujeitos, com a crença no potencial dos moradores e das famílias referenciadas pelo CRAS, para que rompam com o processo de exclusão/marginalização, assistencialismo (CREPOP, 2007).

O trabalho do psicólogo no CRAS se concretiza através das atividades com grupos sócios educativos/de convivência de crianças, adolescentes e idosos; realização de palestras; entrevistas e acolhimento, visitas domiciliares. A prática profissional dos psicólogos nas áreas das políticas públicas está pautada, portanto em romper com os processos de exclusão; contribuir para ressignificação do indivíduo sobre como a vulnerabilidade social é produzida; potencializar os recursos psicossociais individuais e coletivos entre outros. Os psicólogos atuantes no CRAS devem promover e fortalecer vínculos sócio-afetivos e promover progressivamente a independência e autonomia. Portanto, a Psicologia pode se inserir nas políticas públicas, de forma a ajudar na produção de demandas, na sua efetivação e no seu monitoramento.

### **Programas Complementares**

O PBF entende a pobreza como um fenômeno multidimensional. Por isso, para seu enfrentamento, busca unir a transferência de renda ao acesso a outros direitos sociais e outras iniciativas a fim de ampliar a capacidade das famílias superarem a condição de pobreza e vulnerabilidades.

Não há nenhum impedimento para que beneficiários do PBF ingressem no mercado de trabalho. Pelo contrário, o Governo Federal prioriza os beneficiários em iniciativas de qualificação profissional e acesso ao emprego. Para isso, existem os programas complementares ao PBF, que são ações organizadas e regulares direcionadas

às famílias beneficiárias PBF e àquelas inscritas no CadÚnico, de maneira a possibilitar o desenvolvimento de suas capacidades e oferecer oportunidades para a superação da pobreza e da vulnerabilidade social (BRASIL<sup>b</sup>, 2013).

De acordo com o MDS (BRASIL<sup>b</sup>, 2013), o objetivo dessas ações é complementar e potencializar os impactos proporcionados pelas transferências condicionadas de renda. As ações são ofertadas pelas três esferas de governo - União, Estados e Municípios - e pela sociedade civil. A articulação de programas complementares com o PBF contribui para combater o quadro de desigualdades e para promover a inclusão social. Contudo, para que essas ações sejam mais efetivas, é preciso considerar a realidade local e as especificidades da população a ser atendida.

Os programas complementares abrangem ações e políticas setoriais nas áreas de:

- Acesso ao conhecimento e ampliação da escolaridade;
- Geração de trabalho e renda;
- Acesso a bens e serviços culturais;
- Garantia dos direitos sociais (documentação civil, segurança, etc.);
- Desenvolvimento local (habitação, saneamento, etc.); e
- Dentre outras.

Para potencializar o acesso das famílias beneficiárias do PBF a estas ações é necessária a articulação com outros programas e políticas setoriais num trabalho intersetorial. Dessa forma, para que as ações complementares ao BF se concretizem, a intersetorialidade é fundamental. Alguns exemplos de programas importantes em articulação intersetorial com o PBF, são (BRASIL, 2009):

*Programa Mais Educação (PME):* tem por objetivo melhorar a qualificação do ensino no país, ampliando o tempo e a qualidade da permanência de crianças e adolescentes matriculados em escolas públicas. O PME concretiza-se na oferta de educação básica em tempo integral, considerando a jornada diária escolar de, no mínimo sete horas.



*Programa Saúde na Escola:* o objetivo da articulação com o Programa Saúde na Escola é promover a saúde dos alunos de escolas públicas, beneficiários do BF. As ações são realizadas junto às escolas, promovendo hábitos saudáveis e cultura da paz, prevenção de drogadição e alcoolismo, educação sexual e diagnóstico precoce de problemas de saúde, por meio de avaliação clínica que comprometem o desempenho escolar e o desenvolvimento adequado das crianças e jovens.

*Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec):* criado pela lei nº 12.513/2011 e implantado pelo Ministério da Educação (MEC) o Programa é uma das ações que integram o Plano Brasil Sem Miséria (BSM). Seu principal objetivo é ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica via programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Através da parceria entre o MEC e o MDS, foi assegurada a oferta gratuita de cursos de qualificação profissional do Pronatec, na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC), para pessoas inscritas ou em processo de inclusão no Cadastro Único, com prioridade para beneficiários do PBF e do BPC, ressaltando que estes não perderão seus benefícios quando forem matriculados no Pronatec.

Outras ações complementares ao PBF são os programas para formação de microempreendimentos, concessão de microcréditos, estratégias de apoio à aquisição, construção ou reforma da unidade habitacional, produção e acesso a cultura e emissão de documentos de identificação civil. Os programas complementares potencializam os efeitos gerados pelas transferências condicionadas de renda na redução das desigualdades, possibilitando às famílias a superação da condição de pobreza/extrema pobreza em direção a melhores oportunidades.

As maiores concentrações de beneficiários do PBF encontram-se nas regiões Norte e Nordeste. São nessas regiões também que se concentram os maiores índices de pobreza e extrema pobreza do país (IBGE, 2010). De acordo com o MDS (Instituto Lula, 2014), dos 4,5 milhões de brasileiros que abriram ou formalizaram pequenos negócios aderindo ao Programa Microempreendedor Individual (MEI), 10% são beneficiários do Bolsa Família; nas regiões Norte e Nordeste o percentual ultrapassa os 35%. Braga, Leandro e Barbosa afirmam que a experiência exitosa do Crediamigo tem comprovado

que a concessão do microcrédito, aliada à atividade produtiva vem conseguindo provar a força desses elementos na redução da pobreza na Região Nordeste.

### CAPÍTULO 3

#### REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO NORDESTE E NA ZONA RURAL

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficiam famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Mas afinal, o que é pobreza?

No Brasil, a pobreza normalmente é definida como a incapacidade dos indivíduos terem uma condição de vida adequada em decorrência dos baixos rendimentos recebidos. Apesar de mensurada basicamente pela renda, a pobreza não se limita a ela, revelando-se também por meio da privação de necessidades básicas. Assim, a pobreza é considerada em seu caráter multidimensional. “Pobres” são aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo excluídos em graus diferenciados da riqueza social (BRASIL<sup>c</sup>, 2013).

Segundo o World Bank (2002), pobreza é caracterizada como sendo a ausência de condições mínimas, necessárias a sobrevivência humana: é a falta de um teto para se resguardar, é estar enfermo e não poder ser atendido por um médico, é não poder ir a escola e não saber ler, não possuir trabalho, temer o futuro e viver dia após dia. É perder um filho devido a enfermidades relacionadas à água impura, é a impotência, falta de representação e liberdade.

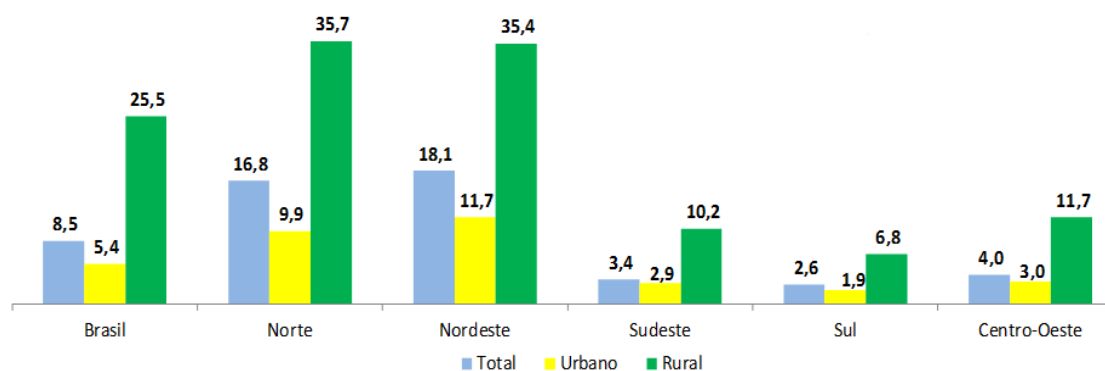
Amartya Sen (2000) introduz um novo conceito de pobreza, o da “privação de capacidades”, congregando reflexões acerca de justiça social, desigualdades e igualdades. As capacidades, de acordo com o autor, são um conjunto de vetores de funcionamentos, que refletem a liberdade de uma pessoa de levar um ou outro tipo de vida. Disso decorre a noção de que a pobreza não deve ser identificada com o critério padrão da escassez de renda, mas deve ser interpretada como a privação das chamadas “capacidades básicas” (SEN, 2000). O autor ressalta que a disponibilidade de um bem ou serviço para a população não é sinônimo de que o mesmo seja acessado de fato. Para isso, são necessárias capacidades essenciais, que, muitas vezes, as populações socialmente desfavorecidas não possuem, para poderem, então, buscar a concretização do acesso a esses serviços ou bens.

Portanto, há várias formas de conceituar e mensurar a pobreza, sendo possível compreendê-la dentro de uma visão multidimensional ou de insuficiência de renda. E como a pobreza se apresenta no Brasil?

De acordo com os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Brasil possui 16,2 milhões de pessoas vivendo em condições de pobreza extrema, que são assim enquadradas por possuir renda mensal abaixo de até R\$ 70, ou pouco mais de R\$ 2 por dia. Dentre esses 16,2 milhões de habitantes na extrema pobreza, que correspondem a 8,5% da população brasileira, a grande maioria é negra ou parda, 53% vivem em área urbana e 46,7% são moradores do campo que, em muitos casos, exercem atividades baseadas na agropecuária de subsistência. (IBGE, 2010)

O novo mapa da pobreza no Brasil revela que as regiões Norte e Nordeste concentram os maiores índices de pobreza e esta é mais grave no meio rural. “Embora apenas 15,6% da população brasileira resida em áreas rurais, dentre as pessoas em extrema pobreza, elas representam pouco menos da metade (46,7%)” (BRASIL, 2011, p. 3). O Gráfico 1 apresenta a incidência da extrema pobreza por situação do domicílio – urbano e rural – para cada uma das Grandes Regiões do país.

**Gráfico 1: Incidência da população em extrema pobreza por situação do domicílio segundo Grandes regiões – 2010 (em%)**



Fonte: Censo demográfico IBGE, 2010, Elaboração MDS.

A tabela 1 apresenta a distribuição da população total e da população em extrema pobreza segundo Grandes Regiões e situação do domicílio. Observa-se que a população total rural nas regiões Norte e Nordeste supera consideravelmente as demais regiões – 26,5% e 26,9% respectivamente. Nestas duas regiões também se concentra mais da metade da população em extrema pobreza – 56,4 na região Norte e 52,5% na

região Nordeste, enquanto nas demais regiões verificam-se com percentuais inferiores (BRASIL, 2011).

**Tabela 1: Distribuição da população total e população em extrema pobreza segundo Grandes Regiões e situação do domicílio**

<b>População Total</b>						
	<b>Total</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>	<b>% Total</b>	<b>% Urbano</b>	<b>% Rural</b>
<b>Brasil</b>	<b>190.755.799</b>	<b>160.925.792</b>	<b>29.830.007</b>	<b>100,0</b>	<b>84,4</b>	<b>15,6</b>
Norte	15.864.454	11.664.509	4.199.945	100,0	73,5	26,5
Nordeste	53.081.950	38.821.246	14.260.704	100,0	73,1	26,9
Sudeste	80.364.410	74.696.178	5.668.232	100,0	92,9	7,1
Sul	27.386.891	23.260.896	4.125.995	100,0	84,9	15,1
Centro-Oeste	14.058.094	12.482.963	1.575.131	100,0	88,8	11,2
<b>População em extrema pobreza</b>						
	<b>Total</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>	<b>% Total</b>	<b>% Urbano</b>	<b>% Rural</b>
<b>Brasil</b>	<b>16.267.197</b>	<b>8.673.845</b>	<b>7.593.352</b>	<b>100,0</b>	<b>53,3</b>	<b>46,7</b>
Norte	2.658.452	1.158.501	1.499.951	100,0	43,6	56,4
Nordeste	9.609.803	4.560.486	5.049.317	100,0	47,5	52,5
Sudeste	2.725.532	2.144.624	580.908	100,0	78,7	21,3
Sul	715.961	437.346	278.615	100,0	61,1	38,9
Centro-Oeste	557.449	372.888	184.561	100,0	66,9	33,1

Fonte: IBGE. Universo preliminar do Censo Demográfico 2010. Elaboração: MDS.

Os 16,27 milhões de extremamente pobres no país estão concentrados principalmente na região Nordeste, totalizando 9,61 milhões de pessoas (59,1%), distribuídos 56,4% no campo, enquanto outros 43,6% em áreas urbanas.

Dos extremamente pobres nas áreas urbanas (8,67 milhões), pouco mais da metade da população vive no Nordeste (52,6%) e cerca de um em cada quatro na região Sudeste (24,7%).

De um total de 29,83 milhões de brasileiros residentes no campo, praticamente um em cada quatro se encontra em extrema pobreza (25,5%), perfazendo um total de 7,59 milhões de pessoas. As regiões Norte e Nordeste apresentam valores relativos parecidos – 35,7% e 35,4%, respectivamente – de população rural em extrema pobreza.

De acordo com Souza e Osorio (2013) em 2003, 56,9% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres moravam em municípios pequenos das regiões Norte e Nordeste; já em 2011 eram 64,9% e 50,7%, respectivamente.

**Tabela 2: Distribuição espacial da população dos estratos de renda, Brasil, 2003-2011 (em%).**

Ano	Estratos de renda	Sul, Sudeste e Centro-Oeste		Norte e Nordeste		Total
		Municípios pequenos	Municípios grandes	Municípios pequenos	Municípios grandes	
2003	Extremamente pobres	14,6	12,3	56,9	16,2	100,0
	Pobres	21,7	20,9	38,1	19,3	100,0
	Vulneráveis	30,5	38,2	17,4	13,9	100,0
	Não pobres	25,7	58,9	4,9	10,5	100,0
	<b>Total</b>	<b>26,6</b>	<b>38,8</b>	<b>20,6</b>	<b>14,0</b>	<b>100,0</b>
2011	Extremamente pobres	10,7	9,5	64,9	15,0	100,0
	Pobres	15,2	14,1	50,7	20,0	100,0
	Vulneráveis	25,2	33,4	22,8	18,6	100,0
	Não pobres	26,7	54,8	6,3	12,3	100,0
	<b>Total</b>	<b>24,7</b>	<b>40,2</b>	<b>19,1</b>	<b>16,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Tabela produzida por Souza e Osorio (2013)

Para os autores supracitados, tanto a pobreza quanto a extrema pobreza são cada vez mais problemas típicos dos municípios do interior das regiões Norte e Nordeste, que se configuram como áreas prioritárias para intervenções públicas. Nestes pequenos municípios, é possível identificar, com maior facilidade, quem são os pobres e extremamente pobres, em função da maior incidência, e implementar políticas capazes de afetar a maior parte dos brasileiros nesta situação.

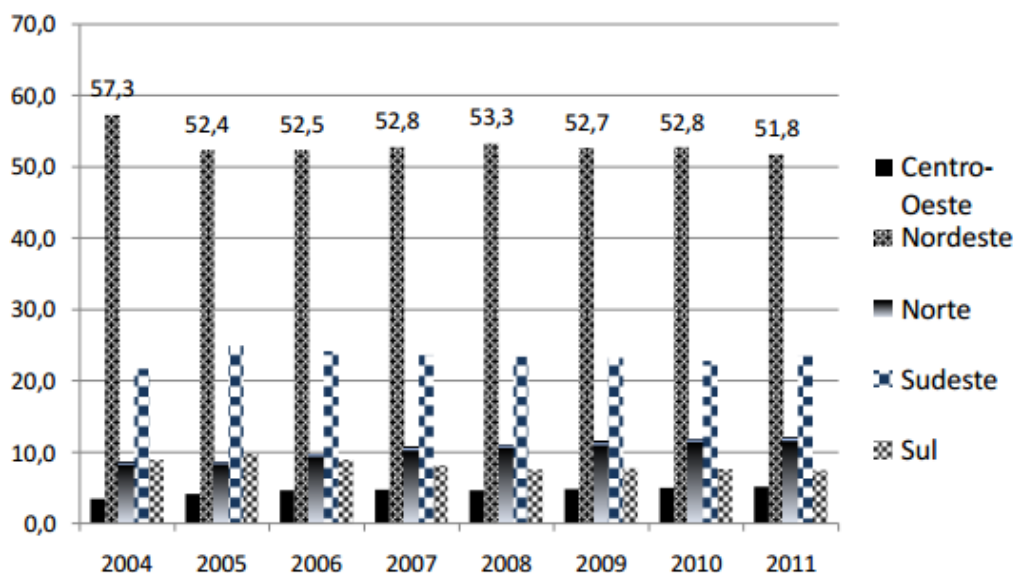
Nos pequenos municípios a pobreza está presente, principalmente no meio rural. De acordo com Mocelin e Fialho (2010) a pobreza rural é relativamente maior que a urbana, mas em números absolutos a urbana afeta o maior número da população, principalmente após o acentuado processo de urbanização do século passado. A pobreza rural distingue-se da urbana pelo acesso às políticas públicas. A pobreza urbana caracteriza-se por uma população que, em certa medida, tem proximidade com as organizações (governamentais e não-governamentais) que realizam ações de combate à

pobreza, facilitando, consideravelmente, o acesso as políticas públicas. Na pobreza rural, as comunidades, em boa parte, possuem dificuldade de acesso às políticas públicas, sobretudo pela falta de informação, distanciamento físico e a não assistência das organizações de extensão rural (MOCELIN e FIALHO, 2010).

Sen (2000) tornou evidente a necessidade de que políticas públicas possam ser mais bem planejadas de modo a influir positivamente na melhoria de vida das pessoas, notadamente aquelas mais pobres.

A quantia de recursos do PBF é muito mais significativo na região Nordeste que recebeu a maior parcela dos benefícios durante os anos de 2004 a 2011, representando, em média, 53,0% do total (Gráfico 2). O menor percentual dos recursos recebidos através do PBF situou-se na região centro-oeste, média de 4,6%, evidenciando o número relativamente pequeno de famílias que são beneficiárias nesta área. A região sul recebeu, em média, 8,2% do total dos recursos do Programa no período, dos quais menos da metade, 3,6 %, destinados aos beneficiários no RS.

**Gráfico 2: Participação de percentual das transferências do Programa Bolsa família por regiões do Brasil 2004-2011, em %.**



Fonte: dos dados brutos: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Matriz de Informação Social.

O volume mais expressivo de benefícios para a região Nordeste reflete também um maior número de famílias que dependem destes recursos nesta região, em média 50,0% como pode ser observado na tabela 3.

**Tabela 3: Participação percentual das famílias do Programa Bolsa Família por Regiões, Brasil, 2004-2011.**

	Famílias							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Centro-Oeste	4,3	5,1	5,4	5,3	5,2	5,5	5,7	5,4
Nordeste	48,4	48,8	49,6	50,5	51,6	50,2	50,5	51,1
Norte	7,7	8,0	9,3	9,8	10,2	10,4	10,6	11,1
Sudeste	25,2	26,7	26,2	25,8	25,0	25,1	24,9	24,7
Sul	10,2	11,3	9,4	8,7	8,1	8,9	8,3	7,8
<b>TOTAL BRASIL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Matriz de Informação Social.

O Estado da Bahia foi o Estado que mais ganhou recursos do PBF - 1,753 milhão de benefícios, 543 mil a mais que São Paulo, segunda unidade da Federação mais favorecida (1,210 milhão) (MATIJASCIC, 2011). A Bahia possui 2.407.990 extremamente pobres, o que significa 14,8% do país e 25,1% da região Nordeste. Destes, 53,5% estão na zona rural e 46,5% zona urbana. O número de extremamente pobres na Bahia supera em mais de quatro vezes o registrado em toda região Centro-oeste e três vezes o registrado em toda região Sul (IBGE, 2010).

**Figura 1: Cenário da pobreza no estado da Bahia**



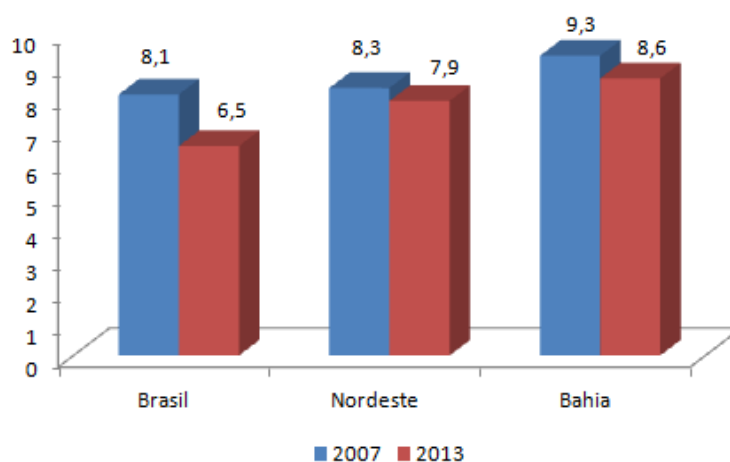
Fonte: Dados Brutos SEI, 2010.



cacau e fibras. Essas atividades se desenvolveram principalmente em latifúndios com reduzidos índices de mecanização e produtividade, o que demonstra a fragilidade da formação industrial do estado (ARAÚJO e CAMPOS, 2012).

Conforme dados do último Censo Demográfico, o Estado da Bahia, em agosto de 2010, possuía 6.555.401 pessoas economicamente ativas, das quais 5.841.080 estavam ocupadas e 714.321 desocupadas. A taxa de participação ficou em 55,7% e a taxa de desocupação estadual foi de 10,9%. Em relação a taxa de desemprego, houve uma queda no estado quando comparado a região Nordeste entre os anos 2007 e 2013, mas ainda é alta em relação ao do país.

**Gráfico 3: Taxa de desemprego – Brasil, Nordeste e Bahia, 2007 -2013.**



Fonte: IBGE - PNAD 2007 e 2013 Cálculos da SEI a partir dos microdados.

Diante deste cenário, reflexões acerca do PBF em pequenos municípios, sobretudo em comunidades rurais, possibilitam compreender o real impacto deste Sistema Brasileiro de Proteção Social, e se esta política permite a verdadeira inclusão na sociedade enquanto cidadãos que tem seus direitos garantidos. É notável, a falta de pesquisas, em relação ao PBF, como uma estratégia de redução da pobreza rural, onde há diferentes fatores que influenciam para a manutenção da mesma. Desta forma será apresentado a seguir o município do interior da Bahia, local onde a presente pesquisa foi desenvolvida.

## CAPÍTULO 4

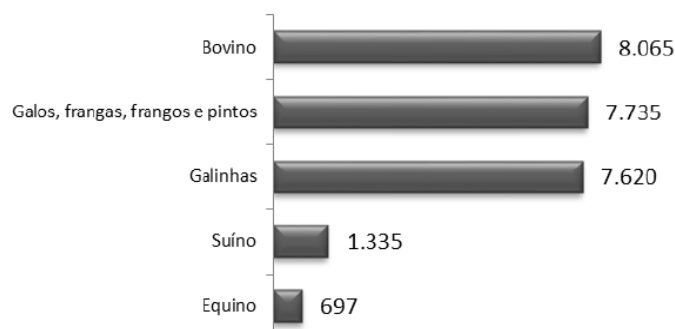
### CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município será chamado de Saramandaia, nome fictício, pois julgou-se acertado não revelar o nome real, a fim de garantir a privacidade das entrevistadas. É um município de pequeno porte, predominantemente rural, localizado no interior da Bahia. Apresenta uma extensão territorial de 84,761 km<sup>2</sup> e uma distância de 170 km da capital baiana (SEI, 2010). Tem uma população estimada, em 2013, de 3874 habitantes, destes, 1760 residem na zona urbana, e 2114 na zona rural conforme dados do Censo Demográfico do IBGE (2010).

A partir da vivência da pesquisadora no município, pôde-se observar que boa parte das famílias do município possuem algum tipo de laços de parentesco, e é notável a grande socialização das pessoas. É um município novo (criado em 1962), e que, por toda sua existência, sempre se constituiu como um lugar de desemprego; de pobreza rural; com problemas na infraestrutura; habitações precárias; de pessoas da zona rural com dificuldade de poder chegar a cidade; com uma condição de vida desfavorável, em total vulnerabilidade social. Contudo, um local também de muita tranquilidade com índices de violência baixíssimos, como mostra o mapa da violência (WASELFSZ, 2014), onde o município estava entre as cidades sem registro de homicídio desde 2008.

No que se refere aos aspectos econômicos, importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura, conforme dados do boletim do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome (MDS) com base de dados do IBGE 2010.

**Gráfico 4: Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município – 2011**

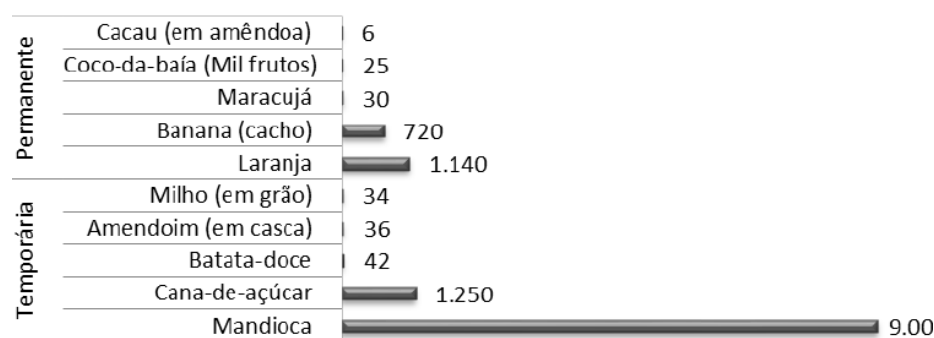


Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (PAM)

Além da pecuária, destaca-se na agricultura do município o cultivo de mandioca, cana-de-açúcar, laranja e banana. O município possuía 396 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 88% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 32% da área, ocupavam 81% da mão de obra do setor e participavam com 46% do valor da produção agropecuária municipal. Em 2014, havia 340 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município (BRASIL<sup>a</sup>, 2014).

As famílias do município que têm como ocupação principal a agricultura de base familiar quase sempre vêm associadas a outras atividades na composição da renda. Assim, o trabalho na terra vem combinado, geralmente, a atividades como o assalariamento ou pagamento de dias de trabalho em outras propriedades agrícolas e atividades autônomas (pedreiro, vendedor de bijuterias, doméstica entre outros). A diversificação da renda é mais do que um seguro aos riscos sempre possíveis nas atividades agrícolas (riscos climáticos, de escassez agrícola e preços baixos), a diversificação é um complemento essencial para a sobrevivência, tendo em vista, a baixa renda agrícola recebida pelas famílias (VALANDRO et al, 2011).

**Gráfico 5: Distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município segundo condição permanente/temporária (toneladas) – 2011**

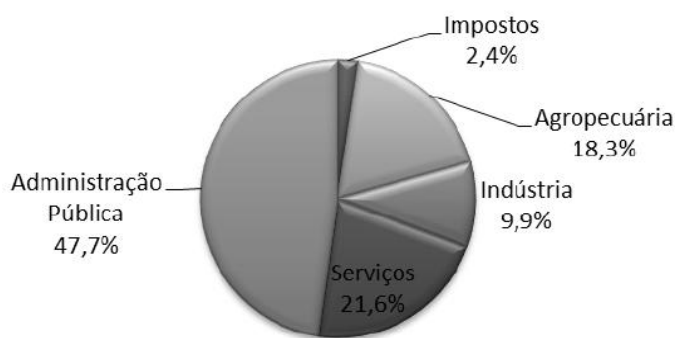


Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária municipal (PAM)

No quesito aspectos econômicos, entre 2005 e 2010, segundo o IBGE (2010), o Produto Interno Bruto (PIB, que representa a soma - em valores monetários - de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região. O PIB é um dos indicadores mais utilizados com o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma

região) do município cresceu 58,7%, passando de R\$ 10,5 milhões para R\$ 16,7 milhões.

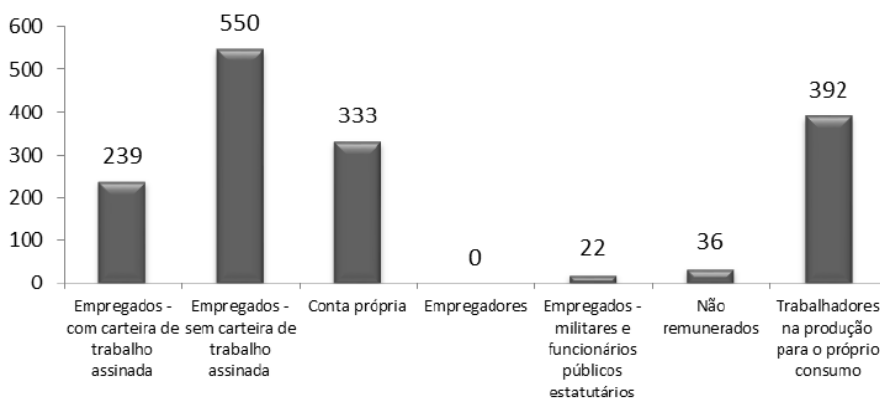
**Gráfico 6: Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do município - 2010**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 1.772 pessoas com 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas, sendo que 1.572 estavam ocupadas e 200 desocupadas. A taxa de participação ficou em 53,3% e a taxa de desocupação municipal foi de 11,3%. A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 15,2% tinham carteira assinada, 35,0% não tinham carteira assinada, 21,2% atuam por conta própria. Servidores públicos representavam 1,4% do total ocupado (número que foi alterado após a realização de concurso público no município em 2012) e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 27,2% dos ocupados.

**Gráfico 7: Pessoas ocupadas por posição na ocupação – 2010**



Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010.

A distribuição das pessoas ocupadas por seção de atividade revelou que a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas detinham 54,4% do total da população ocupada no município.

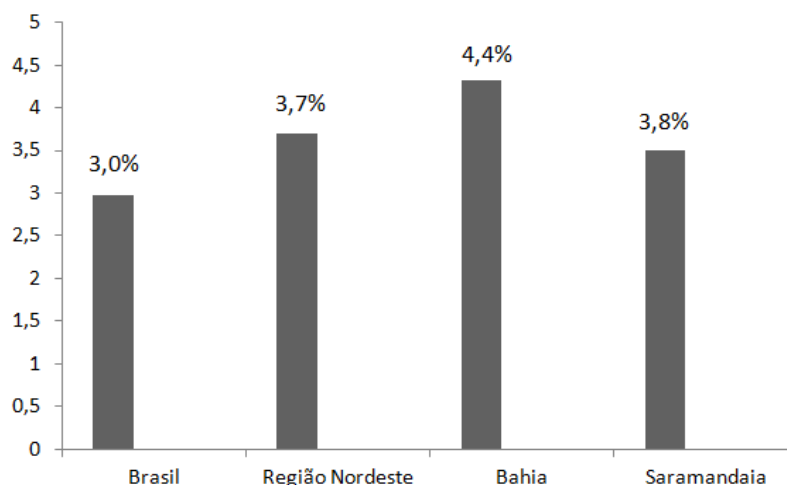
**Tabela 4: Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações – 2010**

Seção de atividade	N	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	661	42,0
Indústrias extrativas	-	-
Indústrias de transformação	55	3,5
Eletricidade e gás	-	-
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	-	-
Construção	64	4,1
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	194	12,3
Transporte, armazenagem e correio	73	4,6
Alojamento e alimentação	17	1,1
Informação e comunicação	04	0,3
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	03	0,2
Atividades imobiliárias	-	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	-	-
Atividades administrativas e serviços complementares	15	1,0
Administração pública, defesa e seguridade social	85	5,4
Educação	110	7,0
Saúde humana e serviços sociais	51	3,2
Artes, cultura, esporte e recreação	26	1,7
Outras atividades de serviços	34	2,2
Serviços domésticos	125	8,0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
Atividades mal especificadas	54	3,4
<b>Total</b>	<b>1.572</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Os dados do Censo Demográfico e do Ministério do Trabalho e Emprego possibilitam um diagnóstico sobre o mercado de trabalho neste município. Os dados do Censo (Gráfico 8) permitem conhecer a inserção ou não das pessoas no mercado de trabalho. O percentual de pessoas de referência do domicílio desempregada no município é de 3,8% e é menor que a do Estado da Bahia, conforme gráfico a seguir com dados do Censo de 2010.

**Gráfico 8: Percentual de pessoas de referencia desempregadas de domicílios particulares permanentes – 2010.**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Nota-se que apesar da suposta vocação para a agropecuária devido ao cultivo de diferentes culturas, tais como mandioca, cana de açúcar, laranja e banana, além da criação de diversos animais, com destaque para rebanho bovino e avicultura, a economia é regulada pelo setor da Administração Pública, que é a responsável pela maioria dos empregos ofertados no município. O comércio do município restringe-se a duas padarias, alguns salões de beleza, bares, lanchonetes, uma farmácia, uma loja de material de construção, uma loja de produtos agropecuários, uma carpintaria, oficinas. No entanto, são comércios de famílias, e as pessoas que geralmente são empregadas nestes estabelecimentos são os próprios parentes. No município, há um número grande de pessoas desempregadas, que, muitas vezes, recorrem aos municípios vizinhos, em busca de uma oportunidade de emprego.

No que diz respeito a Educação, existem no município oito escolas municipais de ensino fundamental, uma escola pública estadual, e uma creche municipal. Conforme os dados do último Censo (IBGE, 2010), a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 19,2%. Na área urbana, a taxa era de 16,5% e na zona rural era de 21,5%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 5,3%. Em 2010, 52,67% dos alunos entre 6 e 14 anos estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 42,03% e, em 1991, 11,16%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 22,77% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso.

Em 2000 eram 7,28% e, em 1991, 0,00%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 4,31% estavam cursando o ensino superior em 2010, 0,00% em 2000 e 0,00% em 1991. Nota-se um crescimento tímido no nível de escolaridade no município.

Depreende-se que a taxa de analfabetismo no município é grande, sobretudo na zona rural. Esse quadro negativo pode influenciar a questão do número de desempregados no município, uma vez que o grau de escolaridade é um dos fatores determinantes para se conquistar uma colocação no mercado de trabalho.

Em relação à saúde, existem no município duas Unidades de Saúde da Família (USF), localizadas na área urbana, que ofertam serviços médicos, odontológicos e psiquiátricos, farmácia popular, além de especialistas nas áreas de cardiologia, cirurgia, ginecologia. Apesar do município não possuir serviços de média e alta complexidade do SUS, a Secretaria de Saúde encaminha os casos que não podem ser atendidos no município, para outros municípios, como Santo Antonio de Jesus e Salvador. Inclusive, a população pode contar com a disponibilidade de carros da Unidade de Saúde, 24 horas, que vão buscar os pacientes mais debilitados em sua residência para levá-los ao atendimento necessário.

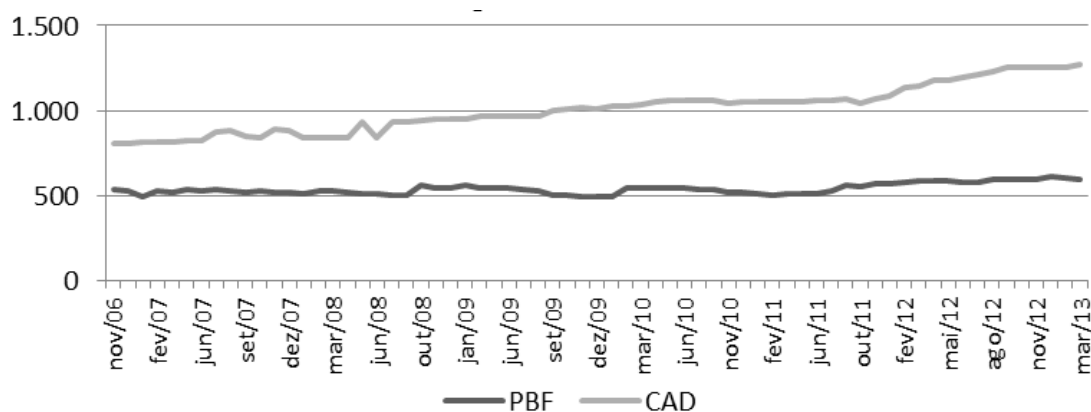
É importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) revelaram que na área rural, a coleta de lixo atendia 92,8% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso estava em 61,2% dos domicílios particulares e 0,8 % das residências dispunham de esgotamento sanitário. Do ponto de vista da infraestrutura na área urbana, constatou-se que 96,6% da população tinha coleta de lixo, 99,85% da população com energia elétrica e 97,9% da população com água encanada. Estes dados revelam que é preocupante o fato da população da zona rural não ter acesso a esgotamento sanitário, utilizando-se de fossas, além da falta de água encanada, suprida através de fontes, o que pode trazer consequências negativas para a saúde.

A Secretaria Municipal de Assistência Social é o órgão responsável pelo PBF no município, juntamente com o CRAS. Conforme dados do último Censo (IBGE, 2010), no município, em agosto de 2010, a população total era de 3.874 residentes, dos quais 701 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per*

*capita* abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 18,1% da população municipal viviam nessa situação. Do total de extremamente pobres, 493 (70,3%) viviam no meio rural e 208 (29,7%) no meio urbano.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município contava com 1.269 famílias registradas no Cadastro Único e 592 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (46,65% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros (BRASIL<sub>b</sub>, 2014).

**Gráfico 9: Evolução da quantidade de registros no Cadastro Único e de beneficiários do Programa Bolsa Família 2006 -2013.**



Fonte: MDS, 2013.

Em Junho de 2014 o total de famílias inscritas no Cadastro Único era de 1.425 dentre as quais (BRASIL<sub>b</sub>, 2014):

- 658 com renda per capita familiar de até R\$70,00;
- 790 com renda per capita familiar de até R\$ 140,00;
- 1.096 com renda per capita até meio salário mínimo.

A quantidade de famílias beneficiárias do PBF até Junho de 2014 era de 644, com um valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias de R\$. 105.181,00 no mês (BRASIL<sub>b</sub>,2014).

Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócio assistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do município. O município foi habilitado no ano de 2005 a condição de Gestão Básica em conformidade às regras de



transição da NOB/SUAS - Norma Operacional Básica. Por ser um município de pequeno porte, tem capacidade para apenas um Centro de Referência de Assistência Social.

De acordo com o Relatório de Gestão do CRAS de 2013 do município, compõem os serviços e programas da Assistência Social as seguintes ações:

- *Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)* que é um trabalho de caráter continuado que visa a fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos, contribuindo assim para a melhora da qualidade de vida;

- *Projovem Adolescente*. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens que tem como foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o retorno dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino. Este trabalho é desenvolvido por meio de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho.

- *Centro de Convivência para Idosos*. Grupo da 3ª Idade que se reúne semanalmente, desenvolvendo atividades através da dança, dinâmicas, passeios, e outras atividades lúdicas e educativas.

- *Grupo de bordado*. Para mulheres e crianças que conta com aproximadamente 40 participantes, que se reúnem semanalmente para confecção de toalhas de prato, de banho, e para uma roda de conversa.

- *Centro Digital de Cidadania*. Faz parte do Programa de Inclusão Sócio-Digital, que objetiva levar a população o acesso à comunicação e informações via internet, além de ser um espaço para a concretização da Cidadania. Serviços Oferecidos: curso de informática, oficina para idosos e Deficientes, acesso livre.

- *Atendimento psicossocial* (individual, familiar e em grupo), com ênfase num caráter familiar/sistêmico e uma visão especialmente direcionada ao grupo, diferenciando sua atuação da realizada no consultório.

- *Programa Bolsa Família*. A coordenação, a gestão e a operacionalização do PBF no município compete à Secretaria do Trabalho e Ação Social. Existe no município o Conselho Municipal de Assistência Social que é a instância de controle social. O cadastramento das famílias é realizado através de demandas espontâneas, uma vez que não são realizadas buscas ativas. As atividades realizadas são: cadastro, recadastramento, reunião com beneficiários.

- *Programa Nossa Sopa*. Tem como principal objetivo combater à fome e à desnutrição da população carente, garantindo a fabricação e distribuição de um alimento nutritivo de qualidade, com uma sopa concentrada de verduras, enriquecida com proteínas animal e vegetal, arroz e condimentos. O programa foi aderido pelo município no mês de abril/2010 e complementado com a distribuição de pão, atendendo mensalmente a mais de 2.500 pessoas.

- *Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC-LOAS*. É um benefício da Assistência Social, integrante do SUAS, pago pelo Governo Federal, cuja a operacionalização do reconhecimento do direito é do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e assegurado por lei, que permite o acesso de idosos e pessoas com deficiência às condições mínimas de uma vida digna. Atividades desenvolvidas: assegurar aos idosos e deficientes o acesso ao benefício através de orientações e encaminhamentos; orientação às famílias que possuem pessoas com deficiência na sua composição familiar; inclusão de idosos e deficientes no grupo de convivência e fortalecimento de vínculos; encaminhamento dos beneficiários do BPC a rede de serviços; agendamento de perícia médica (previdência social/INSS) acompanhamento dos beneficiários.

- *Programa BPC na Escola*. É um Programa do Governo Federal voltado aos beneficiários do BPC com deficiência, de 0 a 18 anos, instituído por meio da Portaria Interministerial MDS/MEC/MS/SDH-PR nº 18 de 24 de abril de 2007. O programa tem como objetivo promover o acesso e a permanência na escola dos beneficiários com deficiência do BPC por meio das ações articuladas entre as políticas de assistência social, educação, saúde e direitos humanos, com gestão compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

- *Academia social*. Atividades esportivas com o objetivo de oferecer exercícios físicos regulares, orientados por um profissional qualificado, proporcionando mais saúde, bem estar e melhor qualidade de vida a comunidade.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de março de 2013, atingiu o percentual de 95,35%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 451 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 473. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 98,88%, resultando em 88 jovens acompanhados de um total de 89. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dez de 2012, atingiu 93,17 %, percentual equivale a 450 famílias de um total de 483 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município (BRASIL<sup>a</sup>, 2014).

Diante deste cenário, pode-se observar que neste município baiano, predominantemente rural, há diversos problemas estruturais que trazem dificuldades diárias para a população, como a alta taxa de analfabetismo, de desemprego, problemas de infraestrutura, o que revela que ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para se transformar a realidade local. Os dados na área da Assistência Social permitiram verificar a relevância do PBF na composição da renda das famílias e o alcance do mesmo ao atingir as famílias, aptas a receber o benefício, com maior vulnerabilidade social. O PBF tem se mostrado crucial na formação da renda daquelas famílias que têm poucas alternativas de renda. Portanto, o estudo em uma região muito vulnerável permite observar os impactos do programa.

## CAPÍTULO 5

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do estudo, em virtude do objetivo proposto, compreender as percepções do PBF, pelas suas beneficiárias, suas opiniões e pontos de vista, julgou-se acertado escolher a pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa se propõe a entender os sentidos e a dimensão simbólica construída pelas pessoas, difícil de quantificar. Segundo Bauer e Gaskell (2005, p.65): “É uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação ao comportamento das pessoas em contextos sociais específicos”. A finalidade da pesquisa qualitativa é investigar a diversidade de opiniões sobre um determinado assunto.

Conforme Martins (2004), a pesquisa qualitativa pode ser definida como a que privilegia a análise de microprocessos, por meio do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. Uma das principais críticas feitas à pesquisa qualitativa refere-se à de subjetividade, decorrente da proximidade entre pesquisador e pesquisados. De acordo com Roberto da Matta (1991), é preciso considerar a “interação complexa entre o investigador e o sujeito investigado” que compartilham, mesmo que, muitas vezes, não se comuniquem, “de um mesmo universo de experiências humanas”. Velho (1986) ressalta que, quando se decide tomar sua própria sociedade como objeto de pesquisa, é preciso sempre ter em mente que sua subjetividade precisa ser “incorporada ao processo de conhecimento desencadeado” (p. 16), o que não significa abrir mão do compromisso com a obtenção de um conhecimento mais ou menos objetivo, mas buscar as formas mais adequadas de lidar com o objeto de pesquisa.

Neste estudo, a pesquisadora conhecia quatro das entrevistadas, devido ao seu trabalho no CRAS, o que inclusive possibilitou o uso desse conhecimento para melhor compreensão do campo de pesquisa e análise dos resultados. A partir de meu exercício enquanto psicóloga do CRAS foi possível conhecer um pouco mais sobre aquele município, e sobre os beneficiários do BF. Portanto, não poderia desconsiderar essa aproximação entre sujeito e objeto empírico do conhecimento, entre pesquisador e pesquisado, característica essa que só a abordagem qualitativa poderia sustentar (MARTINS, 2004). Dessa forma, apesar de saber que há o elemento da subjetividade (em todo estudo quali isso existe), há mecanismos metodológicos - como o tratamento e

o domínio da literatura - que possibilitam distanciamento e leitura técnica. Como essa metodologia trabalha sempre com unidades sociais, ela privilegia os estudos de caso, entendendo-se como caso, o indivíduo, a comunidade, o grupo, a instituição (MARTINS, 2004). Portanto, neste projeto optou-se por um delineamento de estudo de casos, com o objetivo de investigar as percepções dos beneficiários acerca do PBF.

### ***Participantes***

Participaram do estudo sete beneficiárias e uma filha de beneficiária, totalizando oito entrevistas, sendo agendado previamente o local, dia e hora que conviesse as participantes. Desta forma, cinco entrevistas foram realizadas na residência das beneficiárias, e três no CRAS. Algumas beneficiárias foram indicadas pela gestora do PBF do município de Saramandaia e outras foram convidadas pela pesquisadora. As entrevistas foram registradas em gravador digital de voz, realizando-se posterior transcrição *verbatim* e digitação em computador. Os nomes das beneficiárias que aparecem no estudo são fictícios.

As famílias foram selecionadas segundo sua composição e características: famílias com filhos jovens entre 15 e 17 anos; famílias com filhos menores de 15 anos; família com homem responsável pelo cartão; beneficiário com familiar dono de comércio; família em descumprimento de condicionalidades PBF; local de residência (urbano ou rural); tempo que recebe o benefício (optou-se por entrevistar beneficiárias que recebessem BF desde o início do Programa); beneficiárias que já haviam deixado de receber o benefício; famílias que fossem do município (famílias que vivessem longo tempo no município, consolidadas). Tais configurações se relacionam com perfis apontados por estudos demográficos como os mais sujeitos à situação de vulnerabilidade; o fato de entrevistar famílias que nasceram no município e recebem o benefício desde o começo do Programa, possibilitam verificar se houve alguma mudança durante este período.

**Beneficiária Amanda:** 39 anos, cor negra (cor autorreferida) casada, mãe de três filhos, residente na zona rural, 2º grau completo, marido analfabeto. Recebia 254 reais do PBF na época da entrevista.

Amanda foi a primeira beneficiária entrevistada. Ela foi escolhida porque era a responsável pelo seu benefício, além do fato de ter três filhos jovens. Amanda

prontamente aceitou o convite para a entrevista que foi agendada para ser realizada em sua residência. Amanda reside em comunidade rural bem organizada, com as casas bem próximas uma das outras, ruas com calçamento, muito diferente das outras zonas rurais do município, onde as casas são bastante afastadas e as estradas são de terra. No dia da entrevista, estavam na casa de Amanda um jovem que era vizinho dela e um dos filhos de Amanda na sala, ouvindo rádio. A entrevista ocorreu na sala da casa, que é bem simples e pequena, com móveis antigos, foi construída a partir de um projeto da Prefeitura. O banheiro também foi construído através de um projeto que, segundo Amanda, tinha como objetivo diminuir os índices de verminoses que afetavam a população na época. O terreno era do seu sogro, que cedeu para que pudessem construir a casa. Durante toda a entrevista Amanda, demonstrou estar à vontade para responder as perguntas. Fomos interrompidas duas vezes por uma vizinha que foi à casa de Amanda pedir umas verduras emprestadas para o almoço.

Amanda nasceu no município e diferente de seus irmãos que, moravam em Santo Antonio de Jesus, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, nunca saiu de lá. Amanda era responsável pelo benefício de sua família, cujo valor era de 254 reais, valor correspondente ao benefício básico e o benefício variável jovem dos seus três filhos, que tinham 17, 12 e 9 anos, todos eram estudantes. Amanda é beneficiária desde o programa Auxílio Gás, um dos programas que foi criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, e desde então nunca deixou de receber o benefício.

O esposo de Amanda, Wagner, estava desempregado. Wagner, assim como Amanda, era trabalhador rural. Por muitos anos ele trabalhou como diarista em fazenda, matando bois clandestinamente. Porém, após o aumento da fiscalização em relação ao abate de carne, teve que abandonar a profissão. Amanda disse que o fato de o marido não ter concluído os estudos era um empecilho para que conseguisse um emprego. Wagner vivia de “bicos” e chegava a receber cerca de meio salário mínimo por mês.

Amanda nunca teve trabalho com carteira assinada, sempre trabalhou na roça para consumo próprio, ou trabalhando para algum fazendeiro, onde plantava e ganhava o dinheiro daquela plantação. Seus pais também foram trabalhadores rurais e estavam aposentados. Amanda trabalhava também como revendedora de produtos de beleza por catálogo, vendia também calcinhas e bijuterias, que, segundo ela, eram um reforço para

a renda da família, pois recebia cerca de 150 reais como revendedora. Ela pagava conta de energia, cerca de 25 reais no mês, e não pagava conta de água pois pegavam água da fonte.

**Beneficiária Manuela:** 47 anos, cor morena (cor autorreferida), casada, mãe de seis filhos, residente na zona rural, 2º grau completo, esposo estudou até 2º série do ensino fundamental. Recebia 70 reais na época da entrevista.

A beneficiária Manuela foi escolhida por ser uma beneficiária que residia na zona rural. O convite para participar da entrevista foi feito através de visita à residência de Manuela. Quem atendeu a porta foi seu esposo, que pensou que fosse alguém do BF, e em tom de brincadeira gritou: “*Manuela, é a menina do Bolsa, veio aumentar teu Bolsa, corre!* (risada)”. Quando Manuela chegou à sala, foi explicado o motivo da visita e feito o convite para participar da entrevista. O marido de Manuela parecia não estar gostando da conversa, levantou do sofá e falou em tom sério, “*Você que sabe*” e saiu da sala. Manuela ficou sem graça, e demonstrou resistência para participar do estudo. Foi explicado novamente que ela não seria prejudicada, e que se tratava de um trabalho de mestrado. Apesar de resistente, Manuela aceitou participar e foi marcado um dia para entrevistá-la.

No dia marcado para a entrevista, Manuela estava ao lado de sua residência, numa espécie de curral desativado. Manuela estava com suas irmãs, cunhado, sobrinho e esposo, raspando mandioca. Manuela continuou raspando a mandioca. Seu esposo estava com cara de “poucos amigos” e também continuou o seu trabalho. A pesquisadora procurou um lugar para sentar próximo a Manuela, para que pudéssemos fazer a entrevista ali mesmo, já que ela não demonstrou que iria parar o seu trabalho. A pesquisadora sentou em um bloco de construção, acabei me desequilibrando e cai, todos riram, e o esposo de Manuela pediu que ela fosse para casa fazer a entrevista. Foi aí que ela levantou e fomos para frente da sua casa, construída em adobe (um material vernacular usado na construção civil), sentamos num banco de madeira e realizamos a entrevista. Apesar da resistência do início, durante a entrevista Manuela demonstrava estar a vontade, respondeu a todas as perguntas, e quando terminou disse que havia gostado de ter participado da nossa conversa.

Manuela era a mais velha das entrevistadas tinha seis filhos (29, 28, 27, 26, 23, 21 anos respectivamente). Na época da entrevista, apenas as filhas de 21, que já era mãe, e como Manuela disse, era mãe solteira e a de 23 anos moravam com ela, pois os outros filhos saíram de casa para procurar emprego, sendo que a de 23, Soraia, só ficava lá nos finais de semana, pois durante a semana, estudava na Universidade do Estado da Bahia e trabalhava em Santo Antonio de Jesus. Por ser a única filha de beneficiária que conseguiu cursar ao Ensino Superior após a família receber o benefício, foi decidido entrevistá-la também, em outra ocasião como aparecerá mais adiante. O filho de 29 anos, único casado, não concluiu os estudos e a de 21 anos estava terminando o 2º grau. Portanto, moravam na casa cinco pessoas (Manuela, o esposo, duas filhas e o neto).

A casa de Manuela ficava localizada à beira de uma estrada de chão, numa zona rural que fica cerca de 6 km do município. Manuela só tinha como vizinho seu antigo patrão que lhe cedeu a casa de adobe aonde residia há 27 anos. A casa era realmente muito simples, os móveis foram adquiridos com o dinheiro do BF, que, como Manuela contou, foi comprando aos poucos, como televisão e sofá.

O valor de seu benefício era de 70 reais, que correspondia ao Benefício Básico, sendo que ela recebe o benefício desde o Bolsa Escola, que, segundo ela, só alcançou as duas últimas filhas que tiveram direito a receber. Manuela nunca trabalhou de carteira assinada sempre foi trabalhadora rural, exercendo sua profissão na terra de terceiros, assim como seus pais e seu esposo, que esperava a aposentadoria, pois estava com problema de saúde (artrose). Produziam também, em pequena quantidade, mandioca para fazer farinha e plantavam feijão para consumo próprio e tinham uma criação de galinha que vendiam ovos ou galinhas para os mais próximos, o que lhes rendiam aproximadamente 30 reais a depender da quantidade vendida.

A casa aonde residiam, como mencionado anteriormente, foi cedida pelo ex-patrão, que lhes doou também um terreno para que pudessem construir uma casa pelo projeto de habitação, porém a construção da casa não estava em andamento no período da entrevista. Pagava conta de energia, mas de água não, pois pegava água da fonte.

**Entrevistada Soraia:** 23 anos, cor negra (cor autorreferida), solteira, filha da beneficiária entrevistada Manuela, na época da entrevista estava terminado a graduação em Letras com Espanhol.



Soraia é filha da beneficiária Manuela. Foi decidido realizar entrevista com Soraia, pois ela era filha de uma beneficiária, a qual apontava para uma história diferente das outras beneficiárias em geral, porque Soraia tinha saído do município de Saramandaia, vivendo em outro no qual conseguiu um emprego, através de um curso de informática pago com o dinheiro do BF e alcançou o Ensino Superior, após a mãe se tornar beneficiária. A entrevista aconteceu na residência de Soraia, localizada no município de Santo Antonio de Jesus.

Soraia, 23 anos, cursava o último semestre do curso de Letras com espanhol pela Universidade Estadual da Bahia – UNEB, na cidade de Santo Antonio de Jesus. Soraia queria de ter cursado Psicologia, porém, disse não ter estudado o suficiente, pois estudava e dava banca. Além disso, contou que, devido a morar na roça, não tinha acesso fácil a internet, e perdeu o prazo para a inscrição do vestibular em outra ocasião. Quando terminou o ensino médio, começou a fazer o curso Universidade para Todos (o Projeto Universidade para Todos, criado pelo governo do Estado da Bahia através do Decreto nº 9.149, de 23 de julho de 2004, é uma ação voltada para fortalecer a política de acesso à educação superior, direcionada a estudantes concluintes e egressos do ensino médio da rede pública estadual). Por frequentar este curso, conseguiu a isenção do vestibular da UNEB, que ficou sabendo devido aos professores do curso. Soraia optou pelas cotas, que, segundo ela, foi mais concorrido. Passou em 12º lugar e foi convocada na 3º chamada. Soraia contou que a notícia de que ela havia passado foi dada por funcionárias da escola que ela cursou o ensino fundamental e médio. Ela contou com emoção este momento, disse que chorou e não acreditava, porém seus familiares já esperavam. Soraia já havia tentando o vestibular para Administração na mesma instituição, porém não conseguiu ser aprovada.

Soraia contou que quando começou a cursar a UNEB, mudou-se para a casa da avó que residia na zona urbana do município. Durante este período acordava cinco horas da manhã para ir para Santo Antonio de Jesus, e retornava a tarde. Contudo, ela disse que era bastante cansativo, além de na casa da avó morar um tio que tem transtorno mental, o que dificultava ainda mais sua estada na casa de sua avó. Então ela decidiu mudar para Santo Antonio de Jesus tentando seleção para residência universitária da UNEB. De acordo com Soraia, a mudança para Santo Antonio de Jesus lhe causou um

grande sofrimento, pois não estava acostumada com *cidade grande* e se sentia *perdida* pois tudo era longe, além de estar longe da família.

Soraia contou que conseguiu ser selecionada para morar na residência da UNEB. Porém, neste mesmo período, conseguiu um estágio numa empresa que oferecia cursos profissionalizantes. A residência ficava longe do local do estágio. Mudou-se então para casa de sua tia, porém a casa era muito pequena e além da tia moravam mais três pessoas, uma prima, a filha da prima e um primo, e ficava complicado para ela estudar. Conheceu uma amiga na universidade que queria alugar uma casa. Alugaram uma quitinete, porém, depois de um tempo, sua amiga casou e mudou-se. Sua irmã e uma prima vieram morar em Santo Antonio de Jesus, pois haviam conseguido uma oportunidade de emprego. Dessa forma, as três alugaram uma casa, local em que foi realizada a entrevista.

Soraia trabalhava na mesma empresa que estagiou, quando tinha 17 anos. Recebia um salário mínimo (724,00 R\$) e dividia o aluguel da casa que era no valor de 500 reais com a irmã e a prima. Ia para a casa dos pais todos os finais de semana.

**Beneficiária Lidia:** 32 anos, cor negra (cor autorreferida), casada, dois filhos, 2º grau completo, esposo estudou até 3º série do ensino fundamental, residia na zona urbana. Na época da entrevista recebia 234 reais do PBF.

A terceira entrevistada, Lidia, foi escolhida por ser uma beneficiária que estava trabalhando na Prefeitura, como contratada, e que, por isso, deixaria de receber seu benefício. Ela concordou prontamente em participar da entrevista. A entrevista foi realizada no CRAS, que ficava próximo do local de trabalho de Lidia. Quando Lidia soube que a entrevista seria gravada, disse que estava se sentindo *importante*, deu muita risada. Lidia ficou um pouco tensa durante a entrevista, devido ao nervosismo da situação, e no término da entrevista, falou que estava se sentindo mais tranquila e que tinha gostado.

Lidia residia com seus dois filhos, uma menina de 17 e um menino de 12, ambos estudantes, e seu marido, que era pedreiro. Pagava conta de água e de energia, porém num valor mais baixo, pois estava cadastrada no programa de Tarifa Social de Energia Elétrica. Seus irmãos também residiam no município e, assim como ela, recebiam BF. Uma das irmãs de Lidia, Adriele, também foi entrevistada.

Lidia residia numa casa fruto de um projeto de habitação (URBIS). O bairro aonde Lidia residia tinha pavimentação, coleta de lixo, muitas casas, era um típico bairro do centro da cidade. Porém, a infância de Lidia foi na zona rural, juntamente com seus cinco irmãos. Os pais foram trabalhadores rurais e Lidia chegou a trabalhar por um tempo na roça, também teve outros trabalhos, porém nenhum de carteira assinada. O primeiro emprego foi como babá, ficou um ano nesse serviço. Cuidava do filho de um médico de Santo Antonio de Jesus, recebia 100 reais, porém deixou o emprego quando em uma ocasião os patrões tiveram que fazer uma viagem de avião e pediram que ela fosse com eles, ela não quis ir, pois tinha medo de viajar de avião, a viagem seria no mesmo período em que o grupo musical *Mamonas Assassinais* morreram decorrente de um acidente aéreo. Após sair deste emprego, Lidia engravidou, aos 14 anos. Então voltou a trabalhar na roça com os pais, e, em 1996, mudaram-se para a zona urbana. Nesta época, começou a fazer faxina, recebia 60 reais por três vezes de trabalho na semana. Nesse período ela também começou a receber o Bolsa Escola, na época no valor de 56 reais. Com esse dinheiro conseguiu mobiliar sua casa, comprou cama, guarda-roupa, fogão, tudo comprado aos poucos, a prestação. Fez faxina por sete meses, quando conseguiu um emprego pela Prefeitura para trabalhar de serviços gerais, limpando o banheiro público da praça da cidade. Foram sete anos de contrato, perdeu o emprego, assim como a maioria dos contratados do município, após o concurso que foi realizado na cidade em 2012. Após ficar um período sem emprego, Lidia voltou a receber benefício, agora o BF no valor de 234 reais, porém no ano de 2013, ela conseguiu novamente ser contratada pela Prefeitura e por isso deveria deixar de receber o BF em breve.

**Beneficiária Adriele:** 36 anos, cor negra, casada, mãe dois filhos, 2º grau incompleto, reside na zona urbana. Recebia 122 reais do PBF, na época que foi entrevistada.

A beneficiária Adriele foi escolhida por morar na zona urbana e que já havia vivido na zona rural e por ter filhos jovens. Ela aceitou prontamente o convite e foi marcado o dia da entrevista. No dia combinado para a entrevista, Adriele não estava em casa, quem atendeu foi sua filha e disse que sua mãe tinha ido à Santo Antonio de Jesus. Outro dia foi tentado novamente o contato com Adriele, porém, parecia que não havia ninguém em casa, pois as portas e janelas estavam fechadas. No dia seguinte, ao chegar

na residência, a filha que atendeu a porta e disse que sua mãe estava lavando roupa, quando já estava quase saindo da casa, Adriele aparece e diz que poderia fazer naquele momento.

A entrevista foi realizada na sala de sua casa, uma casa pequena, porém bem cuidada e com móveis que apesar de antigos, estavam bem cuidados. Durante boa parte da entrevista, Adriele ficou com sua neta, que tinha um ano de idade, em seu colo, e algumas crianças que eram vizinhos entravam e saíam da casa durante toda a entrevista, curiosas, ficavam olhando para o gravador. Diversas vezes a entrevista teve que ser interrompida por causa da neta de Adriele que estava chorando. Apesar de antes parecer estar se esquivando de participar, Adriele respondeu a todas as perguntas e não pareceu estar incomodada com os questionamentos.

Adriele como já havia mencionado acima, é irmã de Lidia, e assim como sua irmã, mora numa casa que também foi de projeto de habitação, no mesmo bairro que a irmã mora. Trabalhou de faxineira assim como sua irmã, porém exerceu por 12 anos a profissão, e só parou devido a problemas na coluna, na época recebia 250 reais. Ela disse que gostava do serviço, que era melhor do que um trabalho de maior responsabilidade, como trabalhar num mercado.

Adriele recebia 122 reais do BF e em meses alternados, recebia cesta básica, benefício eventual da Secretaria de Assistência Social. Tinha dois filhos, um menino de 19 anos que estava à procura de um emprego e uma menina de 17 que é estudante. Adriele ainda estava grávida de 3 meses quando eu a entrevistei. Morava com o pai de seus filhos, que trabalhava na roça, como diarista e recebia 40 reais por dia, quando encontrava serviço. Ele chegou a abandonar a família por um período, e constituir outra (tem uma filha fora do casamento), porém retornou quando ela foi contemplada com a casa do projeto.

**Beneficiária Eduarda:** 45 anos, cor negra (cor autorreferida), separada, mãe de sete filhos, residente na zona rural, estudou até a 4<sup>o</sup> série do ensino fundamental, na época da entrevista recebia 244 reais de PBF.

A senhora Eduarda foi entrevistada, pois se encaixava no perfil de uma família que morava na zona rural e que fosse extremamente pobre. A senhora Eduarda era extremamente pobre, porém estava sempre com um sorriso no rosto. A casa da senhora

Eduarda ficava numa localidade de difícil acesso, muito longe do centro da cidade. No dia marcado para a entrevista, a estrada de chão estava cheia de lama e quase precisamos desmarcar a entrevista, pois o motorista do CRAS ficou com receio de que o carro atolasse, mas conseguimos chegar a casa de dona Eduarda, tivemos que andar um trecho a pé, pois o carro não podia descer a ladeira devido a lama. Ao chegar a casa, Eduarda estava com sua filha de 14 anos que, em diversos momentos da entrevista, tentava ajudar a mãe nas respostas, pois sua mãe respondia em tom baixo e sempre sorrindo ou respondia alguma pergunta, como quando eu perguntei a Eduarda se ela preferia ter seu trabalho, seu salário e viver com ele, ou prefere viver com o BF? e sua filha respondeu que gostaria de ter os dois.

Eduarda nasceu no município de São Felipe e mudou-se para aquele município porque seu ex-marido era de lá. Morava no município há 15 anos. Nunca teve trabalho de carteira assinada, sempre trabalhou na roça, assim como seus pais e seu ex-marido. Vendia, às vezes, produtos de limpeza caseiro, para ajudar na renda, recebia o BF no valor de 244 e recebia cesta básica da Secretaria de Assistência Social, em meses alternados.

A casa de Eduarda foi construída com ajuda da Prefeitura, porém uma parte ainda era de adobe (a cozinha) era bastante simples, foi construída no terreno da sogra. Os móveis eram bastante velhos, da sala dava para ver que sua geladeira estava escorada com alguns pedaços de madeira e estava bastante enferrujada. Eduarda disse que quando chovia, sua cozinha ficava toda molhada. Pagava conta de luz, e a água pega na fonte. Eduarda tinha 45 anos e morava com seus dois filhos caçulas, a menina de 14 e o menino de 10 anos. Os demais filhos já estavam casados e tinham respectivamente 23, 22, 20, 19 e 16 anos. Dos sete filhos, apenas a de 23 anos completou o 2º grau e trabalhava como faxineira. A sra. Eduarda parecia sentir muito orgulho dessa filha, por ter concluído os estudos. Eduarda foi abandonada pelo pai de seus filhos há quatro anos, e, muitas vezes, durante a entrevista ela se referia a ele dizendo que sua vida poderia estar melhor se ele estivesse morando com ela.

**Beneficiária Jordana:** 39 anos, cor branca (cor autorreferida), casada, mãe de duas filhas, residente na zona rural, estudou até a 4º série do ensino fundamental, recebia 142 reais do PBF, na época que foi entrevistada.

Jordana foi uma beneficiária escolhida por ter residido num município maior que Saramandaia e depois ter se mudado para zona rural. Nasceu no município Santo Antonio de Jesus e mudou-se há 15 anos para zona rural daquele município após o casamento com o marido. Jordana dizia sentir saudade de morar em Santo Antonio de Jesus, pois achava que morar na zona rural de um município de pequeno porte tinha muitas dificuldades como transporte, muita fofocas entre vizinhos, custo alto para ir a Santo Antonio de Jesus ter que fazer compras por não poder comprar no município em que reside pois não têm tudo que precisa.

Jordana e seu marido eram trabalhadores rurais, plantavam e vendiam mandioca, e pais de duas meninas de 14 e 9 anos, ambas estudantes. Jordana também ajudou seu pai na roça ainda quando morava em Santo Antonio de Jesus. Estudou até a 4<sup>o</sup> série, pois seu pai tirou os filhos da escola por não confiava em deixá-los ir no transporte escolar. Quando casou, seu marido também não permitiu que terminasse os estudos. O marido vendia o saco de mandioca por 100 reais e tinha mês que conseguia vender três sacos, com esse dinheiro faziam a feira do mês, mais os 142 reais que recebia do BF.

Na casa moravam quatro pessoas: Jordana, o esposo e as duas filhas. O terreno que construíram era do sogro e os irmãos do marido também moravam próximos, fato que não deixava Jordana muito feliz, pois ela dizia que a família queria *tomar parte* da vida um dos outros e dava muitos palpites, tudo que faziam era *vigiado*. Por isso, Jordana sonhava em voltar a morar em Santo Antonio de Jesus, porém o marido dela não queria, pois ele gostava de viver na zona rural. Jordana pagava conta de luz, mas não de água, pois o sogro havia cavado uma cisterna para os filhos. Durante a entrevista ela não mostrou resistência em responder as perguntas e segundo ela foi um momento em que pode refletir sobre sua vida. Percebeu que sua vida sempre foi em função dos outros e que ela nunca pensava nela.

**Beneficiária Emanuele:** 37 anos, cor parda (cor autorreferida), casada, mãe de uma filha, 2<sup>o</sup> grau completo, residente na zona rural. Recebia 112 reais do PBF quando foi entrevistada.

Emanuele foi uma das escolhidas para ser entrevistada por ser uma beneficiária que estava trabalhando e sua renda ultrapassava o limite para receber o BF e, por isso, deixaria de receber o benefício. Emanuele aceitou de imediato o convite, porém se

esquivou diversas vezes de fazer a entrevista, pedindo sempre para deixar para o próximo dia, perguntava quantas questões tinha a entrevista, se a entrevista era muito grande. A entrevista foi realizada no CRAS. Durante a entrevista diante diversas perguntas, Emanuele balançava a cabeça, como se dissesse que não sabia responder. Emanuele parecia ter ficado incomodada com o gravador, e com receio de ter que responder “corretamente” as perguntas, o que fez ela não responder a diversas perguntas. Durante a entrevista seu celular tocou, ela atendeu e durante boa parte do tempo em que realizamos a entrevista comentava sobre o telefonema, fugindo do tema da entrevista. Após o término da entrevista, ela disse que achou que foram muitas perguntas e difíceis.

Emanuele tinha 37 anos, de cor parda, tinha o 2º grau completo, era casada e tinha uma filha de 14 anos que era estudante. Seus pais foram trabalhadores rurais, assim como seu esposo. Emanuele também trabalhou na roça, mas fazia um tempo que trabalhava como contratada pela Prefeitura. Emanuele começou a receber o BF em 2004, e em 2009 começou a trabalhar no CRAS, como recepcionista, porém com o concurso que aconteceu na cidade em 2012, ficou sem emprego. Ela atualizou o cadastro e voltou a receber o benefício, porém, em 2013, conseguiu ser contratada novamente, atualizou o cadastro e estava na expectativa de deixar de receber o benefício. A sua renda atual era de um salário mínimo mais 112,00 reais do Bolsa Família.

Houve entrevistas que não puderam ser realizadas pelos motivos expostos a seguir:

**Homem Beneficiário:** o intuito de entrevistar um homem responsável pelo cartão deveu-se ao fato de o cartão ser prioritariamente ser em nome da mulher (conforme Brandão, 2014, o programa em 2014, tinha 93% das famílias com cartão em nome da mulher), gostaríamos de investigar o outro lado. A beneficiária Emanuele indicou seu primo, um mototaxista, solteiro que era o responsável pelo cartão do benefício. Ele, porém, recusou - se e, segundo Emanuele, porque ele tinha vergonha ou medo de deixar de receber o benefício.

**Beneficiário parente de alguém que tinha comércio no município:** como em algumas entrevistas havia aparecido que os comerciantes do município só empregavam pessoas

da própria família, verificou-se a necessidade de entrevistar alguém que fosse parente de comerciário do município. Foi feito o convite a uma beneficiária do BF que era prima de um comerciante. Ela aceitou participar, porém a entrevista não foi realizada, pois não foi possível encontra-la em sua residência para fazer a entrevista. Após, soube-se que ela havia mudado de cidade. Porém, ela retornou ao município e procurou a entrevistadora para marcar a entrevista, porém no dia combinado descobriu-se que ela havia ido embora novamente.

**Família que estava em descumprimento de condicionalidades:** a pesquisadora convidou uma beneficiária cuja família estava em descumprimento do PBF, ou seja, família que estava em situação de vulnerabilidade. Ela aceitou participar, mas perguntou se suas declarações não iriam interferir no recebimento do seu benefício, se iria prejudicá-la de alguma forma. Foi explicado que não, que era um estudo de mestrado, e que seu nome não apareceria em nenhum momento, pois lhe era garantido o anonimato. Ela aceitou e foi marcado o dia para a entrevista. O local da entrevista seria no CRAS. Um dia antes da data marcada, a entrevistadora ligou para a beneficiária para saber se ela viria para a entrevista. Ela disse que sim, que estava tudo certo e questionou novamente se a entrevista poderia lhe prejudicar em relação ao seu benefício e perguntou se apenas ela seria entrevistada, expliquei novamente que ela não seria prejudicada e que outras beneficiárias também estavam participando do estudo. No dia marcado, porém, ela não compareceu.

### ***Instrumentos***

Foi utilizado um roteiro de entrevista (apêndice A) semiestruturado, para viabilizar a coleta de dados. O roteiro foi utilizado com flexibilidade, apenas para orientar as discussões pertinentes ao objetivo do estudo. O roteiro da entrevista foi composto por 33 questões, organizadas em quatro blocos com temas diferentes. O primeiro bloco foi de caracterização sócio-demográfica das beneficiárias. Os demais blocos foram organizados a partir dos seguintes objetivos do programa:

- Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional (*investigar os efeitos do programa sobre o orçamento das famílias, sobre as oportunidades de consumo, sobre mudanças nos hábitos alimentares*);



- Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, e assistência social (*investigar a possibilidade de o PBF estimular ou não o exercício da cidadania, principalmente por meio das condicionalidades. Para tanto, será questionado se o beneficiário tem conhecimento das condicionalidades, sobre a qualidade dos serviços de educação e saúde, aos quais ele tem acesso*);

- Criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e desenvolvimento local dos territórios (*investigar as expectativas em relação a possíveis portas de saída do programa para os próprios beneficiários, sobretudo sobre as suas expectativas em relação à inserção futura no mercado de trabalho e sobre o impacto do PBF na sua trajetória ocupacional, investigar sobre o desenvolvimento de atividades que possibilitem o protagonismo e a autonomia, se há projetos voltados para o desenvolvimento da economia local*).

O estudo foi constituído ainda com base em dados secundários por meio de informações e publicações do Governo Federal/Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Programa Bolsa Família e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi realizada, ainda, consulta ao Relatório de Gestão do CRAS do município de 2013 para fazer o levantamento das ações de Assistência Social e caracterização do município.

### ***Contato e consentimento***

A Secretaria Municipal de Assistência Social e o gestor do Programa Bolsa Família do município foram contatados para a apresentação do projeto e solicitação de consentimento para sua realização. Posteriormente, cada beneficiária indicada pelo gestor do programa ou convidada pela pesquisadora foi consultada no que se refere à sua concordância em participar da pesquisa, e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice B) mediante o qual informou-se as participantes acerca da gravação das entrevistas, dos objetivos da pesquisa, do sigilo das informações (privacidade e anonimato), da liberdade de participar ou não da pesquisa, assim como de retirar-se da pesquisa a qualquer momento, além do contato do pesquisador responsável.

### *Procedimentos para tratamento e análise de dados*

O tamanho da amostra foi determinado pelo critério da saturação. Dessa forma, o fechamento amostral ocorreu no momento em que os dados, por intermédio de novos componentes, começaram a apresentar certa redundância, ou seja, quando as categorias apresentarem-se saturadas.

Os discursos das entrevistadas foram analisados através da técnica da Análise de Conteúdo, pois considerou-se a melhor forma de análise para este estudo, no sentido em que possibilita descrever e interpretar conteúdos contidos nas entrevistas. A Análise de Conteúdo é compreendida como um conjunto de técnicas de análise de comunicação, cujo objetivo é obter procedimentos sistemáticos com significação do conteúdo e identificadores das informações, os quais possibilitam a indução de conhecimentos sobre as categorias de produção das mensagens analisadas (BARDIN, 2011).

De acordo com Bardin (2011), esta técnica envolve três passos para o tratamento dos dados e que foram realizados no presente estudo: A) *pré-análise*, este momento é o de organizar o material coletado. No caso de entrevista, elas foram transcritas e a sua reunião constituiu o corpus da pesquisa; B) *exploração do material*, é compreendida como o momento mais exaustivo do estudo, é o momento da codificação; C) *tratamento dos resultados* compreende a inferência e a interpretação.

No presente estudo, primeiramente, foi realizada a transcrição das entrevistas. A partir daí as informações obtidas em formato de texto foram submetidas a um processo de preparação com a leitura de todos os dados. Na fase de exploração do material, foram escolhidos os dados que melhor fornecessem as percepções das entrevistadas a respeito do PBF, que foram transformados em unidades de registros, esta é a fase de codificação. Os discursos foram analisados e buscou-se identificar as peculiaridades, características intrínsecas e os aspectos de aparente consistência ou ambiguidade, a fim de explorar o material apresentado para chegar à categorização.

Na última etapa, tratamento dos resultados, os dados agrupados e categorizados passaram por uma interpretação, em busca de uma compreensão mais profunda das questões norteadoras surgidas através das entrevistas realizadas. Consiste num movimento novo de pensamento, uma construção criativa de possíveis significados.

Desta forma foi possível a construção de seis categorias, a saber: 1) O acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social no

município; 2) Combate à fome e promoção à segurança alimentar e nutricional através do BF; 3) Formas de utilização do benefício e vida após o BF; 4) Emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e desenvolvimento local; 5) Bolsa Família: O que conhecem/acham do programa?; 6) Bolsa Família e o *efeito preguiça*.

## CAPÍTULO 6

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### **O acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social no município.**

**Amanda:** A beneficiária contou que apesar do atendimento na área da saúde demorar, às vezes, todos são atendidos, diferentemente de outros municípios, como em Santo Antonio de Jesus, que, de acordo com Amanda, as pessoas falam mal do atendimento. Segundo ela, apesar de no município não existir um hospital, não lhe faltam medicamentos e os exames de rotina conseguia fazer tranquilamente, e que nunca precisou fazer exames mais complexos. Porém mesmo satisfeita com o que encontrava no município, ressaltou que poderia haver mais médicos especialistas, como um pediatra, pois, no posto, as crianças só são atendidas pelo médico clínico. Amanda contou que antes de ser beneficiária, já necessitou da ajuda de vereadores para conseguir remédio ou para fazer um exame e que agora conseguia tudo na Unidade de Saúde.

Sobre o acesso à educação pública, Amanda disse que não tinha problemas com relação à matrícula, porém destacou que o ensino não era como antigamente, que era mais rigoroso, que apesar das facilidades que os jovens encontram atualmente, como internet, estes não valorizavam os estudos.

Em relação ao acesso a Assistência Social, Amanda não conhecia os programas oferecidos aos beneficiários, porém ao saber de que programas se tratavam, ela disse que conhecia e que seus filhos participavam de alguns grupos no CRAS.

**Manuela:** Revelou que a dificuldade que algumas pessoas encontravam em relação ao acesso a saúde era o transporte, pois a localidades rurais ficavam muito distante da cidade e, muitas vezes, a pessoa perdia a consulta marcada porque não tinha dinheiro para pagar o transporte ou não encontrava carona do transporte escolar e que ir andando até a zona urbana era inviável. Segundo Manuela, o carro da saúde só ia até a casa se a pessoa estivesse doente. Sobre o seu acesso à saúde, Manuela revelou que, às vezes, necessitava reservar um dinheiro para fazer exames que a Unidade de Saúde não realizava.

Em relação à educação, Manuela destacou que havia transporte escolar para todas as localidades, contudo, segundo ela, o “*povo*” dizia que a educação estava precária, que os professores não ensinavam como antes, que agora ao invés de dar aula, só passavam trabalhos escolares. Relatou, também, que têm alunos que não colaboram, pois ficava difícil para o professor *dar conta* de uma sala com 50, 60 alunos, e se os pais *não estavam dando conta* dos filhos, imagina os professores. Manuela também comentou sobre a falta de consciência dos jovens que não dão valor aos estudos nem a escola pública, instituição que existe como ela relatou, devido aos impostos pagos por todos, porém os jovens não tinham consciência de que ali é construído com o dinheiro público.

Quanto a Assistência Social, Manuela desconhecia programas voltados aos beneficiários, contudo suas filhas já haviam participado do Projovem adolescente, que ela não sabia que era um serviço destinado aos beneficiários do BF.

**Soraia:** Elogiou bastante o município com relação ao acesso e qualidade dos serviços ofertados. Ela acredita que nem em outros municípios pequenos os serviços são prestados como lá.

*Em questão de saúde perfeito, o atendimento de lá, eu acho que não tem outro lugar que tem um atendimento como o de Saramandaia, desde o atendimento dos funcionários, no quesito transporte também, gente não tem uma cidade que vem buscar os professores aqui em Santo Antonio, em quatro horários, de manhã de tarde e de noite, o pessoal da faculdade também, o setor do CRAS também gente perfeito, as gestantes também que recebem o auxílio.*

**Lidia:** Parabenizou o serviço de saúde do município, e destacou o serviço de buscar o paciente em casa quando a pessoa está debilitada. De acordo com ela, alguns municípios reclamavam do serviço no município, porém para ela a realidade de cidades maiores era bem pior e que em seu município, mesmo que não houvesse a especialidade que necessitavam, a central de marcação encaminhava para outras localidades que tinham o serviço, dessa forma ninguém ficava sem atendimento necessário.

Sobre a educação Lidia contou que atualmente havia mais facilidades para os estudantes, como o transporte escolar, pois antigamente ela andava cerca de 6 km diariamente para conseguir chegar à escola.

Ao ser questionada sobre os programas da Assistência Social voltados a quem recebe o Bolsa Família, Lidia citou o NIS (Número de Identificação Social, que é um número de cadastro atribuído pela Caixa às pessoas que serão beneficiadas por algum projeto social). Quando questionada se alguém da família fazia parte de algum grupo do CRAS, ela disse que seu filho participava da capoeira e sua filha já havia participado do Projovem, demonstrando certo conhecimento em relação aos programas ofertados aos beneficiários do BF.

**Adrielle:** Disse que a saúde do município funcionava bem, contudo já havia tentando fazer alguns exames para filha que tem deficiência intelectual, para conseguir o benefício do BPC no INSS, e não conseguia realizá-los. Os exames de rotina, laboratoriais, conseguia realizar, contudo exames mais complexos como os de Raio X, precisava tirar do dinheiro que recebe do BF para realizá-los.

Sobre o acesso a educação, Adrielle disse que não tinha do que reclamar apenas que o ensino em sua época de estudante era melhor, pois hoje em dia ela via muita violência e drogas na escola. Adrielle não concluiu os estudos, pois deixou a escola por ter engravidado cedo.

Em relação ao acesso aos programas da Assistência Social, Adrielle contou que fez um curso de panificação no CRAS e que tinha o desejo de trabalhar nessa área, pois gostou do curso. Também já tinha participado do grupo de bordado, do curso de informática e fazia parte do Programa Nossa Sopa, que distribui sopa pronta às famílias cadastradas. Seu filho também participou do Projovem.

**Eduarda:** Mostrou indignação diante os comentários de algumas pessoas que não falavam bem do serviço de saúde prestado no município, pois Eduarda acreditava que “*lá fora*”, em outras cidades, as dificuldades deveriam ser maiores, e que em seu município era atendida sempre que necessitava, assim como o acesso a educação, que relatou não ter dificuldade.

Sobre o acesso a Assistência Social, disse desconhecer os programas voltados aos beneficiários, contudo ao ser questionada se alguém da família participava de grupos ou cursos no CRAS disse que seus filhos participavam do Projovem e do grupo de Capoeira do CRAS.

**Jordana:** Elogiou muito a equipe de saúde do município e que não tinha do que reclamar, pois era atendida pelo dentista, fazia as consultas e exames que necessitava e que inclusive a Unidade de Saúde a encaminhou para o município de Salvador para dar continuidade ao tratamento devido problemas cardíacos.

Em relação à educação no município, Jordana contou que não há dificuldade quanto ao acesso, e que a escola que as filhas estudavam era muito boa, entretanto, os próprios pais, às vezes, acabavam fazendo a vontade dos filhos e não os levavam ou o mandavam para a escola. Para Jordana, o estudo é que iria possibilitar as suas filhas a terem uma vida diferente da sua, pois, se ela pudesse voltar atrás, teria terminado os estudos, e o que hoje ela podia deixar para as filhas era a educação, para que elas pudessem ter uma profissão no futuramente.

No que diz respeito ao acesso a Assistência Social, Jordana diz não conhecer nenhum programa social oferecido aos beneficiários do PBF e ninguém da família participou, ia ao CRAS apenas fazer o cadastro.

**Emanuele:** Disse que os serviços de educação e saúde do município funcionavam bem, e sobre a Assistência Social, conhecia alguns programas como a Tarifa Social de Energia, o qual precisava do número do NIS para ter acesso. Sua filha também era participante dos grupos de Capoeira e do Projovem, os quais, segundo Emanuele, ajudou a filha a se desenvolver e adquirir mais conhecimento.

### **Conclusões:**

Houve um consenso entre as beneficiárias, que relataram ter acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social, assim como expuseram que os serviços prestados são de qualidade e funcionavam bem, embora seja um município de pequeno porte e não tenha uma estrutura mais completa, como na área da saúde. O município foi bastante elogiado pelas entrevistadas quanto ao acesso a estes direitos, e, inclusive, algumas relataram que, mesmo antes do BF, elas já tinham acesso a eles.

Apesar de terem acesso aos serviços de educação, há ainda um déficit neste quesito, uma vez que o índice de analfabetismo no município é alto, 19,2%, e a taxa de pessoas cursando nível superior era de 4,31%, segundo os dados do IBGE (2010). Outro ponto que se destaca é o fato de que, entre os familiares das entrevistadas, apenas a filha

de Manuela, Soraia, havia conseguido ingressar na universidade. Se um dos argumentos para a necessidade de Programas de Transferência de Renda é a baixa escolaridade dessas famílias, geralmente dos chefes, o estudo neste pequeno município também aponta para esse sentido. Das sete beneficiárias, quatro concluiriam o ensino médio, porém todos os maridos e ex-companheiro (no caso da beneficiária Eduarda) eram analfabetos ou possuíam ensino fundamental incompleto. Observa-se, portanto a necessidade de se criar condições para que os filhos das beneficiárias ingressem no sistema educacional, uma vez que a seus pais não foi proporcionada a condição necessária para este acesso. A falta de escolaridade pode contribuir para a inserção destas pessoas no mercado de trabalho.

De acordo com um dos eixos do programa, as condicionalidades reforçam o acesso aos direitos sociais nas áreas de educação, saúde e assistência social. Todas as beneficiárias entrevistadas conheciam as condicionalidades do PBF, o compromisso que as famílias têm que assumir para continuarem a receber o benefício. A beneficiária Emanuele disse que o PBF incentivava as famílias a levarem seus filhos a escola e à saúde. Contudo, apesar de conhecerem as obrigações, as entrevistadas não pareciam compreender que o acesso a estes serviços é um direito básico e condição fundamental para rompimento do ciclo intergeracional da pobreza. Com exceção da beneficiária Jordana, que falou sobre a importância do estudo para mudança de vida, nenhuma das entrevistas citou que o cumprimento das condicionalidades do PBF, poderia levar seus filhos a terem melhores condições de vida do que elas tiveram.

Portanto verifica-se que apesar de conhecerem a obrigações a serem cumpridas, as entrevistadas, desconhecem o real objetivo delas: reforçar o direito de acesso das famílias aos serviços básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social, por meio das condicionalidades, a fim de contribuir para as famílias romperem o ciclo da pobreza entre gerações. Autores como Monnerat *et al.*, (2007) e Senna *et al.*, (2007) consideram que as imposições das condicionalidades permitem o acesso a serviços de saúde e educação a camadas da população que dificilmente alcançariam tais serviços.

Quatro das entrevistadas não conheciam os programas sociais ofertados aos beneficiários do BF, porém ao saber quais eram os programas, elas declararam que alguém da família ou a própria beneficiária participava ou já havia participado de alguma ação. De acordo com Ananias e Coelho (2009), as condicionalidades reforçam o



caráter emancipador do PBF, e remetem ao Estado o dever de garantir o acesso aos direitos de educação e saúde. Essa mesma dimensão orienta a articulação do PBF com outros programas, como o ProJovem. Oliveira e Oliveira (2014) constataram que os beneficiários que entrevistaram na cidade de Palmas - Tocantins, desconheciam as ações complementares do Bolsa Família. Os autores associaram a falta de divulgação ao desconhecimento por parte dos beneficiários. No caso desta pesquisa, o problema não estava na divulgação, uma vez que as entrevistadas disseram ter acesso à assistência social e participar dos serviços, mas sim, no fato de não os reconhecerem como programas sociais, de não reconhecerem que têm direitos, direitos esses que poderiam levá-las a emancipação do PBF.

### **Combate à fome e promoção à segurança alimentar e nutricional através do BF**

**Amanda:** Revelou que após o recebimento do benefício houve um maior poder de compra, aumentando ainda a quantidade e a variedade de alimentos no domicílio:

*Porque antes era difícil, eu mesmo na minha época, minha mãe trabalhava na casa dos outros pra ter o café, o pão, e muitas vezes nem tinha o pão pra poder a gente tomar o café, dava no colégio, a gente tomava aquele café simples, saía, ficava com fome até 10 horas, aí quando dava 10 horas merendava aquele copo de mingau, pra meio dia voltar e comer aquele pouco de feijão, com farinha, porque nem arroz tinha, mas graças a Deus, com o BF, hoje eu não passo apertada. Hoje eu posso dizer que eu tenho uma vida, não é uma vida que eu gostaria de ter sabe, mas hoje, diante da vida que eu tinha antes, que minha mãe trabalhava na casa dos outros pra mim manter, hoje a minha vida é superior a que eu tinha antes, porque hoje eu tenho o BF, eu posso chegar no mercado fazer uma compra, tiro do dinheiro do BF, e pagar sem tá com dor de cabeça.*

Durante diversos momentos da entrevista, Amanda lembrou como a vida era difícil quando não existia esse benefício, e que houve uma mudança em seu município após o programa, pois ouvia muitas pessoas falarem que não tinham o que comer, que não tinham dinheiro para comprar, ficavam com fome e com o BF as famílias não passavam mais “tão apertado”.

**Manuela:** Relatou como era difícil à vida antes do benefício, pois conseguiam comprar alimentos com a renda do que plantavam, mas dependiam das condições climáticas, por isso nem sempre tinham como plantar. Relatou também, que, muitas vezes, roupas eram doadas por pessoas próximas ou compradas com muita dificuldade:

*Antes era como eu to lhe dizendo, a gente plantava mandioca e os vizinhos “ah eu quero uma quarta”, “eu quero 10 litros”, e aí vendia e pegava o dinheiro*

*pra comprar açúcar, feijão, arroz, época assim quando chove, mês de Abril até Agosto a gente plantava feijão, pra o consumo da gente mesmo. Roupa a gente ia mesmo assim de prestação, passava os pessoal vendendo, a gente tirava a prestação, pra gente ir pra cidade assim comprar a gente não ia, sempre a prestação passava aqui e vendia, a gente escolhia pros meninos ai vivia assim mesmo. Os parente às vezes dava, os padrinhos, as madrinhas, ai dava os presentinhos ai ia se virando assim, entendeu? Rs*

**Lidia:** Contou que antes de ser beneficiária sobrevivia com o dinheiro das faxinas que fazia, com as roupas que lavava e as pessoas lhe davam cinco, sete reais, ou davam comida, um quilo de feijão ou arroz, pelo trabalho como faxineira, mas mesmo assim era difícil, comiam muita farofa de água quente. Ela disse que após o Bolsa não precisou mais plantar para consumo próprio e que observou uma mudança também em sua cidade porque antes segundo ela, *quem era a gente pra ter uma roupa?* Lidia contou que tem uma irmã que também recebe BF, num valor menor do que o dela e que gastava seu benefício todo com alimentação e que, às vezes, ela precisava ajudar essa irmã, que tinha uma filha de quase um ano de idade.

**Adrielle:** Disse que comiam arroz só aos domingos e se alimentavam com muitas coisas que plantavam e que após o benefício pôde comprar um biscoito para merendar, pão que antes era muito difícil comprar:

*(sobre a alimentação antes do BF) Ah era péssima a gente não comia nem arroz todo dia, comia arroz só dia de domingo, não tinha, hoje a gente tem comida e joga até fora, antigamente não, se comprasse um pão tinha que ficar até... e hoje não se ficar duro, rs, não come mais. Antigamente era fruta-pão, banana verde tudo cozido pra poder sobreviver, hoje tá ótimo. Antes era jaca, a merenda da gente não era bolacha, era banana, aipim.*

**Eduarda:** Relatou que passou muitos anos comendo do que plantavam na roça, que as dificuldades existiam, mas que conseguia o que comer, principalmente pelo fato do marido dela estar em casa e conseguir prover a casa. Porém ressaltou que não achava mais terra para plantar. Eduarda contou que mesmo após tornar-se beneficiária, ainda contava com ajuda da mãe e de irmãos que, segundo ela, também eram *fracos* e não podiam ajudá-la sempre.

**Jordana:** Diferentemente das outras entrevistadas, disse que não passou fome, que sempre plantou e comiam ou vendiam o que produziam, e que seu sogro também ajudava quando faltava. O BF, segundo ela, era destinado apenas para a alimentação.

*Melhorou um pouco, porque antes de eu ter o BF é como eu te falei né, era precário, difícil, e depois do BF melhorou muita coisa, hoje tá ótimo, eu não vou te dizer que a gente come coisas boa, que todo dia é uma coisa, mas a gente não passa fome entendeu, tem o feijão, meu arroz, minha verdura.*

**Emanuele:** Falou que antes de receber o benefício viviam com o que plantavam no sítio da família, que tinham que economizar bastante e com o BF foi uma ajuda a mais, que começaram a comprar mais coisas.

### **Conclusões:**

As entrevistas revelam no que diz respeito à alimentação, que houve uma melhora significativa no acesso aos alimentos pelas famílias participantes do estudo. Se considerarmos que a segurança alimentar e nutricional, em sua definição mínima, consiste na realização do direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente (IBASE, 2008), o PBF está cumprindo o seu objetivo nesse município. É notório o impacto relacionado ao maior acesso a alimentação que o PBF trouxe nas famílias dessas mulheres, apesar dos baixos valores dos benefícios recebidos, especialmente se considerarmos o custo da cesta básica, pôde-se observar sua importância.

Consoante com os resultados deste estudo, Duarte, Sampaio e Sampaio (2009), em pesquisa sobre os impactos do BF sobre os gastos com alimentos em famílias rurais, revelaram que 88% do valor do benefício era utilizado para consumo de alimentos, exercendo um impacto positivo sobre o consumo de alimentos das famílias selecionadas. Assunção, Leitão e Inácio (2012) demonstraram que o dinheiro do PBF era gasto principalmente para comprar alimentos, sinalizando possíveis mudanças na alimentação das famílias relacionadas com o recebimento do benefício.

Jannuzzi e Pinto (2013) apontaram que diversos estudos (Lignani *et al.*, 2011; Baptistella, 2012; Pires, 2011) já demonstraram que as famílias beneficiárias priorizavam a alimentação e aumentaram o consumo em todos os grupos de alimentos, principalmente cereais, alimentos processados, carne, leite e derivados, feijão e açúcar, melhorando a disponibilidade alimentar das crianças.

Cotta e Machado (2013), em contrapartida, constataram que o PBF promove um aumento do acesso aos alimentos que não é, necessariamente, acompanhado por um aumento da qualidade nutricional da alimentação. Essa mudança nos hábitos alimentares pode ser percebida na fala da beneficiária Adriele, que disse que com o BF podia comprar biscoito para merendar, o que antes faziam com alimentos que plantavam. Essa mudança pode ser um fator de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas ou obesidade. Corroborando esse resultado, Uchimura et al (2012) observaram relatos de desconhecimento acerca do que constitui uma alimentação saudável. O MDS lançou em 2010, uma cartilha “Preparações saudáveis regionais: mais saúde nas mesas das famílias do Programa Bolsa Família”, a qual revela um incentivo à alimentação saudável as famílias do Programa (BRASIL, 2010).

As beneficiárias Eduarda e Adriele contaram que recebiam cesta básica, um benefício eventual disponibilizado pela Secretaria de Assistência Social às famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade. Outra entrevistada, Lidia disse que além do dinheiro, o Programa deveria ofertar cestas básicas as famílias. Daí, pode-se fazer duas análises: a primeira de que além do benefício financeiro, algumas famílias recebem, ainda que esporadicamente, um tipo de ajuda em forma de alimento advinda da Assistência Social do município. Dessa forma o valor do benefício não estaria sendo suficiente nem para suprir a alimentação. Zimmerman (2006) destaca que o valor do benefício é insuficiente para atender as necessidades mínimas com alimentação.

A segunda análise refere-se ao caráter assistencialista observada na fala da beneficiária Lidia, quando disse que gostaria de receber cestas básicas além do dinheiro do BF. Os programas de transferência direta de renda representaram justamente uma inovação em relação aos modelos anteriores dos programas de combate à pobreza. A inovação destaca-se, sobretudo, quanto à substituição dos benefícios como as cestas básicas de alimento pela transferência monetária (CARLOTO e MARIANO, 2012). Se o PBF for compreendido pelos beneficiários com um caráter assistencialista, não emancipatório, ele não promoverá o desenvolvimento social dos beneficiários com relação aos seus direitos e ao exercício da sua cidadania. Nesse sentido, a articulação do PBF com as demais políticas públicas torna-se um eixo essencial do Programa, sob pena do mesmo tornar-se um programa assistencialista e que não gera um efetivo impacto social que promova melhoria na condição de vida dos beneficiários.

Os dados obtidos neste estudo destacam, ainda, que, após o recebimento do BF, as famílias de algumas das entrevistadas deixaram de plantar para vender e/ou para consumo próprio. Esse dado remete a discussão proposta por Lui e Molina (2013) que aponta um conseqüente incentivo ao afastamento do trabalho agrícola após o recebimento do BF entre pequenos agricultores da Amazônia. De acordo com estes autores, entre os fatores que podem levar a este declínio estão baixa lucratividade da agricultura de pequena escala; disponibilidade de novas oportunidades de trabalho e serviços não agrícolas; proximidade com as cidades e com a cultura urbana; desinteresse das gerações mais novas em manter as atividades agrícolas; indisponibilidade de terras agricultáveis entre outros.

Conforme observado nos discursos das entrevistadas do presente estudo, estabeleceu-se um paradoxo para o papel do benefício, que transita entre a melhoria da qualidade de vida da população e um processo de afastamento do trabalho agrícola.

### **Formas de utilização do benefício e vida após o BF**

**Amanda:** Contou que antes do benefício era mais difícil para fazer compras, tinha a ajuda da mãe e da sogra, e que após o BF, quando precisava comprar algo ela juntava o dinheiro que recebia do benefício até conseguir adquirir o que ela desejava comprar.

**Manuela:** Revelou que antes de ser beneficiária comprava com bastante dificuldade, tudo a prestação, recebia também muitos presentes de padrinhos, até os produtos de higiene comprava a prestação e sempre ficava devendo. Manuela sentiu que a vida da população melhorou após o programa, as pessoas estavam cuidando mais da aparência física, *“tem como comprar uma roupa, um sapato, estão se arrumando mais”*.

**Soraia:** Lembrou como era difícil a vida antes do programa, pois numa família com seis filhos, contavam com a pensão da avó, que vivia com eles, porém por ter muitos problemas de saúde, parte da pensão era para comprar remédios. Além da renda da avó, viviam com o que plantavam. Com o dinheiro do BF, juntavam para fazer compras. Soraia acreditava que o dinheiro do BF ajudou as famílias em seu município, porém havia pessoas que não faziam a utilização correta do benefício, pois ela acreditava que deveria ser utilizado para a alimentação e educação.

Soraia contou sobre uma família que morava na zona rural do município numa casa bastante danificada. A Prefeitura cedeu uma escola para que esta família morasse enquanto uma casa de um projeto de habitação estava sendo construída para eles. Quando a casa ficou pronta, eles foram morar lá, contudo as despesas cresceram, pois a casa era na zona urbana, e precisavam pagar água e luz. Por isso venderam a casa e retornaram para zona rural. Para Soraia foi melhor eles retornarem a viver na zona rural, pois a cidade não oferecia uma forma deles ganharem dinheiro, além do BF, e na zona rural eles não precisariam pagar água, além de poderem plantar para consumo próprio.

**Lidia:** Destacou que com o dinheiro do programa não precisou mais ficar dependendo do pai e da mãe, e que criou sua filha com esse benefício, e que ainda continuava lhe ajudando, pois era com esse dinheiro que Lidia comprava absorvente, esmalte, calcinha, roupa, material escolar dos filhos. Ela ainda discordava de como alguns beneficiários utilizam o dinheiro, citando o exemplo de um homem solteiro que gastava o benefício consumindo cachaça, tirando, segundo ela, daquelas pessoas que precisavam para a alimentação.

**Adrielle:** Disse que comprar era algo muito difícil antes de participar do programa, que se sentisse vontade de *comer uma coisa diferente* não tinha aquele dinheiro, só fazia uma refeição durante o dia e com o BF conseguia fazer três refeições. As roupas que usavam eram de doação de pessoas “mais ricas”, e amigos da família.

*Teve muita mudança porque era difícil pra tudo, a gente não podia comprar um perfume, nada assim pra gente em termo de cabelo, tudo era mais difícil, porque mesmo assim, se fizesse uma faxina não dava pra comprar tudo. E hoje não devagarzinho a gente já tem tudo né? E tirou muitas pessoas que tem dificuldade de ter uma vida melhor, que tinha uma vida ruim mesmo, hoje tem uma vida mais tranquila, sabe que todo mês tem aquele dinheirinho, pode comprar, vai no mercado comprar as coisas pra comer a gente tem e paga.*

**Eduarda:** Com o benefício comprava alimentos, roupa, remédio, mas se achasse uma roça para plantar como antigamente, gostaria de trabalhar, porém era difícil encontrar esse tipo de trabalho. O programa, segundo ela, ajudava as pessoas que *passavam apertado*.

**Jordana:** Lembrou-se de quando precisava plantar mandioca e vender para fazer compras. Sua mãe também a ajudava, e suas filhas vestiam roupas das primas antes do BF. Ela disse que sempre priorizou a alimentação com o dinheiro do benefício, e discordava das pessoas que desviam o uso do dinheiro para coisas que segundo ela não

tem necessidade, pois ela acreditava que o dinheiro do Bolsa deveria ser utilizado apenas para alimentação.

**Emanuele:** Revelou que, como viviam com o que plantavam no sítio da família, tinham muitas dificuldades para comprar roupa, que, segundo ela, compravam uma vez por ano ou usavam roupas de doação, produtos de higiene tinham que economizar.

*Sim, foi uma ajuda a mais. A gente começou a comprar mais coisas. Roupa era uma vez no ano, comprava produto de higiene, mas era difícil, tinha que economizar bastante.*

Emanuele achava que o dinheiro do benefício deveria ser utilizado para alimentação e cuidados com a saúde. Ela propôs que os beneficiários deveriam ser orientados de como melhor utilizarem seu benefício.

### **Conclusões:**

Além do aumento e melhora no consumo de alimentos, outro ponto revelado por este estudo foi o aumento do poder de compra. O presente estudo pôde revelar uma mudança significativa na vida dessas beneficiárias que, após o benefício, puderam sair da condição de excluídos da sociedade de produção (a sociedade dos que estão inseridos no mercado de trabalho) e da sociedade de consumo (dos que tem poder aquisitivo suficiente para corresponder à demanda de consumo do mercado), as pessoas que antes eram consideradas “supérfluas, imprestáveis e desnecessárias” (Bauman, 2005, p.54) veem-se podendo comprar os meios para sua subsistência, manter seus filhos na escola. As beneficiárias relataram que puderam equipar suas casas com móveis e eletrodomésticos a partir do dinheiro deste benefício.

Moreira et al (2012) verificaram que, em relação à destinação dos recursos do PBF, os entrevistados ressaltam que grande parte do valor repassado às famílias é utilizada na compra de alimentos. Ressaltam também que, na maioria das vezes, as famílias compram apenas itens básicos, como material escolar, roupas. Castro et al (2009) também verificaram que tanto pessoas que conhecem beneficiários quanto as que não conheciam concordavam que com o uso do benefício do PBF, as pessoas puderam comprar mais alimentos, mais coisas para casa, mais roupas, calçados, objetos de uso pessoal e material escolar.

Contudo, algumas entrevistadas contestaram a forma como o dinheiro do BF era utilizado por alguns beneficiários que, mesmo necessitando da renda oferecida pelo

programa, não o utilizavam de forma adequada, comprando cachaça ou gastando com o lazer e que por isso deveria haver uma fiscalização maior acerca do uso ou uma orientação de como utilizar o benefício, como citou Emanuele, que achava importante dar esclarecimentos aos beneficiários para que utilizem o dinheiro de forma adequada, como muitas entrevistadas expuseram que o dinheiro deveria ser utilizado apenas para a alimentação. Uma vez que essa renda esteja sendo utilizada para outros fins, o recebimento do benefício é colocado em questão.

Este é um dos inúmeros pontos polêmicos do programa, uma vez que, são as famílias que deverão destinar os recursos do benefício como quiserem, sem nenhuma intervenção. Alguns críticos acreditam que a população de menor renda não saberia fazer uso adequado dos recursos transferidos. Ali Kamel, editor de um jornal de grande circulação no Rio de Janeiro, fez um artigo em, 2008, denunciando que os beneficiários do BF estariam comprando eletrodomésticos e que o governo, em vez de financiar esse tipo de consumo, deveria investir em escolas. Pires (2012) verificou que, para alguns beneficiários, o uso correto do dinheiro é aquele feito diretamente para os filhos, com roupas, material escolar e alimentação.

Entretanto, é preciso compreender que a mudança nas políticas sociais teve como objetivo garantir mais autonomia às famílias na utilização dos recursos recebidos. Suplicy (2002), ao defender a ideia de uma renda básica de cidadania incondicionada, afirma que as prestações em dinheiro conferem maior grau de cidadania e são mais eficientes que os serviços e programas sociais

*Se o objetivo é erradicar a fome e a miséria, é preciso compreender que a pessoa pobre necessita mais do que matar a fome. Se está fazendo frio, precisa comprar um agasalho ou um cobertor. Se a telha ou a porta de sua casa estão avariadas, é preciso consertá-las. Se um filho ficou doente, é preciso comprar remédio com urgência. Se é o dia do aniversário de uma filha, é possível que a mãe queira lhe dar de presente um par de sapatos. Se a vizinha está vendendo um tipo de alimento muito barato, é bom comprar, porque vai sobrar mais outras coisas (Suplicy, 2002).*

De acordo com Silva (2007), os Programas de Transferência de Renda são capazes de estabelecer resultados e impactos positivos na Política Social Brasileira devido a sua transferência monetária direta às famílias beneficiárias, permitindo maior liberdade para a aquisição de bens e serviços que melhor atendam às necessidades da família. Sob esta ótica, a fala das beneficiárias entrevistadas, nesta pesquisa, faz refletir sobre a importância da regularidade do recebimento do benefício para aquisição de bens



de consumo, pagar contas, planejarem futuros investimentos, independente de sua atividade remunerada, além de garantir a alimentação da família.

A entrevistada Soraia relatou a situação de uma família que preferiu retornar para zona rural devido à falta de oportunidades que a cidade tinha a oferecer. O presente estudo mostrou que a localização das moradias das entrevistadas estavam situadas, em sua maioria, na zona rural da cidade, e que todas as beneficiárias responderam que residiam em casa própria. Neste sentido, o estudo traz um resultado importante, pois à medida que a família não tem gastos com habitação ela dispõe desta renda para o gasto com seu bem-estar, principalmente, como foi visto, para o gasto com alimentação.

A beneficiária Lidia considerava o dinheiro que recebia do programa como uma fonte de autonomia, visto que, após ser beneficiária não precisou mais depender dos pais financeiramente. Segundo Araújo e Scalon (2005) destacam, para as mulheres, o significado de autonomia pode adquirir um duplo sentido: poder ter maior independência em relação a alguma figura de autoridade (pai, marido/companheiro) e poder se sentir incluída, mesmo como consumidora, para si e para os outros membros da família.

### **Emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e desenvolvimento local**

**Amanda:** Conhecia apenas uma família que deixou de receber o BF, pois o marido da sua vizinha tinha conseguido um emprego. Quanto a sua expectativa de deixar de receber o benefício, acreditava que iria receber até seus filhos ficassem de maior, ou seja, até quando ela ainda pudesse receber o BVJ, por causa dos seus filhos. Porém, quando questionada se gostaria de receber o BF ou ter um trabalho, ela preferia um trabalho e deixaria o benefício para outra família.

*A gente agradece porque a gente tem, o governo manda, mas se a gente tivesse um trabalho já de carteira assinada, que tivesse um trabalho pra gente se manter, recebendo um salário mesmo sem o BF, seria melhor ainda porque a gente ia sempre receber o salário, ia ter férias, tudo ali ganhando em cima do trabalho que a gente tá trabalhando.*

Contudo, Amanda apontou a dificuldade de conseguir emprego em seu município e a questão da desigualdade social, pois, de acordo com ela, no município o comércio gira em torno de familiares, fica restito apenas a parentes, e que o maior órgão

empregador da cidade era a Prefeitura, e com o concurso que foi realizado em 2012, muitas pessoas acabaram perdendo o emprego e ficaram sem expectativa de trabalho.

Quando questionada sobre o que o governo poderia oferecer no programa, além do benefício financeiro, Amanda expressou que poderia colocar um local para que os beneficiários pudessem trabalhar e que à medida que fossem conseguindo “*andar com suas pernas sozinho*”, o dinheiro do benefício seria repassado para outra pessoa, para que não houvesse desavenças e comentários de que a pessoa estaria trabalhando e recebendo o benefício.

Amanda também expôs seu sonho de montar uma cooperativa com beneficiárias do BF, reunir mulheres para fazer bolos, e que seus filhos também pudessem usufruir dos frutos da cooperativa no futuro.

Sobre o que mudaria no programa, Amanda disse que o valor do benefício que, segundo ela, poderia chegar a um salário mínimo:

*Aumentar o valor do benefício, pra a gente poder se ocupar pra sair, às vezes tem mãe que mesmo recebendo BF, tem que sair pra deixar a criança em casa, ou mesmo com o vizinho pra poder aumentar a renda, entendeu? Ai pronto, tem que aumentar o valor para a gente não precisar sair, mesmo eu saindo pra vender Natura, uma calcinha, um sutiã, uma micheline (joias folheadas), eu tenho que deixar tudo pronto aqui em casa para eles (filhos) se arrumarem pra ir pro colégio, mas muita gente tem bebê menor então a dificuldade é maior, então se o governo colocasse o valor de um salário mínimo mesmo, com uma pessoa que tem uma profissão definida lá fora, pra gente seria bom também.*

**Manuela:** Não conhecia ninguém que tivesse deixado de receber benefício. Ela acreditava que só iria deixar de participar do Programa após ela e o esposo se aposentarem, o que levaria cerca de quatorze anos. Ela disse que entre receber o benefício e ter um trabalho preferiria um trabalho, porém que não tinha mais idade e saúde para trabalhar, e seu marido também têm problemas de saúde e não conseguiriam mais um emprego. Apesar de preferir um emprego, Manuela revelou que na cidade não tem emprego, não tem renda, que o pouco comércio que existe é restrito a parentes, que não empregam outras pessoas da cidade e que muitos dos seus familiares precisaram mudar de município para conseguir uma colocação no mercado de trabalho, pois apenas a Prefeitura oferece emprego na cidade: *a renda na cidade é só a Prefeitura, não tem assim vamos supor uma fábrica pra dá emprego, qualquer fábrica de roupa, de sapato,*

*o que fosse com certeza ia ser renda para a cidade e dá emprego para os moradores entendeu?*

Sobre o que o programa deveria oferecer, além do dinheiro, Manuela disse que poderia abrir uma fábrica para gerar emprego na cidade e evitar que as pessoas tenham que sair do município para conseguir um trabalho. Contudo, disse que não conseguiria trabalhar na fábrica, pois não tinha mais idade nem estudo para se adaptar ao trabalho e a tecnologia e que seria algo para seus filhos trabalharem.

**Soraia:** Relatou que em seu município não há oportunidade de emprego, por isso precisou mudar de cidade para ter uma chance no mercado de trabalho. Soraia contou que devido a falta de emprego na cidade, não pretendia voltar para lá:

*Eu gosto muito na verdade, Saramandaia é uma cidade maravilhosa se eu pudesse nunca sairia de lá, se tivesse uma oportunidade de emprego sabe?(...) oh gente não tem nem como falar, não tem como não gostar de Saramandaia. É uma cidade pequena, o que eu não gosto assim é que não tem oportunidade de emprego se tivesse a maioria das pessoas não saiam, mas o resto aqui é ótimo.*

Soraia contou que o benefício recebido por seus pais lhe ajudou a conseguir um emprego. Ela lembrou que, naquela época, pagava um curso de informática que fez em Santo Antonio de Jesus com o dinheiro do BF, e que isso ajudou a ela a se desenvolver, pois, quando começou a cursar a universidade, já conhecia a cidade, além de ter conquistado um estágio na empresa em que fazia o curso.

Quando questionada até quando seus pais precisariam receber o BF, Soraia disse que como eles não tinham recursos e não tinham como trabalharem devido a falta de oportunidade na cidade e ao seu pai está doente (artrose), ela achava que eles deveriam continuar recebendo até se aposentarem ou conseguirem o auxílio doença para o pai pelo INSS.

Contudo, Soraia preferia estar trabalhando a depender do BF, porque ela sente-se orgulhosa do fruto do seu trabalho e que o BF seria para quem não estivesse trabalhando:

*Prefiro ter meu trabalho, porque a gente vê o fruto do seu trabalho ali, e se eu receber Bolsa Escola eu não tô lutando pra receber, acho que é desleal porque eu tenho capacidade de arranjar um emprego. Hoje quem não trabalha é desocupado, porque você pode arranjar emprego seja de limpador de rua, qualquer trabalho, é melhor você trabalhar ter seus esforços do que você ficar recebendo Bolsa Família sendo que você pode trabalhar você pode tá tomando o espaço de*

*outra pessoa. Ai o governo deixa de selecionar uma pessoa mais necessitada.*

**Lidia:** Foi uma das entrevistadas que conseguiu um emprego e deixou de receber seu benefício. Disse que uma de suas irmãs também era egressa do programa. No momento da entrevista Lidia estava empregada e na iminência de deixar de receber o benefício. Ela preferia estar trabalhando, porque receberia um salário e ganharia mais e deixaria o BF pra outras pessoas que não trabalhavam e necessitavam. Lidia disse que o município é um lugar ótimo para se viver, porém falta trabalho, e que sua filha tem vontade de sair do município para estudar e conseguir um emprego. Em relação ao que o PBF poderia oferecer além do auxílio financeiro ela achava que poderiam dar cestas básicas, igual a um projeto que existia no município antigamente, que distribuía cestas as famílias carentes, segundo Lidia. Além da cesta, deveriam aumentar o valor do benefício e ter uma espécie de fiscalização para saber se as pessoas não estavam desviando o uso do dinheiro:

*É ou então aumentar mais o dinheiro. E devia ter uma coisa assim especificamente para saber se as pessoas tavam gastando com aquela, porque digamos assim, eu participei da Pastoral da Criança quando minha filha era menor ai tinha os padrinhos da Espanha que contribuía, ai vinha um valor, ai pegava 40 reais de cesta, ai as freiras da Pastoral não dava o dinheiro, a gente pagava ali na padaria, só podia pegar coisa de alimento, e nem café não pode, feijão, biscoito, arroz essas coisas, café não pode, outras coisas não, só alimento pra comer mesmo, era uma coisa assim que sabia que tava usando assim entendeu? Não tava gastando com outras coisas.*

**Adrielle:** Destacou que gostava da cidade devido a tranquilidade, porém destacou que faltava mercado de trabalho, e que mudaria para outro município caso o filho conseguisse um trabalho. Ela gostaria que o prefeito abrisse uma fábrica no município para gerar empregos na própria cidade, pois como ela tem crianças em casa e ficaria difícil ela conseguir emprego em outra cidade. Adrielle preferia estar trabalhando a receber o BF, porém acreditava que não precisaria mais do benefício caso conseguisse um trabalho e conseguisse uma vaga numa creche para o filho que vai nascer. Adrielle conhecia três famílias que deixaram de receber o benefício devido a alguns de seus membros terem começado a trabalhar. Quando questionada sobre o que o programa poderia oferecer além do benefício, Adrielle disse que cursos que capacitassem para o trabalho para não depender apenas do dinheiro.

**Eduarda:** Também citou que deveria ter cursos além do dinheiro no programa. Eduarda disse que se conseguisse um trabalho para ganhar um salário deixaria de receber seu benefício para que outra pessoa carente recebesse, porém não encontrava emprego no município e que vai necessitar receber o BF, pois não tem expectativa de conseguir um trabalho. Sua filha de 14 anos, que estava presente no dia da entrevista, falou que gostaria de continuar a receber o BF e ter um trabalho, e Eduarda lhe disse que ela não poderia ficar com os dois.

**Jordana:** Foi a única que expressou que gostaria de mudar de cidade devido às dificuldades que encontrava, como a falta de comércio, de desenvolvimento, de emprego. Jordana relatou que gastava muito dinheiro para ter que ir ao município vizinho, Santo Antonio de Jesus, fazer compras:

*É porque assim é um município muito pequeno, povo pacato, não tem muita renda não, a renda aqui é difícil, eu não sei não viu, só pra quem tem um trabalho mesmo, mas pra quem mora mais pra o interior, até uma coisa assim que a gente gosta é difícil pra pessoa comprar, se deslocar dali pra Santo Antonio é uma dificuldade, é tudo muito pequeno, não tem renda não, difícil de viver, porque lá onde eu morava em Santo Antonio tudo era mais fácil, a gente plantava, transporte era mais fácil, e aqui no lugar que eu moro pra pegar um transporte, pra vim em Saramandaia às vezes a gente não encontra uma roupa uma coisa assim, tem que ir pra Santo Antonio, aí o transporte vai esticando mais, porque se eu for pra Santo Antonio hoje com as meninas tudo, eu gasto quase 40 reais pra ir e vim só de transporte aí danou quando for merendar e tudo dá mais de 60 é difícil ir pra Santo Antonio. Aqui não tem desenvolvimento não.*

Jordana gostaria de voltar a morar em Santo Antonio de Jesus, porque lá suas filhas conseguiriam emprego, como algumas sobrinhas suas, que se mudaram para esse município e estavam trabalhando. Suas filhas também já expressaram a vontade de irem morar em Santo Antonio de Jesus devido a falta de emprego no município. Jordana disse que já estava acostumada com o trabalho na roça, que já fazia isso há muito tempo, que não se habituaria a trabalhar num comércio, e que, enquanto isso, vai vivendo com o BF. Porém, disse que preferiria um trabalho e se tivesse estudado conseguiria um emprego, mas como não conclui os estudos, queria que as filhas se formassem e tivessem uma profissão.

Ao ser questionada até quanto tempo ela acreditava que precisaria receber o benefício, Jordana falou: *enquanto as meninas estiverem estudando, não é assim?*, mostrando que não tem perspectiva de deixar de receber o dinheiro. Quando foi explicado que ela poderia continuar a receber o benefício, mesmo que suas filhas não estivessem estudando, porém num valor menor, ela disse que precisaria receber então

até conseguir se aposentar. Jordana também falou que deveria oferecer cursos de capacitação como de cabeleireiro, costura para que as pessoas a partir daí pudessem conseguir um emprego e que o valor do benefício poderia ser maior para aquelas pessoas que fossem mais *fracos*.

**Emanuele:** Assim como Lidia, também estava trabalhando. Achava que o seu benefício deveria ir para uma família que necessitasse mais do que ela. Ela preferia ter trabalho porque ganhava mais, tinha um padrão de vida melhor. Disse que o valor do BF era pouco, o que inclusive seria o que ela mudaria no programa: *o valor deveria ser mais alto, porque às vezes não dá para pessoa comprar as coisas que precisa, quem tem duas ou três crianças não dá pra comprar o leite, fralda.*

### **Conclusões:**

De todas as beneficiárias entrevistadas, apenas duas (Lidia e Emanuele) haviam deixado de receber o benefício por terem conseguido trabalho. Porém, as mesmas voltaram a receber e, apesar de estarem trabalhando, contavam com uma das garantia de proteção do PBF, a regra de permanência. Por essa regra, as famílias continuam recebendo o benefício por até dois anos, mesmo que a renda familiar por pessoa tenha subido para além dos R\$ 154 e desde que não ultrapasse meio salário mínimo (R\$ 362). Essa proteção é concedida se a família atualizar as informações no Cadastro Único voluntariamente. Quando deixaram de receber o Bolsa Família pela primeira vez, Lidia e Emanuele contaram também com a proteção do retorno garantido. Essa medida se aplica àqueles que, por iniciativa própria, desligam - se voluntariamente do programa, quando aumentam sua renda acima de meio salário mínimo.

Para Gabriel, Machado e Oliveira (2008) a emancipação das famílias atendidas pelo PBF está relacionada ao desenvolvimento e identificação de recursos econômicos, culturais e naturais específicos de cada localidade e à oferta de oportunidades para o desenvolvimento de suas capacidades. Configura - se na articulação de programas e ações complementares desenvolvidos pelos três entes do governo e a sociedade civil que enfoca prioritariamente as famílias atendidas pelo BF em seus programas, uma vez que o seu público é caracterizado como o de maior vulnerabilidade social. Tal articulação é realizada tendo como objetivo o acesso das famílias as ações e políticas setoriais relacionadas à geração de trabalho e renda, acesso ao conhecimento, condições

habitacionais, direitos sociais, desenvolvimento local, entre outras (GABRIEL, MACHADO e OLIVEIRA, 2008).

A questão da “emancipação” traz a ideia de que a passagem das famílias pelo PBF deveria ser idealmente transitória. Esta participação terminaria quando as famílias conseguissem gerar renda suficiente para permanecer fora da pobreza de maneira autônoma. As entrevistadas Amanda, Lidia e Adriele disseram conhecer ex-beneficiários, pessoas que, segundo elas informaram, deixaram de receber o Bolsa Família por terem começado a trabalhar.

A questão da emancipação está relacionada com as “portas de saídas” do programa, a saber: a articulação da transferência de renda com outras políticas e programas; o cumprimento das condicionalidades como também a conjuntura socioeconômica que vivemos. Jeronimo (2013) expõe que as “portas de saída” do PBF já são realidade, e que muitos brasileiros já conseguem caminhar com as “próprias pernas”, pois, em dez anos do programa, são cerca de 1,7 milhão de famílias que deixaram de receber o benefício.

**Figura 2: Impactos das portas de saída do PBF**

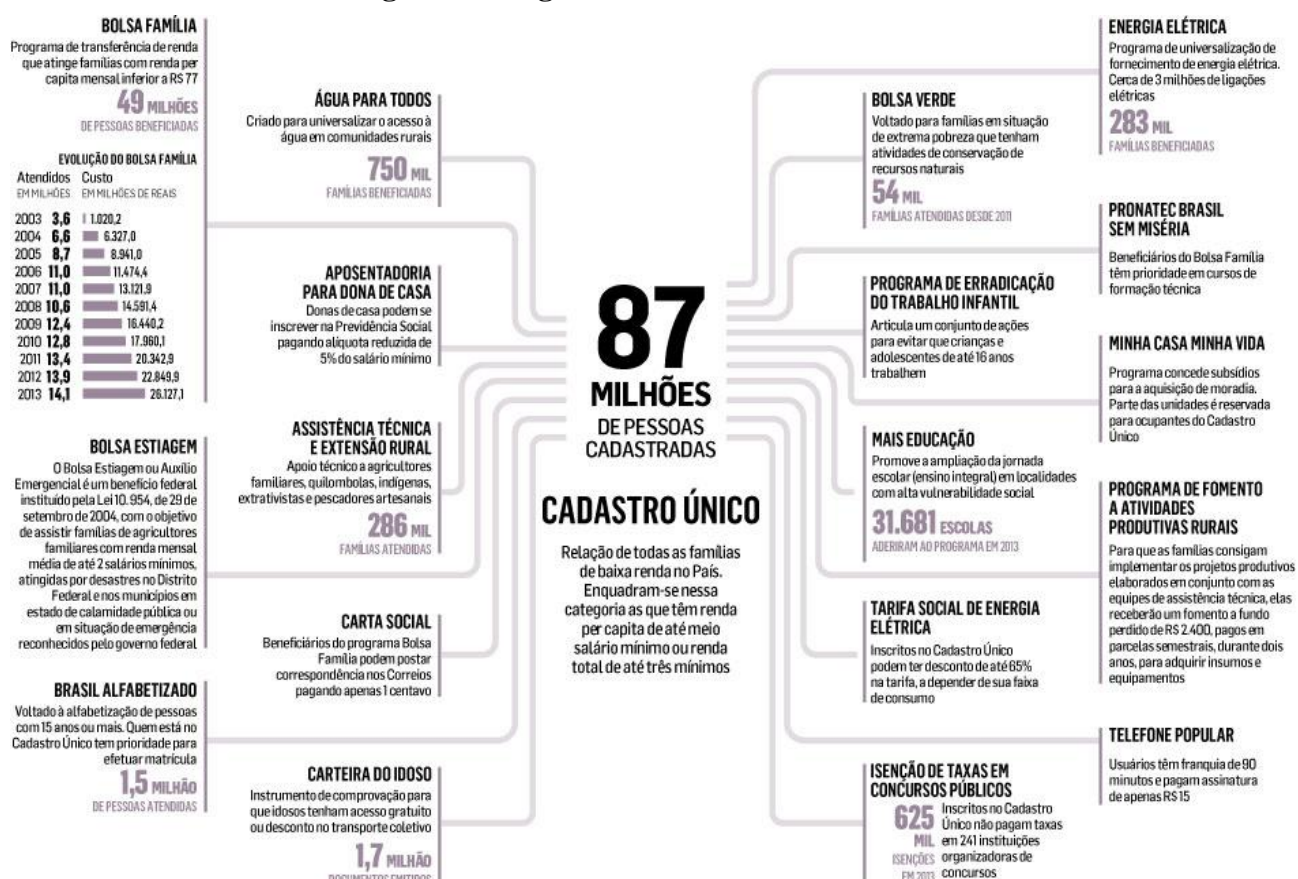


Fonte: Jeronimo, 2013.

As condicionalidades do PBF servem para que, a partir do seu cumprimento, o ciclo de pobreza seja quebrado entre as gerações. O ex-ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias (2011) afirmou que “as condicionalidades reforçam o caráter emancipador do programa”. Para os idealizadores do PBF as condicionalidades representam o exercício de direitos para que as famílias possam alcançar autonomia e inclusão social.

Na visão de alguns especialistas, entretanto, a chamada "porta de saída" do programa de transferência de renda ainda é estreita e precisa ser melhor qualificada pelo governo. A saída apontada pelo governo é a qualificação profissional. Uma versão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criada especificamente para os beneficiários do Brasil Sem Miséria, subprograma que está inserido no Bolsa Família e que atinge a população ainda mais vulnerável. Além dos cursos profissionalizantes, o governo tem se empenhado em identificar os beneficiários do Bolsa Família que acabam abrindo pequenos negócios por conta própria. Os programas sociais para os usuários do Cadastro Único constituem também uma rede de promoção e proteção social para incentivar a emancipação pessoal e social e a autodeterminação reprodutiva das pessoas cobertas pelo programa.

**Figura 3: Programas sociais do Governo Federal**





Porém, para que o Programa Bolsa Família tenha reais impactos na vida dos beneficiários, a fim de erradicar a pobreza e emancipar a população pobre, é preciso a articulação com as políticas de educação, saúde e, principalmente, com uma política de pleno emprego e trabalho para todos.

As beneficiárias Manuela e Adrielle falaram que a Prefeitura do município deveria criar uma fábrica para empregar os beneficiários. Muitas das entrevistadas relataram ainda que a Prefeitura era a única a oferecer oportunidade de emprego no município, uma vez que na cidade há pouco comércio, e o que existe é restrito aos familiares. Apesar de todas as beneficiárias revelarem preferir um emprego ao BF, as que não estavam trabalhando não tinham uma expectativa de deixar de receber o benefício devido ao município não oferecer um mercado de trabalho, bem como citaram a idade e escolaridade e a falta de saúde como fatores que a impediriam de conseguir um trabalho. A beneficiária Amanda contou do seu sonho de abrir uma cooperativa com a participação das beneficiárias do PBF, para que viessem deixar de receber o dinheiro e se tornarem autônomas.

Um dos objetivos do PBF é o incentivo ao desenvolvimento local dos territórios. A análise, a partir das falas das beneficiárias, demonstra que o impacto que o programa tem sobre o desenvolvimento local deste município é mínimo. Algumas entrevistadas revelaram que faziam compras no município próximo, e que o comércio da cidade não expande, ficando restrito a parentes. Silva e Lima (2010) revelaram que a quantidade de ações complementares desenvolvidas para famílias que participam do programa é baixa, assim como o tipo de ações realizadas não permitiriam a possibilidade de capacitação capaz de alavancar a autonomia das famílias.

Uma questão intrigante é que muitas das beneficiárias entrevistadas acreditavam que não conseguiriam realmente se emancipar, como algumas disseram que estavam aguardando a aposentadoria para deixarem de receber o benefício. Outras atribuíam as condições socioeconômicas degradantes em que viviam (falta de trabalho, baixa escolaridade, idade avançada) como explicação para continuarem a receber o benefício. O PBF almeja que os beneficiários se emancipem, contudo a saída através do trabalho se apresenta bastante problemática nesse município, tanto porque a formação escolar que as beneficiárias possuem é um empecilho apontado por elas para a ocupação de postos de trabalho, assim como ainda que apresentassem um grau de escolaridade mais elevado, a estrutura do mercado de trabalho no capitalismo não é capaz de absorver toda

a mão de obra disponível. No entanto, mesmo para estas famílias, há que se considerar propostas que levem em consideração suas potencialidades e suas necessidades. Nesse sentido, reconhecidas as potencialidades locais, o estímulo ao desenvolvimento local e à autonomização das famílias beneficiárias poderia se dar via constituição de cooperativas, como sonhava Amanda.

Ainda com relação à emancipação dos beneficiários, algumas beneficiárias, quando questionadas sobre o que mudariam no programa, citaram que valores os concedidos eram considerados baixos, o que não garantia um sustento apropriado para as suas necessidades. Os Programas de Transferência de Renda foram criados como resposta à desigualdade social, a fim de tentar suprir uma falha estrutural na organização da sociedade, que não possibilita acesso ao trabalho a toda a população. Todavia, os valores concedidos são sempre inferiores ao salário do trabalhador, para que não haja perda do estímulo de trabalhar e produzir.

A análise do desenvolvimento social neste município apresenta indícios de que o PBF vem contribuindo para a melhoria da situação dessas famílias. Essas melhorias seriam decorrentes do aumento da renda, comprovada no aumento de consumo, principalmente no que diz respeito à alimentação, melhorias na moradia, aquisição de bens de consumo, entre outros aspectos. As famílias das entrevistadas passaram a ter, além de melhorar o acesso a alimentação, acesso a equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, que proporcionam um acréscimo na qualidade de vida. Isto ocorre, pois, ao fazer parte do PBF, a maioria destas pessoas passaram a ter uma renda fixa mensal. Antes, isso não era possível, pois grande parte trabalhava na roça e dependia do tempo, pois, no período de estiagem, não podiam plantar. Essa situação pode ser visualizada na fala da beneficiária Amanda:

*Que o governo tá olhando pra gente, que antes era difícil né? Porque, por mais que a gente fosse baixa renda, humilde, simples, era difícil pra gente ter um dinheiro pra poder a gente comprar algo, e hoje de alguma forma mesmo a gente sabendo que a educação tem que tá em primeiro lugar, o dinheiro ajuda, porque a gente tem aquele dinheiro certo, que ajuda a botar comida em casa.*

Por outro lado, verificou-se que o PBF não é suficiente para garantir a autonomia das beneficiárias entrevistadas. Mesmo recebendo o benefício, a algumas delas não superaram alguns problemas relacionados à saúde, educação, moradia, trabalho, entre outros que afligem a população mais vulnerável. Contudo, não é apenas a

transferência de renda que irá realizar uma mudança efetiva nas condições e no modo de vida das famílias que dela necessitam. Requer políticas, programas e projetos que possibilitem às famílias chegarem às “portas de saída”.

A questão do trabalho e do emprego constitui o elemento de privação em que as famílias não conseguiram avançar, com exceção de Soraia, que disse ter conseguido um emprego por causa do PBF, apontando uma contribuição importante do Programa para emancipação da geração futura. Ou seja, o fato de Soraia estar cursando Ensino Superior e ter conseguido um emprego a partir de um curso de informática pago com o benefício, parece relevante para compreender o impacto do BF na família, já que o benefício poderia ter contribuído para essa trajetória, diferente dos membros dos grupos familiares entrevistados.

Os resultados são um indício de que o BF neste município não tem sido suficiente para as famílias conseguirem superar situações de desemprego, o que seria um aspecto essencial para o enfrentamento à pobreza e ao processo de autonomização das famílias. O desemprego neste município revela ser um importante desafio para a autonomia das beneficiárias. O desemprego e o trabalho precário têm sido associados a diversas outras formas de privação que afetam o desenvolvimento das capacidades, como a perda de autoconfiança, aumento de doenças, perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação de assimetrias entre os sexos, para citar apenas alguns exemplos (Sen, 2000).

Os resultados apresentados devem ser observados dentro dos limites do estudo. Destaca-se, sobretudo, que refletem a realidade local de um município de pequeno porte, do interior da Bahia, predominantemente rural (que contém a população mais pobre e potencialmente candidata ao PBF) e que não oferece oportunidade de emprego. Neste município, houve uma elevação do PIB nos últimos anos (cresceu 58,7%, entre 2005 e 2010), e desse crescimento, 47,7% foi da participação da administração pública (BRASIL<sup>b</sup>, 2014), dado que corrobora o que as entrevistadas relataram que a Prefeitura é o maior órgão empregador da cidade. Contudo, de acordo com o economista Ricardo Abramovay, teórico das discussões sobre desenvolvimento rural, em entrevista à *Folha de São Paulo*, (08/06/2012), o PIB é uma variável insuficiente para medir o desenvolvimento.

Um dos resultados factíveis da Rio+20 será reconhecer que o PIB é uma medida errada sobre o modo como as sociedades usam os recursos para seu desenvolvimento. O PIB não é só

incompleto. Ele é incapaz de distinguir aquilo que produz bem-estar daquilo que produz mal-estar para as pessoas. Os ganhos de eficiência no uso de materiais e energia decorrentes do progresso tecnológico em seu papel, mas é óbvio que não vai dar para fazer frente à pressão por crescimento (ABRAMOVAY, 2012).

Destarte, pode-se perceber que o crescimento econômico não é o objetivo único nem final do desenvolvimento e também não assegura a melhoria de vida da população, uma vez que o município enfrenta sérios problemas relacionados a analfabetismo, desemprego, habitação, abastecimento de água, escoamento sanitário.

### **Bolsa Família: O que conhecem/acham do programa?**

**Amanda:** Acreditava que o PBF surgiu para ajudar pessoas como ela, de *baixa renda*, que era um programa bom e que o governo nunca devia acabar com ele “*Eu acho maravilhoso, Ave Maria, se não fosse esse dinheiro, eu não sei o que seria de mim, (risos), não sei o que ia ser de mim, acho que eu tava a ver navios*”. Quando questionada sobre quem tinha o direito de receber o benefício, disse que pessoas de baixa renda e pessoas que tem menos de um salário mínimo em casa.

**Manuela:** Para ela o programa foi criado pelo governo para ajudar os *mais fracos*, as pessoas da zona rural *mais fracas*. Ela disse que se o programa acabasse iria prejudicar muitas pessoas, devido a falta daquele dinheiro todo mês. Apesar de achar o programa bom, para ela deveria haver uma pesquisa nas casas das pessoas para investigar quem realmente precisava, pois algumas pessoas reclamavam que estavam cadastradas no programa, mas nunca receberam o benefício:

*É, gente que precisa e não recebe, às vezes não dá pra inscrever todo mundo, que já vem aquela quantidade de inscrever as pessoas ,ai às vezes tem alguém que tem, que todo mundo tem direito né? Que tem um salário pode ir se inscrever né, isso é o que falamos, às vezes alguém tem sorte, quem tem um salário vai lá se inscreve e vem, e às vezes algum que só tem sua rendinha pouca, que se vira ai com qualquer coisa como eu mesmo, às vezes não chega, minha reclamação é isso ai, uma pesquisa para vê quem mais precisa, todo mundo precisa, não vai dizer que não é, de grande a pequeno né? Todo mundo precisa mais uns precisam mais que o outro, entendeu?*

No entanto, Manuela, quando questionada que tinha o direito de receber o BF, falou que todo mundo, inclusive *os ricos*, mas os que eram de baixa renda teriam mais direito, pois os ricos teriam de onde tirar.

**Soraia:** Filha de beneficiária, disse que o programa foi muito bom para sua família e para outras famílias do município, porém revelou que algumas famílias que não deveriam receber, por não necessitarem, estavam recebendo, porém ela achava que essa situação não poderia ser mudada, pois era *coisa lá do sistema*, e que ela não tinha como mudar isso:

*Eu acho que foi uma maravilha, não só pra gente, mas também para outras famílias. Foi uma obra de Deus apesar de hoje ter muitas pessoas que recebem Bolsa Família que não há necessidade de receber e acaba recebendo, mas isso tudo é uma coisa lá do sistema que a gente não pode questionar muita coisa, acontece.*

Quando questionada sobre quem tinha direito de receber o BF, Soraia disse que as pessoas de baixa renda, que tinham criança e que não tinham uma renda fixa:

*Ai assim não é qualquer pessoa que recebe o Bolsa Família porque tem que ter um acompanhamento, do CRAS, pegar as questão do documento pra comprovar que você é realmente de baixa, de classe baixa que possa ta recebendo essa Bolsa Família, não é qualquer pessoa que pode ta recebendo esse Bolsa Família, se não todo mundo queria até mesmo as pessoas que trabalham.*

**Lidia:** Apontou que deveria haver uma fiscalização porque ela conhecia famílias que recebiam e que, segundo ela, não tinham necessidade, como pessoas aposentadas que não iam atualizar o cadastro e não davam espaço para que outras pessoas que realmente precisavam recebessem. Para Lidia as famílias de baixa renda eram as que tinham o direito de receber o BF. Ela compreendia que o benefício é calculado a partir da renda per capita mensal da família. Para ela, o BF era um programa bom e bem sucedido, que lhe servia muito, e que por seu município ser pequeno, havia muitas pessoas que passavam necessidade e precisavam desse dinheiro.

**Adrielle:** Disse que o BF era um programa bom que o governo fez para ajudar as pessoas a terem uma vida melhor e tranquila por saberem que todo mês teriam um dinheiro para poder comprar. Para ela, quem poderia receber o BF são pessoas que não têm trabalho e não têm renda nenhuma. Ela apontou como um ponto negativo algumas situações que considerava incorretas como pessoas aposentadas que recebiam o BF, e tiravam a oportunidade de que realmente precisava.

**Eduarda:** Acreditava que o programa era para ajudar os fracos e tirar os meninos da rua, incentivando eles para o trabalho “*Que é pra ajudar os mais fracos né? Tira os menino assim da rua, e da um trabalhozinho assim né, incentivando os meninos*

*não ir pra rua, pra comprar um pinto (filhote de galinha) qualquer coisa pra criar, vai incentivando eles pra sai da rua.* Eduarda disse que esse programa é bom, e quem poderia receber eram mães de famílias mais fracas, que não tinham condições.

**Jordana:** Foi outra beneficiária que citou o fato de alguns beneficiários que já tinham uma renda e não iam se desligar do programa. Ela disse que o BF era um programa bom e quem tinha trabalho ou recebia aposentadoria não poderiam participar apenas *famílias fraquinhas*.

**Emanuele:** Disse que achava o programa bom por ajudar as pessoas e o benefício era para as pessoas que tinham uma renda num valor baixo.

### **Conclusões:**

Todas as beneficiárias disseram que o BF era um programa bom. Em suas explanações afirmaram também que o BF é *uma ajuda* do governo. O programa, visto como uma bonificação dada pelo Governo às famílias pobres, retira a dimensão de que o PBF é uma política social, um direito previsto na Constituição Federal. A fala das beneficiárias demonstram que elas não reconheciam a importância do PBF como uma ação de transferência de renda, sendo encarado como uma ajuda e não como um direito.

Zimmermann (2006) afirma que o grande problema do PBF é que o mesmo não é baseado na concepção de direitos, pois o acesso ao Programa não é garantido incondicionalmente aos portadores de um direito. Para o autor, o Bolsa Família não é concebido na lógica da garantia a todos que dele necessitem, mas muito mais numa seletividade excludente. Segundo ele, o Programa não garante acesso incondicional das pessoas, uma vez que existe limitação da quantidade de pessoas a serem beneficiadas em cada município. Essa limitação ocorre devido a cada município receber um número fixo de famílias a serem contempladas e, no momento em que esse município preencher essa quota, fica impossibilitada a inserção de novas famílias, mesmo que sejam extremamente vulneráveis. Por isso, famílias e pessoas pobres acabam não sendo incluídas no Programa, mesmo que sejam miseráveis e tenham a necessidade urgente de serem beneficiadas. Para Zimmermann (2006) a lógica do Programa obedece muito mais ao discurso humanitário da ajuda e da assistência do que o provimento de direitos.

Algumas entrevistadas disseram que deveria haver uma maior fiscalização do Programa, para evitar que pessoas que não precisassem do benefício o recebam. Essa

afirmação traz em si uma crítica um pouco mais profunda: os gerenciadores do PBF não estariam sabendo distinguir quem realmente necessita do benefício, dando essa renda, destinada às famílias pobres, a pessoas que poderiam sustentar-se com recursos próprios.

Contudo, as próprias beneficiárias não compreendiam que elas poderiam participar da fiscalização do BF, como fica evidente na fala de Soraia, filha de beneficiária, que afirmou que as irregularidades eram coisas do sistema, e que não poderia estar questionando muito, porque são coisas que aconteciam, demonstrando passividade frente aos seus direitos de cidadã. Este resultado reforça a ausência de um sistema informativo municipal, que viabilize tanto o acesso das famílias as informações quanto ao acesso dos serviços assistenciais, bem como o acompanhamento e fiscalização do Programa via denúncias anônimas. Inclusive, infere-se, ainda, que elas desconheciam a existência de um Conselho de Controle Social do BF no município, espaço em que poderiam exercer seu papel fiscalizador.

Spinelli e Costa (2007) abordam a importância dos Conselhos de Controle Social do PBF. Estes conselhos funcionam como instâncias de controle e de estímulo a participação popular, na medida em que devem executar, essencialmente, ações de monitoramento das atividades pertinentes a gestão do programa e de incremento da participação cidadã na sua execução, desempenhando, portanto, funções fiscalizadoras e mobilizadoras.

Dessa forma, os beneficiários e a população em geral podem ser atuantes na fiscalização deste programa. Estas instâncias de controle além, de ajudar na identificação das famílias mais pobres e no acompanhamento das condicionalidades, podem acompanhar e fiscalizar a gestão do PBF para que o Programa atenda às famílias pobres e extremamente pobres dos municípios brasileiros (BRASIL, 2013).

Ao investigar o posicionamento das beneficiárias do PBF sobre quem tinha direito de receber o benefício, elas responderam que famílias *fracas*, pessoas de baixa renda, pessoas carentes. Nenhuma das entrevistadas falou que o benefício se destinava a famílias pobres ou extremamente pobres, denotando certa resistência ou vergonha em se considerarem pobres. Expuseram, também, que as pessoas que tinham trabalho ou que fossem aposentadas não poderiam receber o benefício. Nenhuma das beneficiárias citou o Cadúnico, instrumento que identifica as famílias de baixa renda. As falas das entrevistadas revelam que ainda há um desconhecimento, dos próprios beneficiários,

sobre as regras do Programa. Esse desconhecimento suscita informações equivocadas e que podem interferir na compreensão do Programa.

### **Bolsa Família e o efeito preguiça**

**Adrielle:** Revelou que uma mudança que notou em seu município após o PBF foi a *revolta dos ricos* que, segundo ela, não gostavam do PBF devido ao fato de não encontrarem mais mulheres que queriam trabalhar além de não gostarem que os pobres recebessem dinheiro do governo:

*É porque os ricos daqui quer sempre mais, ai não quer que os pobres tenha nada, que o governo mande ajuda pra ninguém, ai eles acha ruim, porque ai eles tem vez que eles quer que trabalhe por nada, por preço de mixaria, e com o Bolsa Família que eles acha que o governo dá a gente, eles acham que é um dinheiro de graça.*

**Emanuele:** Citou como uma mudança que observou em seu município após o BF as pessoas não quererem mais trabalhar, porque preferiam o dinheiro do benefício.

#### **Conclusões:**

Apesar de apenas duas beneficiárias terem mencionado a questão do efeito preguiça, no município muitas pessoas dizem que os beneficiários não querem trabalhar devido a receberem o dinheiro do Bolsa Família. O efeito preguiça, citado pelas beneficiárias, pode ser explicado devido ao fato de que, por ser um município predominantemente rural, e, praticamente, não oferecer nenhuma opção de emprego, os beneficiários não devem estar dispostos a alugar sua força de trabalho por qualquer tostão, em trabalhos não atraentes como o de capinar, ser doméstica, preferindo ganhar o BF, pois recebem praticamente o mesmo valor ou até mais do que ganhariam se estivessem nessas atividades, sem precisarem se sujeitar a regimes de trabalho de quase escravidão.

Cavalcanti et al (S/D) trazem as diferenças dentro do Brasil em relação ao efeitos do programa no mercado de trabalho e verificaram que a zona rural, em especial o Nordeste brasileiro, vem se apresentando como a região com os maiores efeitos negativos na renda e nas horas trabalhadas. No entanto, esse efeito negativo na renda do trabalho pode estar sendo influenciado por fatores não associados diretamente ao Programa, ou seja, pode ter características específicas do mercado de trabalho.

A acomodação também conhecido como ‘efeito-preguiça’, é uma das críticas mais recorrentes em relação ao PBF. Oliveira e Soares (2012) realizaram uma revisão



da literatura a respeito dos efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho e concluíram que o receio de que o BF viesse a gerar o “efeito preguiça” pode ser descartado. Estes estudos apontavam desde uma participação ligeiramente superior dos beneficiários no mercado de trabalho até uma pequena redução no número de horas trabalhadas pelas mães.

Corroborando os resultados da extensa revisão, realizada por Oliveira e Soares (2012), a pesquisa Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família, 2a. rodada - AIBF II (BRASIL, 2012), demonstra que o PBF não provoca efeito desmobilizador de beneficiários no mercado de trabalho, seja em termos de ocupação, procura de emprego ou jornada de trabalho. De acordo com estudo da AIBF II, chefes de famílias beneficiárias, entre 30 a 55 anos de idade, apresentavam nível de atividade, ocupação e jornada muito próximos aos de chefes de nível socioeconômico equivalente. Sousa (2012), em estudo técnico realizado no MDS, com dados do Censo Demográfico 2010, sobre a participação masculina no mercado de trabalho, de beneficiários ou não do programa, apontou no mesmo sentido. O suposto “efeito preguiça” do programa seria, então de acordo com estes estudos, mais mito que realidade. Considerando as diferentes situações e atributos que afetam a situação de inserção no mercado de trabalho – idade, condição de chefia familiar, gênero, escolaridade e maternidade – não há diferença entre beneficiários e pessoas não beneficiárias com renda equivalente.

## CAPÍTULO 7

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo investigar os impactos do PBF em um município de pequeno porte do interior da Bahia, através das percepções de beneficiárias. Para alcançar tal objetivo, inicialmente foram tecidas algumas considerações sobre a natureza e importância do problema visto que, mesmo com tantos estudos sobre o PBF, na literatura praticamente não há pesquisas sobre impactos do Programa em pequenos municípios.

O Programa de Transferência Bolsa Família é uma política social que visa, no curto prazo, aliviar os problemas decorrentes da situação de pobreza, sendo que, no longo prazo, o objetivo é investir no capital humano, quebrando o ciclo intergeracional da pobreza. É notável o impacto de um programa que, em 2013, ano em que a presente pesquisa teve início, completou 10 anos, com cerca de cerca de 13,8 milhões de famílias em todo o país, o que corresponde a um quarto da população brasileira (IPEA, 2013), sendo a maior parte concentrada no Nordeste.

Este estudo permitiu a visualização dos resultados obtidos com o Programa Bolsa Família num município do interior da Bahia. Destacam-se os resultados comprobatórios de que o Programa melhorou, mesmo que temporariamente, a renda das famílias assistidas que participaram da pesquisa. As famílias atendidas passaram a ter, além de maior acesso a alimentação, acesso a equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, aumento do poder de compra.

Por outro lado, verificou-se que o PBF não é suficiente para garantir a autonomia das beneficiárias, uma vez que, das sete beneficiárias, apenas duas haviam deixado o Programa, tendo retornado depois. Mesmo recebendo o benefício, muitas das famílias entrevistadas foram incapazes de superar alguns problemas relacionados à moradia, trabalho, educação, entre outros que afligem a população mais vulnerável. A distribuição de renda possibilita a muitas famílias beneficiárias que melhorarem suas condições de vida, através do acesso a alimentação, melhorias na moradia, aquisição de bens de consumo, entre outros aspectos. Todavia, apenas a transferência de renda não basta para a realização de uma mudança efetiva nas condições e no modo de vida das famílias que dela necessitam.

Para que a autonomia desses beneficiários possa ser realmente alcançada é necessário que o Estado viabilize formas mais sustentáveis de acesso a renda por meios produtivos, que tornem o indivíduo mais independente deste tipo de renda proporcionada pelo Programa. A importante ação do Programa deve ser conduzida em paralelo com a geração de condições estruturantes que possibilitem a verdadeira inclusão dos beneficiários na sociedade, enquanto cidadãos que têm seus direitos garantidos. Na área rural existe um desafio ainda maior.

A pobreza rural se distingue da urbana pela peculiaridade dos condicionantes que contribuem na sua manifestação. Enquanto que a pobreza urbana está na sua maioria ligada ao êxodo rural, ao desemprego, ao subemprego, a perda da capacidade laboral por motivos de saúde, a perda de uma condição melhor de vida que a família possuía anteriormente, ou a incapacidade de ter acesso aos serviços sociais básicos, a pobreza rural está relacionada com a forma do acesso à terra, com a dificuldade de acessar os serviços sociais básicos, com o nível de escolaridade das pessoas, e com os tipos de políticas públicas voltadas as populações pobres rurais (MOCELIN e FIALHO, 2010).

Interpretar a pobreza como um fenômeno multidimensional é atribuir importância às políticas sociais, que precisam atuar em conjunto, de forma não apenas a retirar o indivíduo da pobreza, mas também de evitar o seu retorno à ela. Isso significa que cruzar a linha de pobreza estabelecida no Programa não garante a sua superação: é necessário que haja ações sociais e econômicas integradas que possibilitem a eliminação dos riscos de incidência da pobreza.

Diante os resultados do presente estudo, percebe-se a importância da atuação do Estado na criação de programas que permitam diminuir as desigualdades sociais existentes no Brasil. Observa-se isto mais especificamente nos pequenos municípios que, sob um ponto de vista mais isolado, não têm condições econômicas, técnicas e políticas de solucionar os diferentes tipos de problemas que os atingem, principalmente aqueles relacionados à pobreza. Isto pode ser verificado no município baiano do presente estudo, classificado como um município de pequeno porte, que oferece poucas alternativas de emprego e de desenvolvimento e, por isso, apresenta uma grande concentração de pobreza.

Como pôde ser observado, existe uma situação de precariedade estrutural neste município que precisa ser vencida. A atuação do PBF não pode limitar-se apenas à

transferência monetária às famílias, como se a população fosse desprovida apenas de renda, sem ações específicas para minimizar a situação de pobreza nesse cenário rural, deixando à margem trabalhos socioassistenciais, como os realizados pelos CRAS.

As repercussões (efeitos) do Programa Bolsa Família neste município do interior baiano, identificadas pelas falas das beneficiárias, vão além dos resultados apresentados nas categorias. Em primeiro lugar, o termo “ajuda” foi utilizado em certas situações pelas beneficiárias para indicar o apoio dado pelo Governo, que auxilia suas rendas provenientes de trabalhos na informalidade, o que parece configurar o sentido de “ajuda” como um complemento. A fala das beneficiárias permite inferir que o PBF ainda não se configura como um direito, não abdicando totalmente das características de assistencialismo, de doação.

Em segundo lugar essa ajuda se destinaria, segundo as entrevistadas, aos *fracos* (ao invés de pobres), denotando vergonha da condição em que se encontravam. Amartya Sen (*apud* Kerstenetzky, 2000) apresenta uma discussão de pobreza como sentimento de vergonha. O autor, ao estabelecer uma conexão sobre a temática, realiza uma importante contribuição para a economia política ao invocar Adam Smith e sua obra ao referir-se a expressão "poder apresentar-se em público sem sentir vergonha

“[p]ara levar a vida sem sentir vergonha, para ser capaz de visitar e cultivar amigos, para manter-se a par do que está acontecendo e sobre o que os outros estão falando, e assim por diante, é preciso um conjunto mais caro de bens e serviços em uma sociedade geralmente mais rica, e na qual um grande número de pessoas tem, digamos, meios de transporte, vestimenta adequada, aparelhos de rádio e televisão etc”. (Sen, 1990, p. 18, *apud* Kerstenetzky, 2000)

Neste caso, a pobreza se refere à dignidade do ser humano, deve ser vista como privação do respeito social ou público.

A importância da opinião das beneficiárias do Programa deve ser considerada como um importante elemento de avaliação de políticas públicas. Não se trata somente de verificar o nível de apoio ou rejeição a uma determinada política, mas de compreender que uma análise adequada do que pensa a população poderá contribuir para verificar sua real efetividade. As informações dos beneficiários com as suas devidas análises, podem fornecer relevantes aspectos que permitam conhecer o impacto das políticas públicas em relação aos seus objetivos e mesmo em relação à sua efetividade.

Reconhece-se que as identificações feitas, nesse processo investigativo, poderão nortear a discussão da política de Assistência Social em municípios de pequeno porte, face a suas peculiaridades, bem como o formato de gestão dessa política, estabelecido pelo poder local, em razão da influência de nossa cultura política tradicional, muito forte e presente na microrregião investigada.

Os resultados apresentados aqui devem ser observados dentro dos limites da pesquisa. Destaca-se, sobretudo, que refletem a realidade local de um município do interior da Bahia. Considerando que a pobreza possui particularidades regionais importantes, é possível que a contribuição do PBF no combate à pobreza e para a autonomia dos sujeitos beneficiários apresente diferenças significativas em outros locais. Deste modo, estudos futuros que procurem identificar estas diferenças são encorajados. Compreender melhor o papel das atividades e das ações desenvolvidas pelos grupos de apoio na autonomia dos sujeitos, incluindo as que poderiam ser desenvolvidas pelos CRAS, também constitui importante possibilidade de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **PIB é uma medida incompleta e até enganosa da riqueza, diz economista**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1101904-pib-e-uma-medidaincompleta-e-ate-enganosa-da-riqueza-diz-economista.shtml>. Acesso em Outubro de 2014.
- ANANIAS, P. **O caminho da emancipação social**. 2011. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/artigos/artigo-o-caminho-da-emancipacao-social-ministro-patrus-ananias> >. Acesso em Setembro de 2014.
- ANANIAS, P.; COELHO, M.F.R. **Políticas sociais ajudam na inclusão econômica**. dez. 2009. In: < <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/boletins/boletimmds/222/politicas-sociais-ajudam-na-inclusao-economica.pdf/download> > Acesso em: Julho de 2014.
- ARAGÃO, F. S. de; COUTO, V. de A. O sistema brasileiro de proteção social. **Revista Estratégias do Trabalho Escolar** - Ano I - nº 00 - Outubro – 1998.
- ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e mulheres sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005. p. 15-77.
- ARAÚJO, K. F; CAMPOS, K. O. Análise da pobreza na Bahia sob os enfoques unidimensional e multidimensional. **Anais**, 2012. Disponível em: < [http://www.uesb.br/eventos/semana\\_economia/2012/anais/b04.pdf](http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2012/anais/b04.pdf)>. Acesso em: Março de 2014.
- ASSUNÇÃO, V. K. de; LEITÃO M. do R. de F. A., Inácio, P. H. D. Comer mais e melhor: Os impactos do programa bolsa família na alimentação de famílias de pescadoras artesanais de Pernambuco. **Amazônica** - Revista de Antropologia, Vol. 4, No 2 (2012).
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, M.; Gaskell, G. . **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. (4 ed.) Petrópolis: Vozes, 2005.
- BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BRAGA, Maria Goretti Serpa; LEANDRO, Charles Diniz; LYRA JÚNIOR, Stélio Gama. Microcrédito como ação complementar ao Programa Bolsa-Família: a experiência do Crediamigo do BNB. In: BARBOSA, Cristiane Garcia; TEIXEIRA, Marcelo Azevedo; DAMASCENO, Wellington Santos (Orgs.). **A experiência dos Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste**. 1.ª ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

BRANDÃO, R. Em ato com mulheres, Dilma ressalta ganhos econômicos e prioridade em programas sociais. **Rede Brasil Atual**. Publicado 06/09/2014. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/em-ato-com-mulheres-dilma-ressalta-conquistas-economicas-e-prioridade-em-programas-sociais-3138.html>>. Acesso em: Outubro 2014.

BRASIL. Ministério de desenvolvimento e Combate a fome. **Programas Complementares**. Apostila compilada pela Equipe de Capacitação/MDS/Senarc. Brasília, 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/arquivos/apostilas/desenvolvimento-e-articulacao-de-programas-complementares.pdf>>. Acesso em Junho de 2013.

BRASIL. Ministério de desenvolvimento e Combate a fome. **Preparações regionais saudáveis: mais saúde nas mesas das famílias do Programa Bolsa Família**. 2010. Disponível em:< <http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/manuais/preparacoes-regionais-saudaveis-mais-saude-nas-mesas-das-familias-do-programa-bolsa-familia/RECEITAS%20REGIONAIS.pdf/download>>. Acesso em: Setembro de 2014.

BRASIL. Ministério de desenvolvimento e Combate a fome. **O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010**. 2011. Disponível em:< [http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/maio/11.05.02\\_Nota\\_Tecnica\\_Perfil\\_A.doc](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/maio/11.05.02_Nota_Tecnica_Perfil_A.doc)>. Acesso em Março 2014.

BRASIL, **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras Providências**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao/Leis/L10.836.htm>>. Acesso em: Junho de 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010**. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Vol 1.2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família – 2a Rodada (AIBF II)**. Brasília, jun. 2012. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/AvaliacaodeImpactoProgramaBolsaFamiliaII.pdf>>. Acesso Maio de 2014.

BRASILa. Ministério do desenvolvimento e Combate a Fome (MDS). Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. 2º Edição, 2013.

BRASILb. Ministério de desenvolvimento e Combate a fome. **Programas Complementares**. Disponível em

<[http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/programas\\_complementares](http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/programas_complementares)>. Acesso em: Junho de 2013.

BRASIL<sup>c</sup>. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Estudos do Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria** - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.

BRASIL<sup>a</sup>. Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Boletim Subsídios para elaboração do PPA Municipal. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi>> Acesso em: Março de 2014.

BRASIL<sup>b</sup>. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Matriz de Informação Social**. RI Bolsa Família e Cadastro Único. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi>> Acesso em: Março de 2014.

CARLOTO, C.M; MARIANO, S.A. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 258 - 272, ago./dez. 2012.

CARVALHO J.M. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. 10a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2008.

CASTRO, H. C. de O. de; WALTER, M. I. M. T.; SANTANA, C. M. B. de e STEPHANOU, M. C. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opin. Publica** [online]. 2009, vol.15, n.2, pp. 333-355.

CAVALCANTI, D.M; SILVA, J.L.M.; COSTA, E.M.; SAMPAIO, R.M.B. **Impactos regionais do programa bolsa família: uma análise sobre o mercado de trabalho**. (s/d) Disponível em: <http://www.caen.ufc.br/attachments/article/93/Impactos%20Regionais%20do%20Programa%20Bolsa%20Fam%20C3%ADlia%20uma%20An%20C3%A1lise%20sobre%20o%20Mercado%20de%20Trabalho.pdf>. Sem Data.

CECCHINI, S. et al. Desafíos de los programas de transferencias con corresponsabilidad: los casos de Guatemala, Honduras y Nicaragua. **CEPAL-ASDI**. Santiago, Chile: Nações Unidas, 2009.

COELHO, A. V. A. G.. **A Construção da Intersetorialidade no Programa Bolsa Família em Manguinhos, no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, N. do R. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.14, n.3, p.693-706, 2009.



COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panam Salud Publica**. Vol. 33, n.(1), p.54-60, 2013.

CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.

**Referência técnica para atuação do (a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS** / Conselho Federal de Psicologia (CFP). -- Brasília, CFP, 2007.

DRAIBE, S. M. O “Welfare State” no Brasil: características e perspectivas. In: ANPOCS. **Ciências Sociais Hoje**, 1989. São Paulo: Vértice e ANPOCS, p. 13-61, 1989.

DRAIBE, S.M. Qualidade de vida e reformas de programas sociais: o Brasil no cenário latino-americano. **Lua Nova**, no.31. São Paulo. Dez. 1993.

DUARTE G. B.; SAMPAIO B.; SAMPAIO Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre gastos com alimentos em famílias rurais. **Rev Econ Sociol Rural**. vol.47, n.4, p.903–18, 2009.

FONSECA, A. M. M.; VIANNA, A. L. D. Tensões e avanços na descentralização das políticas sociais: o caso do Bolsa Família. In: FLEURY, S. **Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GABRIEL, E.M.; MACHADO, C.D.M.; OLIVEIRA, R.L. Focalização de Políticas Públicas: O Programa Bolsa Família como política pública focalizada para superação da desigualdade e exclusão. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/39M.pdf> Acesso em: Março 2015.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.21, n. 55, nov. 2001.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em Agosto de 2014.

IBASE. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. Documento Síntese. 2008. Disponível em: [http://www.ibase.br/userimages/ibase\\_bf\\_sintese\\_site.pdf](http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf). Acesso em: Outubro de 2014.

INSTITUTO LULA. **Bolsa Família: desfazendo mitos sobre o programa**. Disponível em: < <http://brasildamudanca.com.br/bolsafamilia/mitos/>>. Acesso em : Fevereiro 2015.

IPEA. Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília, 2013

JANNUZZI, P. de M.; PINTO, A. R. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de

avaliação de impacto do bolsa família II. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org) **Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania**. Brasília : Ipea, 179-192, 2013.

JERONIMO, J. *Eu saí do Bolsa Família*. **Rev. Eletrônica Istoé**. N° Edição: 2295 | 08 Nov.2013. Disponível em: < [http://www.istoe.com.br/reportagens/333863\\_EU+SAI+DO+BOLSA+FAMILIA+>](http://www.istoe.com.br/reportagens/333863_EU+SAI+DO+BOLSA+FAMILIA+>). Acesso em Julho 2014.

KAMEL, A. **Bolsa Família agora compra eletrodoméstico**. Instituto milenium. Março, 2008. Disponível em: < [http://www.institutomillenium.org/index3.php?on=artigo&in=assunto&artigo\\_id=911](http://www.institutomillenium.org/index3.php?on=artigo&in=assunto&artigo_id=911) >. Acesso em : Agosto 2014.

LUI, G.H.; MOLINA, S.M.G. Benefícios Sociais e transição de modos de vida rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, pp. 137-155, 2013.

KERSTENETZKY, C.L. **Desigualdade e pobreza**: Lições de Sen. *RBCS*. Vol. 15 no 42 fevereiro,2000.

MAGALHAES, R.; BURLANDY, L.; SENNA, M.; SCHOTTZ, V.; SCALERCIO, G. A implementação do programa Bolsa Família: as experiências de São Francisco de Itabapoana e Duque de Caxias. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. vol.12, n.6, p. 1513-1524, 2007.

MARQUES, R. M. **A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros**. Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n 1. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.** [online], vol.30, n.2, p. 289-300, 2004.

MATIASCIC, M. (org.) **Presença do Estado no Brasil: federação, suas unidades e municipalidades** - volume 2. Brasília, 2011.

MATTA, R da. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

MEDEIROS, C. A. **Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil**. Rio de Janeiro, mimeo, 2001.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. *Novos Estudos*, - CEBRAP, n.9, 2007.

MOCELIN, C.E; FIALHO, M.A.V. **Pobreza Rural e Bolsa Família: Análises a partir da comunidade São João do Barro Preto no município de Júlio de Castilhos/RS**.

Ponencia apresentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010.

MODESTO, Lucia. **Bolsa Família: regras e resultados**. Ministério do desenvolvimento e Combate a Fome, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/artigos/bolsa-familia-regras-e-resultados>>. Acesso em Junho 2013.

MONNERAT G.L, SENNA M. C.M; SCHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R; BURLANDY, L. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.12, N.6, p.1453-1462, 2007.

MOREIRA, N. C.; FERREIRA, M. A. M.; LIMA, A. A. T. de F. C.; CKAGNAZAROFF, I. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Rev. Adm. Pública** [online]. vol.46, n.2, p. 403-423, 2012.

OLIVEIRA, L. F. B. D.; SOARES, S. S. D. **O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho**. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n.1.738).

OLIVEIRA, N.M.; OLIVEIRA, P.R.G. Caracterização dos beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Palmas – TO. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**. [online]. Vol. 13 – Nº 24, P.1677-9665 (impressa) 2014.

PIRES, A. Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. **Cad. Pesqui.** [online]. 2012, vol.42, n.145, p. 130-161.

PNAS - POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004**, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

RAMOS, C. I.; CUERVO, M. R.M. Programa Bolsa Família: a interface entre a atuação profissional e o direito humano a alimentação adequada. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.17, n.8, p. 2159-2168, 2012.

ROLDÃO ARRUDA. A grande rede de proteção. **Estadão**. 21 de Setembro de 2014.

SANTANA, J.A. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família**. Trabalho apresentado no Seminário População, Pobreza e Desigualdade, realizado em Belo Horizonte – Brasil, de 5 a 7 de novembro de 2007.

SANTOS, C. R. B. **Portas de saída da pobreza: A implementação de programas complementares do Programa Bolsa Família em Manguinhos**, Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS FILHO, S.M. dos. Avaliação de Políticas Públicas: uma análise do Programa Bolsa Família no município de Patos –PB. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Centro de ciências exatas e Sociais aplicada. 2014.

SEI-SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.  
[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br). 2010

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNA M.C.M.; BURLANDY L.; MONNERAT G.L.; SCHOTTZ V.; MAGALHÃES R. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Rev. Katál. Florianópolis**, vol.10, n. 1, p.86-94, 2007.

SILVA M. O. da S. e; LIMA, V. F. S. de A. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. O. da S. e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva** [online], vol.12, n.6, p. 1429-1439, 2007.

SILVA e SILVA, M.O da. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, vol.12, no.6. Rio de Janeiro, Nov./Dez. 2007.

SOUSA, M. F. Diferenciais de inserção no mercado de trabalho entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família no Censo Demográfico 2010. **Estudo Técnico Sagi**, Brasília, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/S8uyEc>>.

SOUZA, P. H. G. F.; OSORIO, R.G. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 E 2011. In: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** /organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília: Ipea, 2013.

SPINELLI, M. V. C.; COSTA, B. L. D. **A influência dos conselhos locais na gestão do Programa Bolsa Família nos pequenos municípios brasileiros**. 31º Encontro Anual da Anpocs. Seminário Temático 25: Políticas Publicas – Métodos e Análises. Caxambu – MG. De 22 a 26 de outubro de 2007.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/UNESCO, 2009.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Da renda mínima à renda básica no Brasil. A evolução recente de um instrumento de combate à pobreza e à desigualdade. **Revista de Economia Mackenzie** , Ano 1, n.1, p. 65-88, 2002.

TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 613-635, dez. 2010.

UCHIMURA, K. Y.; BOSI, M. L. M.; LIMA, F. E. L. de and DOBRYKOPF, V. F. Qualidade da alimentação: percepções de participantes do programa bolsa família. **Ciênc. saúde coletiva** [online], vol.17, n.3, pp. 687-694, 2012.

VAITSMAN J, ANDRADE GRB, FARIAS LO. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Ciênc Saude Colet.** vol.14, n. 30,p 731-41, 2009.

VALANDRO, k; PERONDI, M.A.; KIYOTA, N.; VILLWOCK, A.P.S.; SIMONETTI, D. O impacto das estratégias de diversificação na renda dos agricultores: um estudo numa comunidade rural. *Synerismus scyentifica UTFPR, Pato Branco, 0 6 ( 1 )* . 2011.

VELHO, G. **Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

VIANNA M.L.T.W. O processo de americanização da proteção social para os brasileiros. In: VIANNA M.L.T.W. **A Americanização Perversa da Seguridade Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM; 1998.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2014: Os jovens do Brasil**. Secretária-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. 2014. Disponível em [www.juventude.gov.br/juventudeviva](http://www.juventude.gov.br/juventudeviva). Brasília, 2011.

WORLD BANK. **Poverty in the World**. Washington (EUA), WB, 2002.

ZIMMERMANN, C. R. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. **Sur, Rev. int. direitos human.** [online]. vol.3, n.4, p. 144-159, 2006.

YAZBEK, M.C. Sistema de Proteção Social Brasileiro: Modelos, Dilemas e Desafios. **Seminário Internacional do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social**. Brasília - DF - 8 a 10 de novembro de 2010.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

### **Características sócio-demográficas:**

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Onde nasceu:
- 4) Estado civil:
- 5) Ocupação:
- 6) Ocupação do cônjuge:
- 7) Ocupação dos pais:
- 8) N.º de filhos:
- 9) Idade dos filhos:
- 10) Ocupação dos filhos:
- 11) Eu gostaria que você falasse sobre todos os trabalhos que você já realizou, antes de receber o PBF.
- 12) N.º de pessoas na casa:
- 13) Escolaridade:
- 14) Cor da pele:
- 15) Religião:
- 16) Renda mensal:
- 17) A sua casa é própria?:
- 18) Paga conta de luz (quanto?):
- 19) Paga conta de água (quanto?):
- 20) Paga IPTU:

### **Bloco 1: Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional**

1. Há quanto tempo você reside neste município?
2. Você tem parentes na cidade? Quem são?
3. O que você gosta na cidade? E o que não gosta? Por quê?
4. Quais são suas atividades de lazer? O que faz para se divertir?
5. Já pensou em mudar de cidade? Se sim, porque e para onde?
6. Há quanto tempo você recebe o benefício?
7. Você recebe algum outro benefício?

- 8.Quando não recebiam o benefício, como viviam?
- 9.O que você conhece sobre o Programa Bolsa Família?
- 10.O que você acha do PBF? O que destacaria como pontos positivos e negativos? O que mudaria no Programa?
- 11.Você sabe quem tem direito ao PBF?
- 12.Você sabe quais são as obrigações que sua famílias precisa cumprir para continuar recebendo o dinheiro do PBF?

Pontos a serem abordados:

Quais obrigações conhecem? Frequência escolar; Manter atualizado o calendário vacinal das crianças menores de 7 anos; Acompanhamento do Crescimento e Desenvolvimento de crianças menores de 7 anos; Pré-natal das gestantes; Participar de atividades educativas sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável; Outras.

**Bloco 2: Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação.**

13. Você acha que as famílias que recebem o auxílio do PBF neste município conseguem ter acesso a saúde, educação? O que facilita e o que dificulta o acesso?
- 14.O que você acha do atendimento na unidade de saúde de seu município? Você realiza todos os exames que necessita?
- 15.Quando você tem problemas na saúde, a quem recorre para resolver?
- 16.O que você acha da educação no seu município?
- 17.A escola contribui com o material escolar?
- 18.Há dificuldades em relação a matrícula?
- 19.Como é sua relação com os professores do seu filho?
- 20.E com a direção da escola?
- 21.Quando você tem problemas na escola, a quem recorre para resolver?

**Bloco 3: Criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e desenvolvimento local dos territórios.**

- 22.Você acha que o PBF consegue ajudar as famílias que precisam neste município? Por quê?
- 23.Você acha que o PBF deveria oferecer algo para melhorar a condição de vida das famílias, além do benefício financeiro? O quê?
- 24.Você acha que o PBF provocou alguma mudança no seu município? Qual(is)?



25.Houve alguma mudança em sua vida e na de sua família desde que começou a receber o benefício do PBF? Se sim, que mudanças foram essa (alimentação, habitação, educação, saúde, emprego, renda...).

26.Você já ouviu falar de algum programa social oferecido aos beneficiários do PBF? Se sim, quais o(a) senhor(a) já ouviu falar? Sabe como acessar esses programas ou onde buscar informações a respeito deles? Já participou ou participa de algum?

27.Você ou alguém da sua família já participou de algum programa ou atividade vinculada ao PBF (cursos, encontros, por exemplo)? De qual? O que você achou de ter participado?

28.O PBF ajudou você ou alguém da sua família a conseguir uma oportunidade de emprego?

29.Você conhece alguma família que deixou de receber o dinheiro do PBF por ter conseguido um trabalho?

30.Você preferia ter seu trabalho, seu salário e viver com ele, ou prefere viver com o Bolsa Família? Por quê?

31.Você gostaria de trabalhar com o que?

32.Por quanto tempo você acredita que vai precisar receber o benefício?

33.Quando você acha que não vai mais precisar recebê-lo?

**APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Universidade Federal do Recôncavo da Bahia****Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Seguridade Social**

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Pesquisa: *A ajuda para os fracos: percepções de beneficiárias acerca do Programa Bolsa Família em um pequeno município do interior da Bahia***

Prezado,

A presente pesquisa visa produzir conhecimento sobre Programa Bolsa Família. Você é convidado a participar do estudo, porque faz parte desse grupo de beneficiários. O estudo envolve a realização de uma entrevista sobre alguns aspectos da sua vida. A entrevista ocorrerá no horário e local de sua escolha.

As informações produzidas na pesquisa serão de inteiro sigilo, garantindo seu anonimato e impossibilidade de identificação. O seu nome não aparecerá em nenhuma parte do relatório ou publicação desta pesquisa. Esse material ficará sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A participação na pesquisa não implica em remuneração. Você não terá nenhum custo ou compensação financeira ao participar desta pesquisa. Ainda que você não tenha nenhum benefício direto com o estudo, os resultados vão ajudar a compreender melhor o Programa Bolsa Família na sua cidade. O único risco de que você está sujeito é o de não ficar à vontade com as perguntas relacionadas ao seu benefício, caso isso ocorra, poderá interromper imediatamente a sua participação.

Será garantido a você o devido esclarecimento sobre a pesquisa antes do seu início e durante sua realização. Você tem o direito de se retirar da pesquisa em qualquer momento, sem que isso represente nenhum tipo de prejuízo a sua integridade. Qualquer dúvida, você poderá se comunicar com o responsável pelo projeto, Sra. Ladine Teixeira Santos, pelo telefone (75) 8807-7247.

Caso concorde em participar da pesquisa, exponha sua aceitação assinando duas vias desse termo, uma das quais ficará com você.

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura do Pesquisador Responsável